

Avante!

Jornadas de trabalho – estão à tua espera na Atalaia

Avante!

6, 7, 8 SETEMBRO • ATALAIA • AMORA • SEIXAL



FESTADO **Avante!** 2002

As
Exposições
do
Pavilhão
Central
«Bento
Gonçalves»
e «Crise
Académica
de 62» Págs. 15 a 18

Têxteis e confecções

O retrato de um sector

A Vestus faliu. Um caso que se repete nas confecções, cujo capital ruma a outros locais, paraísos de exploração de mão-de-obra barata. O Avante! assistiu a um plenário da empresa e conversou com António Marques.

Lei de Bases hoje no Parlamento

Segurança Social é património dos trabalhadores



Fortemente contestada ontem na rua, a «nova» Lei de Bases da Segurança Social é hoje discutida no Parlamento. Está a ser posto em causa, diz Maria do Carmo Tavares, dirigente da CGTP, «um património dos trabalhadores, porque foram gerações sucessivas que construíram essa coisa fantástica que é a protecção social das pessoas».

Págs. 5 e 32

Passeio de Verão das Mulheres CDU do Porto

Conviver também é lutar

Mais de 1100 pessoas aderiram domingo à 13.ª edição do passeio de Verão, que contou com a presença do Secretário-geral do PCP, Carlos Carvalhas. Um dia de convívio e mobilização para as jornadas de luta que se avizinham.

Pág. 8



Têxteis e confecções

O retrato de um sector

A Vestus faliu. Um caso que se repete nas confecções, cujo capital ruma a outros locais, paraísos de exploração de mão-de-obra barata. O Avante! assistiu a um plenário da empresa e conversou com António Marques.

Págs. 6 e 7

Peru

Insurreição popular

Em Junho, uma insurreição popular insólita alarmou o governo peruano e tirou o sono aos generais do Pentágono responsáveis pelo controlo daquela área. Está convocada uma paralisação de 24 horas.

Pág. 21

Câmara de Lisboa

PSD sem estratégia

A Organização da Cidade de Lisboa do PCP analisou os primeiros 180 dias de gestão PSD/Santana Lopes na Câmara da capital e concluiu que as perspectivas para a cidade «não são famosas».

Pág. 32

Avante!
Proletários de todos os países
UNI-VOS!

PROPRIEDADE
Partido Comunista Português
R. Soeiro Pereira Gomes, 3
1600 - 196 Lisboa
Tel. 21 781 38 00

ADMINISTRAÇÃO
Editorial «Avante!», SA
Av. Gago Coutinho
121/1700 Lisboa
Capital social:
€ 125 000.
CRC matrícula: 47058.
NIF — 500 090 440

DIRECÇÃO E REDACÇÃO
R. Soeiro Pereira Gomes, 3
1600 - 196 Lisboa
Tel. 21 781 71 90/91
Fax: 21 781 71 93

E-mail:
avante.pcp@mail.telepac.pt
Web:
http://www.pcp.pt

Director
José Casanova

Chefe de Redacção
Leandro Martins

Chefe Adjunto
Anabela Fino

Redactores
Carlos Nabais
Domingos Mealha
Gustavo Carneiro
Henrique Custódio
Isabel Araújo Branco
João Chasqueira
Lígia Calapez
Margarida Folque
Miguel Inácio

Grafismo
José Araújo

Fotografia
Jorge Caria
Jorge Cabral

Secretaria da Redacção
Ivone Dias Lourenço
Noémia Presúncia

DISTRIBUIÇÃO
DISTRIBUIÇÃO ADE's
Editorial Avante!
Av. Gago Coutinho, 121,
1700 Lisboa
Tel. 218 429 836

Alterações de remessa
Até às 17 horas
de cada sexta-feira:
Tel. 218 429 836

DISTRIBUIÇÃO COMERCIAL
DELTAPRESS
Delegação Lisboa:
Tapada Nova - Capa Rota
Linhó - 2710 Sintra
Tel. 21 923 99 21
Delegação Norte:
Zona Industrial da Maia
Sector IX
Rua B Lt. 227 - 4470 Maia
Tel. 22 941 76 70

ASSINATURAS
Av. Gago Coutinho, 121,
1700 Lisboa
Tel. 218 429 836

TABELA DE ASSINATURAS*
(IVA e portes incluídos)

PORTUGAL
(Contínente e Regiões
Autónomas)
50 números: 9 000500
44.90 euros
25 números: 4 600500
23.00 euros
EUROPA
50 números: 23 000500
114.75 euros
EXTRA-EUROPA
50 números: 33 000500
164.60 euros

*Enviar para
Editorial «Avante!»
nome, morada
com código Postal
e telefone
a acompanhar cheque
ou vale de correio.

Composição e impressão
Heska Portuguesa, SA
Campo Raso
2710 - 139 Sintra
Depósito legal n.º 205/85



Trabalhadores da Administração Local entregam reivindicações ao Governo

Resumo

3 Quarta-feira

O PSD e o CDS-PP aprovam as alterações à lei da televisão, diploma que teve os votos contra da oposição, e voltou a suscitar dúvidas de constitucionalidade ● O Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Hoteleira do Norte acusa o patronato de «inflexibilidade» nas negociações salariais para os trabalhadores dos hospitais privados ● O Parlamento Europeu aprova um relatório que recomenda a legalização da interrupção voluntária da gravidez ● Um grupo de eurodeputados apresenta uma proposta de resolução comum sobre a situação em Angola na sessão plenária do Parlamento Europeu, em que apela para que a ajuda humanitária a este país seja considerada prioritária.

4 Quinta-feira

Os sindicatos da Função Pública manifestam-se contra o projecto de lei do Governo que prevê a introdução de um quadro de supranumerários nas secretarias-gerais de cada Ministério ● Os médicos, enfermeiros, técnicos e administrativos do Serviço Nacional de Saúde anunciam uma greve contra as alterações que o Governo pretende introduzir à Lei de Gestão Hospitalar que, acusam os sindicatos, visa a «privatização» do sistema público ● O Conselho de Ministros aprova o novo regime jurídico de parcerias na Saúde que resulta no envolvimento da iniciativa privada e social na construção de unidades hospitalares ● Saddam Hussein rejeita o plano de paz dos EUA e pede ao mundo árabe que declare a «guerra santa» para libertar os territórios palestinos ocupados.

5 Sexta-feira

Cerca de cem dirigentes e delegados nacionais e regionais do Sindicato dos Trabalhadores da Administração Local manifestam-se junto ao Ministério das Cidades, onde entregam um caderno reivindicativo ● Os trabalhadores da Rodoviária da Beira Litoral entram em greve para exigir o pagamento dos salários ● Javier Solana pede a Israel que «levante o cerco aos territórios palestinos e contribua para melhorar a situação terrível da população», considerando «difícil que o lado palestino faça reformas nas actuais condições» ● Yasser Arafat notifica oficialmente Yibril Rayub do seu afastamento da chefia da Segurança Preventiva na Cisjordânia.

6 Sábado

O Sindicato Nacional dos Trabalhadores dos Correios e Telecomunicações anuncia, para o próximo dia 22, uma greve nos

CTT; em causa está a reclamação de reabertura do processo negocial para revisão do acordo de empresa, a contratação colectiva e os aumentos salariais ● Cerca de mil agricultores manifestam-se em Aveiro para protestar contra as dificuldades de escoamento dos seus produtos e exigir cortes nos preços dos factores de produção ● Uma palestiniana e sua filha são assassinadas em Gaza por soldados israelitas ● Três dezenas de pessoas ficam feridas em consequência de duas explosões em Caxemira sob o controlo indiano.

7 Domingo

Carlos Carvalhas apela em Vila Pouca de Aguiar a uma movimentação pública a favor da despenalização do aborto ● Trabalhadores da OGMA manifestam-se frente ao portão da empresa, para exigir o pagamento dos salários em atraso ● A Autoridade Palestiniana anuncia a entrada em vigor da lei fundamental (Constituição), que prevê um Estado com capital em Jerusalém ● Milhares de afeções afluem à mesquita Eidga de Cabul para prestar a última homenagem ao vice-presidente e ministro das Obras Públicas, Haji Abdul Qadir, assassinado no dia anterior.

8 Segunda-feira

Proprietários e trabalhadores de centenas de explorações de calçada à portuguesa manifestam-se em Rio Maior contra o novo regulamento jurídico para licenciamento de pedreiras ● A Comissão Europeia anuncia que vai atribuir 72 milhões de euros ao desenvolvimento de 70 projectos de conservação da natureza na Europa, quatro deles em Portugal ● Três soldados morrem num ataque de guerrilheiros separatistas tchechenos contra uma coluna russa, no Sul da Tchetchénia ● Trinta e cinco mineiros ucranianos morrem num incêndio ocorrido numa mina na região de Donetsk, Este da Ucrânia.

9 Terça-feira

Ideias avulsas, ausência de estratégia e aprovação de medidas lesivas para Lisboa são algumas das críticas dos vereadores do PCP relativamente aos seis primeiros meses de mandato do executivo camarário liderado por Pedro Santana Lopes ● Os sindicatos dos trabalhadores da OGMA organizam uma manifestação frente ao palácio de S. Bento, em protesto pela falta de pagamento dos ordenados de Junho e dos subsídios de férias ● O governo russo classifica de «totalmente inadmissível» o massivo ataque que os EUA estão a planear contra o Iraque ● Muamar Dararne, um dos dirigentes da Jihad Islâmica, é assassinado pelas tropas de elite israelitas na aldeia de Yamún, a Este da cidade de Jenin.

Aconteceu

Festival internacional de Teatro de Almada

A 19.ª edição do Festival Internacional de Teatro de Almada começou, quinta-feira, com a representação da peça «Ubu na Comuna», eleita no ano passado espectáculo Honra 2002. Até 18 de Julho vão passar 28 grupos pelo Festival de Almada, metade dos quais estrangeiros, que apresentarão um total de 58 espectáculos. Espanha, França, Itália, Reino Unido, Alemanha, Estados Unidos, Canadá, Venezuela e Cabo Verde são os países que, além de Portugal, vão estar representados.

Organizado pela Companhia de Teatro de Almada, o certame traz pela primeira vez a Portugal a companhia Teatro de Gennevilliers, uma das mais importantes formações francesas, que apresentou «O Refém», de Paul Claudel (ontem e hoje).

Pela primeira vez o festival apresenta sete estreias nacionais. A Companhia de Teatro de Almada estreou sábado a comédia «Os Directores», do dramaturgo francês Daniel Besse, que esteve

presente num colóquio. «Cyrano de Bergerac», pelo Teatro da Trindade (apresentado segunda-feira), «Amor, Verdade e Mentira», pelo Teatro dos Aloés (dias 12 e 13), «Nunzio», pela Artistas Unidos (dia 15), e «Eu Amo Godard», pelo Útero (dia 18), são outras estreias igualmente previstas.

O sistema de alarme anticolisão da empresa de controlo aéreo suíço Skyguide estava desligado quando, na passada semana, dois aviões colidiram em pleno voo sobre a localidade alemã de Uberlingen.

Alarme do controlo aéreo suíço estava desligado

O porta-voz da Skyguide, Patrick Herr, confirmou entretanto que o sistema esteve fora de serviço durante «algumas horas» devido a um operação de manutenção e que os controladores aéreos estavam ao corrente do facto. Este sistema de alarme indica auto-

maticamente aos controladores se há aparelhos em rota de colisão. No entanto, caso esteja fora de serviço, são os próprios controladores que têm de alertar para esse perigo. Apesar de a catástrofe se ter registado em território alemão, a empresa encarregada do controlo aéreo na zona é a suíça Skyguide, que está a ser alvo das críticas pela forma como actuou o controlador aéreo responsável pela supervisão na altura do acidente, que causou 71 mortos.



Formação tem pouco impacto em Portugal

De acordo com um relatório da Comissão Europeia, denominado «A Situação Social na União Europeia», apenas 3 por cento da população activa portuguesa frequenta acções de formação e de educação, contra os 8 por cento da média europeia.

A análise por escalões etários revela que as pessoas mais velhas e

detentoras de qualificações inferiores têm menos probabilidades de participar em acções de formação do que as mais jovens e mais qualificadas, já que a percentagem de participação diminui à medida que o escalão etário aumenta.

Segundo o relatório, Portugal é o terceiro país a empregar em maior quantidade trabalhado-

res com idades entre os 55 e 64 anos, logo atrás da Suécia e da Dinamarca. No entanto, Portugal não possui uma mão-de-obra com o elevado nível educacional daqueles países escandinavos, factor que condiciona a capacidade de aprendizagem e o valor atribuído pelas pessoas ao investimento na sua qualificação.



Protesto de agricultores em Aveiro

A 32.ª edição da feira agrícola e pecuária de Aveiro, a Agrovouga, que se realizou sábado, começou com protestos dos agricultores da região. As dificuldades no

escoamento dos produtos, os elevados preços de produção e a política agrícola comum foram os principais problemas apontados por cerca de mil manifestantes.

Além dos agricultores de Aveiro, mobilizaram-se para o protesto os

agricultores dos distritos de Coimbra, Guarda, Viana do Castelo, que distribuíram produtos agrícolas à população.

Os manifestantes pronunciaram palavras de ordem apelando aos consumidores que prefiram leite, carne e produtos hortícolas nacionais para ajudar os pequenos agricultores portugueses. Num documento distribuído na rua, os manifestantes afirmam que proteger a agricultura nacional é «defender as bases de sustentação económica de milhares de famílias portuguesas que dependem do exercício dessa actividade».

Os agricultores defendem a criação de uma «ajuda-base» às explorações agrícolas familiares no valor de 2500 euros por ano e a redução dos impostos de produção.

Portugal sagra-se campeão europeu

Portugal sagrou-se, domingo campeão europeu de atletismo para deficientes mentais, tanto em masculinos como em femininos, numa competição organizada pela INAS-FID e realizada em Budapeste, Hungria.

Com a participação de 28 países, o Campeonato da Europa correu de feição para as cores nacionais, pois além do triunfo colectivo em ambos os escalões averbou um total de 27 medalhas - 2 de ouro, 13 de prata e 12 de bronze.

Em masculinos, Portugal

subiu ao lugar mais alto do pódio com um total de 191 pontos, relegando a Polónia (139) e a Hungria (138) para as posições imediatas. No sector feminino, as classificações repetiram-se: Portugal foi primeiro com 91 pontos, enquanto a Polónia (2.ª) teve 76, os mesmos da equipa da casa.

A nível individual, o grande destaque vai para as medalhas de ouro conquistadas por Lenine Cunha no triplo salto e, principalmente, a estafeta masculina de 4x100 metros, neste caso com um novo recorde mundial.

Crónica Internacional

• Albano Nunes

«G8» ou os limites do capitalismo

Realizou-se recentemente em Kananakis, nas Montanhas Rochosas do Canadá, mais uma reunião do «G8» (ou «C7»+ a Rússia domesticada e humilhada de Putin), o conclave anual das grandes potências que, sob a égide dos EUA, pretendem ditar ao mundo as regras que assegurem a reprodução do capital e a eternização do seu sistema. Sobre a reunião, importa reter alguns aspectos que ajudam a iluminar as fragilidades, contradições e limites de um sistema que, por isso mesmo, tende a rodear-se de muros cada vez mais altos e a dotar-se de instrumentos de repressão e agressão cada vez mais sofisticados e violentos.

O simples local da reunião é revelador da insegurança que sentem os ricos e poderosos deste mundo. Depois de Génova, das gigantescas mobilizações «antiglobalização» que então tiveram lugar e da resposta de massas à repressão fascista de Berlusconi, depois de muitas outras acções de massas em crescimento - greves gerais e grandes mobilizações em vários países da Europa, manifestações de Barcelona, Sevilha e outras durante a Presidência da U.E. - o «G8» (como antes a OMC no distante Qatar) «esconde-se» em locais inacessíveis para se proteger da contestação popular.

É óbvio que os senhores do «G8» conhecem as nefastas consequências das suas políticas mas não é da sua natureza de classe encontrar alternativa. Não podem nem querem fazê-lo. Por exemplo, a «nova parceria para o desenvolvimento de África» de que trataram em Kananakis é uma mistificação cínica. Nem há real afectação de recursos ao desenvolvimento do continente, nem abertura dos mercados «ocidentais» aos produtos africanos, e o pouco que há, ou tem o cheiro forte do petróleo ou está condicionado à chamada «boa governação» e a mecanismos de ingerência que tendem a apertar as malhas da recolonização dos países de África pelo grande capital transnacional. Nenhuma surpresa nisto. Já a Cimeira de Monterey, no México, tinha ido no mesmo sentido dos paliativos que, reconhecendo formalmente a gravidade dos flagelos que assolam os países do Terceiro Mundo, na prática tendem a acentuá-los.

A recuperação da economia norte-americana é tudo menos uma certeza

Quanto às perspectivas da economia mundial, a retórica do «G8» foi para tranquilizar. Mas não é possível tapar o sol com uma peneira. A bolha especulativa alimentada pelo

capital financeiro faz cada vez mais estragos nos EUA e no mundo inteiro. Depois da Eron, surge a WorldCom, a Global Crossing, a Xerox, a Tyco, a Vivendi, e muitas outras megafalências fraudulentas, eclipsando num ápice muitos biliões de dólares, arruinando pequenos accionistas e lançando no desemprego milhares e milhares de trabalhadores. O «Nasdaq» cai para os valores mais baixos dos últimos anos. O dólar desvaloriza-se. Afinal a recuperação da economia norte-americana é tudo menos uma certeza e voltam a ouvir-se sérias advertências quanto à possibilidade de uma mais funda e generalizada crise económica e financeira.

Talvez por isso o «G8», ao mesmo tempo que procura esconder as insanáveis fragilidades do sistema, insiste na tecla da «guerra ao terrorismo», como orientação fundamental. Sabemos o que isso significa. Mais armas, mais ingerência nos assuntos internos dos povos, mais leis e medidas contra direitos, liberdades e garantias fundamentais dos cidadãos. O que se passa na Palestina é um crime sem nome em que - af se chegou já - quem resiste na e pela sua própria terra é caluniado de «terrorista» e tratado como tal. E quanto ao Iraque são de levar muito a sério os planos de ataque norte-americanos divulgados pelo «New York Times» de 5.07.02.

Os EUA e o imperialismo em geral parecem não ver outra saída para o acumular de contradições e tensões explosivas provocadas pela globalização capitalista que não seja a da intensificação da exploração, dos ataques à liberdade e à democracia, do militarismo, da agressão e da guerra. Perante os perigos, a instabilidade e a incerteza que dominam a situação internacional, é fundamental, para os partidos que, como o PCP, existem para transformar a vida, ter bem presentes as tendências históricas de fundo, não se deixar perder nem desorientar nos intrincados meandros da conjuntura, cuidar permanentemente da sua unidade e raízes na classe operária e no povo. Só assim será possível resistir aos factores adversos dominantes, e tirar partido, com audácia, das reais potencialidades de novos avanços libertadores.

Editorial

«DELITO DE OPINIÃO»

Páginas e páginas de jornais e revistas, horas e horas de rádios e televisões são dedicadas pela comunicação social privada e pública ao PCP. Mais concretamente, à acção fraccionária levada a cabo por alguns membros do Partido que, desrespeitando ostensivamente a Lei Fundamental do Partido - os seus Estatutos - conduzem um processo em que o vale-tudo é lei fundamental.

Durante os últimos seis meses, não houve um só dia em que o PCP, a sua Direcção, o seu Secretário-Geral, o colectivo partidário não tenham sido insultados, caluniados, ofendidos - muitas vezes através do recurso a uma linguagem, a um argumentário e a métodos que fazem lembrar o tempo da ditadura.

Da parte da comunicação social pública trata-se de um abuso flagrante de poder, na medida em que os seus ataques ao PCP configuram um ataque selectivo do Estado a um partido, uma discriminação inaceitável em democracia e só possível devido ao crescente e perigoso empobrecimento do conteúdo democrático do regime vigente.

Percebe-se, no entanto, que órgãos de comunicação social privados assim procedam: estes (embora dizendo-se *independentes, isentos e imparciais*) existem para defender os interesses

«Sabem todos os militantes comunistas que delito de opinião é coisa inexistente no PCP»

dos seus proprietários - os grandes grupos económicos e financeiros - e o PCP, partido da classe operária e de todos os trabalhadores, constitui o maior obstáculo à concretização plena dos objectivos desses grupos que são, ao fim e ao cabo, os donos do País. Mais: sendo o PCP, como é e quer continuar a ser, um partido revolucionário, que não desiste de lutar por uma sociedade nova suportada em valores e princípios que se situam nos antípodas dos «valores» que sustentam o arcaico sistema dominante, é natural que os beneficiários de um sistema baseado na exploração e na opressão não suportem a existência de um partido que se bate e luta por uma sociedade liberta de todas as formas de opressão e exploração.

Neste processo que, na fase actual, tem seis longos meses de vida activa, a expressão «delito de opinião» tem sido o suporte acusatório dos violentos e ofensivos ataques ao PCP. Trata-se de um truque velho, de velhas barbas, e só possível de se manter em cena durante todo este tempo porque certa comunicação social o tem repetido tantas vezes quantas as que julga necessárias para que a mentira pareça verdade. A tese de Goebbels de que uma mentira muitas vezes repetida se transforma em verdade adquire na actual nova ordem comunicacional uma outra

formulação: a publicação repetida de uma mentira transforma a opinião publicada em opinião pública.

Sabem todos os que falam em «delito de opinião» - e sabem todos os órgãos de comunicação social que, deleitados, lhes reproduzem as falas - que se trata de uma monumental e despidorada manipulação. Mas, mais importante do que isso, sabe-o o colectivo partidário, sabem-no os muitos milhares de militantes comunistas que (para não irmos mais longe no tempo) participaram no debate preparatório da Conferência Nacional do PCP recentemente realizada. Sabem todos os militantes comunistas que delito de opinião é coisa inexistente no PCP, que ninguém sofre quaisquer represálias ou sanções por expressar e defender a sua opinião, sabem todos os militantes comunistas que cada militante tem o direito - mais do que o direito, o dever - de expressar as suas opiniões, sejam elas quais forem, no amplo espaço de debate que é o PCP, nesse espaço democrático onde a opinião e as orientações do Partido são colectivamente definidas e decididas - e onde colectivamente se decidiu que as orientações nascidas do debate colectivo são, por compromisso colectivo assumido e consagrado estatutariamente, de cumprimento obrigatório para todos, sem excepção.

Quando alguns membros do Partido acusam a Direcção de os estar a «julgar por delito de opinião», o que alguns deles pretendem, de facto, é ocultar a sua actividade à margem das estruturas partidárias, as suas práticas desagregadoras da unidade do Partido, o seu afrontamento ostensivo, na praça pública, às normas de funcionamento democrático do Partido, a sua acção de total desrespeito pelo colectivo partidário.

Na verdade, é a Direcção do Partido que todos os dias é julgada e condenada pelo delito de, representando a opinião do colectivo partidário, ter opinião diferente da desses membros do Partido - esses membros do Partido que ontem pensavam *assim* e hoje pensam *assado*, que ontem aprovavam e aplaudiam de pé (e de punho levantado) os Estatutos e o Programa do Partido e que hoje os negam, desprezam, atacam e rasgam, que ontem eram acusados de *ortodoxos, cinzentos, velhos...* pela mesma comunicação social que hoje os enaltece, elogia e aplaude. E é óbvio que não foi a comunicação social que mudou...

A Conferência Nacional do PCP apontou orientações de trabalho essenciais para dar resposta firme e determinada à política de direita lesiva dos interesses da maioria dos portugueses. Essas orientações, decididas colectivamente, estão a ser e serão aplicadas colectivamente.

A Conferência apontou medidas e iniciativas visando o reforço orgânico, interventivo, social, eleitoral e político do Partido. Essas medidas e iniciativas estão a ser e serão aplicadas colectivamente.

Sobre essa actividade do PCP, a comunicação social dominante, cumprindo o papel que lhe está destinado, pouco ou nada dirá - e o que disser há-de ser, em parte e como é hábito, para menosprezar ou deturpar essa actividade. Sabemos que assim será. Da mesma forma que essa comunicação social sabe que o PCP cumprirá o papel que lhe compete.

Actual Santo António da Charneca

• José Casanova

Eram uns duzentos, entre militantes e simpatizantes do PCP: homens, mulheres, jovens; operários, intelectuais, empregados, desempregados, reformados, estudantes; autarcas e ex-autarcas, dirigentes e ex-dirigentes sindicais e de CT's. Encontraram-se, no domingo, na Freguesia de Sto. António da Charneca (Barreiro), num almoço-convívio: almoço de sardinhas assadas, batatas, salada, pão, vinho e melão; convívio de comunistas: fraterno, solidário, visando o reforço do Partido.

Falou-se de muita coisa: aqui, o tema era a jornada de luta da CGTP do dia 10; ali falava-se da acção do PCP em defesa da segurança social pública; acolá, comentava-se a construção da Festa do Avante e a necessária mobilização para as jornadas de trabalho (um camarada, consultando o «Avante!», lembrou que naquela mesma hora se realizavam convívios

e plenários de militantes na Costa de Caparica, na Damaia, na Apelação, nas Caldas da Rainha...); mais adiante, um grupo de ex-presos políticos relembra os tempos da prisão, do fascismo, da resistência; aqui, ali, acolá e mais adiante falava-se do Partido – que foi, é e quer continuar a ser comunista – e comentava-se a «morte do PCP» anunciada todos os dias, há longos anos... A propósito, um camarada escreveu e leu um poema que terminava assim: «Estamos vivos e bem vivos, Para o que der e vier, Estamos aqui, Não fugimos, Mortos serão os vencidos, Nós estamos sempre



vivos, Mesmo depois de morrer.» Um amigo do Partido declamou um poema por si feito e dedicado ao Barreiro.

Uma camarada ofereceu um bolo, por ela confeccionado e no qual desenhou o símbolo e a sigla do Partido (leiloado, o bolo viria a ser arrematado por 58 euros,

quantia que o camarada que o arrematou arredondou para 60).

Vendia-se o «Avante!» e o «Militante», sublinhava-se a importância da leitura da imprensa do Partido e contavam-se experiências de venda do «Avante!» nas ruas.

Enfim, era o Partido que ali estava, representado pelos cerca de duzentos militantes que ali confraternizavam num ambiente à PCP: fraterno, solidário, de camaradagem – assim ganhando forças para as batalhas de todos os dias, batalhas que se sabem difíceis mas às quais os comunistas não virarão as costas, como sempre aconteceu ao longo dos 81 anos de vida do PCP.

Era o Partido que ali estava – por isso nenhum órgão da comunicação social dominante se fez representar... Mas sabiam os duzentos camaradas e amigos presentes – e vários fizeram questão de o dizer – que, se se tratasse de um almoço de ataques à Direcção, aos Estatutos e ao Programa do PCP, estariam lá todas as televisões, jornais e rádios.

Biografias

• Vítor Dias

As televisões e os jornais trouxeram-nos uma afirmação feita no domingo num hotel de Lisboa em que se dava o chocante passo de comparar um aspecto das biografias de alguns membros do PCP, concretamente a sua qualidade de funcionários clandestinos do Partido no tempo do fascismo e os riscos e a coragem inerentes, com a sua ausência na biografia de outros militantes «incluindo o próprio Secretário-geral».

Antes do principal, anotemos que, em matéria de biografias, somos dos que pensam que nenhuma atitude ou comportamentos dos dias de hoje pode servir para decretar a sua inexistência ou para apagar da vida das pessoas e da luta do PCP.

Mas também entendemos que nem a mais heróica, rica e intensa biografia pode ou deve ser usada como argumento de automática autoridade, razão ou especial privilégio para questões dos dias que correm.

Sublinhamos de seguida que já seria um absurdo que, 28 anos depois do 25 de Abril, se passasse a fazer precisamente a distinção que, num rasgo de sabedoria e inteligência, o PCP justamente se recusou a fazer há 28 anos, ou seja, a distinção entre militantes de antes e depois da conquista da liberdade.

Mas ainda mais profundamente perverso no seu significado, é pretender estabelecer, como a concreta comparação feita implica, uma distinção entre funcionários clandestinos e militantes do PCP de antes do 25 de Abril que não tiveram aque-

la experiência ou percurso e que, pelo vistos, a avaliar pela afirmação produzida, parece que por isso deviam carregar sobre os ombros uma qualquer diminuição, face a outros membros do Partido com uma determinada biografia, para o exercício de certas responsabilidades ou tomada de decisões.

A nenhum comunista com idade ou informação para tanto passará pela cabeça negar o heroísmo e o papel primordial e determinante dos funcionários clandestinos na vida e luta do PCP antes da conquista da liberdade.

Mas seria bom que também não passasse pela cabeça de nenhum membro do Partido que tenha sido funcionário clandestino a tentação de desvalorizar ou tornar um pormenor acessório o papel dos militantes que viviam e trabalhavam na «legalidade» e sem os quais também não estaria assegurada a projecção das orientações e da luta do PCP nas empresas, nos sindicatos, nas escolas, nas colectividades e no movimento democrático.

A não ser que, no quadro de uma «ortodoxia» de fugir, se entendesse que, do colectivo partidário ao Comité Central, passando pelos delegados aos Congressos e às Conferências Nacionais (feliz-

mente compostos por uma esmagadora maioria de militantes pós-25 de Abril), tudo se devia sujeitar à tutela das opiniões e vontades de alguns membros do Partido que, não tendo disso o monopólio, têm de facto biografias mais longas e correram riscos acrescidos que as circunstâncias e a vida não colocaram – nem tinham necessariamente de colocar – a outros.



Contrastes

• Jorge Cordeiro

Olhar como foi ignorada ou o modo discreto com que foi remetida para um canto de uma página a notícia sobre a decisão adoptada por um partido, com representação parlamentar e assento no governo, de suspender por dez anos um dos seus membros por declarações feitas à comunicação social não deixa de surpreender. Não pelo relevo da notícia em si ou pelo significado da decisão. O que surpreende é esta contrastante atitude de alguma sobriedade assumida de reduzir, e bem, aos limites da notícia o que é um facto que pode constituir notícia, com a intensa campanha de acusações e a indisfarçável opção da comunicação social por tomar parte, contra o PCP e a sua direcção, em casos e situações em que estão em causa a avaliação do respeito pela regras de funcionamento que cada organização naturalmente não dispensa.

É por este contrastante e inabalável critério de isenção que a comunicação social assume como natural, em alguns o direito de ajuizar da conformidade com as regras em vigor a propósito de

uma declaração feita na comunicação social considerada ofensiva para um determinado dirigente de um partido, enquanto que para o PCP, sujeito há quase um ano a uma permanente e diária campanha de ofensas, calúnias e difamações públicas à sua direcção por parte de alguns dos seus membros, a postura da imprensa é a que se vê.

É por este contrastante e inabalável critério de isenção que a comunicação social parece não confundir, em alguns, atitudes e comportamentos julgados reprováveis, com matéria de opinião, enquanto que para o PCP, ostensivamente associa as suas páginas e comentários ao coro dos que se tentam apresentar como vítimas de alegados «delitos de opinião», quando bem sabem, pelo eco que lhes deram, que do que se trata é de uma actividade sistemática e planeada, assente na contestação aberta à orientação política do partido a que aderiram, na violação diária das regras de funcionamento que era suposto

respeitarem, na assunção de uma postura de quem apenas se arroga a usufruir de todos os direitos e a não respeitar um único dos deveres enquanto membro do partido.

É por este contrastante e inabalável critério de isenção que vimos, no passado recente, a comunicação social ver em alguns que procederam a alterações no seu pleno exercício de soberania dos seus candidatos a eleições, um louvável acto de renovação, enquanto que no PCP idênticas e soberanas decisões foram tratadas como se viu. E seguramente que foi com esta objectividade, isenção e lucidez jornalística que também no passado recente, por um lado, se escreveram páginas e páginas contra o que significaria de falta de renovação, inevitável cansaço e inaceitável atavismo do PCP em recandidatar eleitos autárquicos repetidamente apresentados pela comunicação social como dinossauros, e por outro se clamou à exaustão contra o facto do PCP cegamente desperdiçar a experiência de quem há mais de duas décadas exercia mandato parlamentar.



Frases

“A União Africana, que hoje substitui a antiga OUA, valerá muito mais pelo que conseguir fazer por África do que pelas suas declarações políticas para o exterior. Os seus líderes devem estar conscientes disso e agir em conformidade.”

(Nuno Pacheco, Público, 08.07.02)

“Sejamos sensatos. As festas de Barrancos não são um espectáculo taurino formal, são um ritual popular pertencente à mesma ordem de muitos outros que se praticam no país, com animais, com toiros e sem toiros. Por que vai o Estado intervir numa matéria que apenas àquela comunidade diz respeito?”

(Luís Capucha, idem)

“Portugal é o único país a promover um grupo que o envergonha em todo o mundo: a selecção nacional de futebol.”

(Luís Salgado Matos, idem)

“Neste conflito sazonal que são as touradas em Portugal, temos dois mundos frente a frente. E não são de modo algum o do progresso e da regressão. O que temos é um mundo em que o homem usa os animais no trabalho e nos seus rituais. E outro em que as pessoas compensam o artificialismo da sua vida humanizando os animais de companhia, supondo que a natureza é uma infinidade de “Tarecos”, alimentados a latínhas.”

(Helena Matos, Público, 06.07.02)

“Por exemplo, será imperdoável, um verdadeiro escândalo público, que a mesma ministra que deixou de subsidiar o crédito hipotecário dos jovens não revogue imediatamente a portaria que concede crédito bonificado aos clubes de futebol.”

(Sérgio Figueiredo, idem)

“O ano de 2004 é o ano do Europeu de Futebol em Portugal e o ano dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de Atenas. Que sejamos campeões então na Educação pelo Desporto!”

(Edite Esteves, A Capital, 08.07.02)

“Sinceramente, não se percebe a polémica levantada pela recusa dos Estados Unidos em aderirem à bondosa ideia do Tribunal Penal Internacional. É completamente razoável que os americanos que apoiaram múltiplas ditaduras sanguinárias consoante os seus interesses geoestratégicos, se poupem agora ao banco dos réus da justiça internacional. Para os Estados Unidos, só a “justiça infinita”.”

(Ana Sá Lopes, Público, 07.07.02)

“Não me cheirava a tão adiantado estado de decomposição desde os últimos anos do cavaquismo. O Governo ainda não foi tolhido pelo “rigor mortis” e a pestilência já se faz sentir.”

(Joaquim Letria, 24 Horas, 05.07.02)

“Pode ser simples impressão, mas a muitos cheira fortemente a fim de pátria.”

(Nuno Rogeiro, Jornal de Notícias, 05.07.02)

“Se Maria Elisa Domingues não fosse deputada do PSD, seria, com certeza, um dos alvos privilegiados da campanha do Governo contra o despesismo da RTP.”

(Constança Cunha e Sá, Diário Económico, 05.07.02)

“Enquanto o ministro Morais Sarmento se arrasta pelo Governo, o sr. Madail rasteja na Federação. Em qualquer país civilizado, tanto um como outro já se teriam demitido perante o grandioso espectáculo oferecido pela sua incompetência.”

(Idem, ibidem)

• Isabel Araújo Branco texto

• Jorge Cabral fotos



Eles querem sujeitar as reformas à lógica do jogo de casino. É vender "gato por lebre"! Não se deixe enganar!



O PCP distribuiu um folheto sobre a segurança social no início da semana por todo o País.

Maria do Carmo Tavares, dirigente da CGTP, defende segurança social pública

A ruptura é inevitável com o sistema privado

Maria do Carmo Tavares, dirigente da CGTP-IN, acusa o Governo de defender apenas os interesses empresariais e pôr em perigo a protecção social dos cidadãos. Ontem realizou-se uma manifestação, organizada pela central sindical, contra a proposta do executivo de alterar a lei da segurança social. Hoje tem lugar a discussão no Parlamento.

«Os trabalhadores têm necessariamente de rejeitar de forma frontal o sistema de segurança social proposto pelo Governo», afirma Maria do Carmo Tavares, dirigente da CGTP-IN, em entrevista ao *Avante!*.

A grande questão que ao longo dos anos tem sido colocada é a tentativa de descredibilizar o sistema de segurança social, argumentando que não há sustentabilidade financeira. «Querem interiorizar isso na população, que no futuro não haverá dinheiro

para garantir as pensões», acusa Maria do Carmo Tavares, referindo que o objectivo é criar insegurança nos trabalhadores e atraí-los para sistemas financeiros privados, usando atractivos fiscais.

A dirigente da central sindical considera que por trás da proposta do Governo estão os interesses privados: «O mercado financeiro quer aprofundar os seus lucros. Portugal tem um mercado limitado e a população activa também é limitada, por isso tentam que as pessoas não façam apenas

esquemas complementares de poupança de reforma para o sistema privado ir buscar uma parte dos dinheiros que hoje são públicos.»

O Governo argumenta que quer salvar o sistema, mas vai-lhe retirar uma parte do capital. «É contraditório», comenta Maria do Carmo Tavares, que alerta para o perigo de quebra da solidariedade entre gerações e entre sectores. «A segurança social é um património dos trabalhadores, porque foram gerações sucessivas que construíram esta coisa fantástica que é a protecção social das pessoas, que cobre os riscos e assegura o rendimento fora da idade activa.»

O capital é insaciável

O Governo pretende afastar as gerações mais novas do sis-

tema público de segurança social. Se a proposta for aprovada, os rendimentos mais elevados vão deixar de contribuir para o sistema e passam a ser depositados no sector privado. Segundo, a dirigente sindical a ruptura será inevitável.

«O capital é insaciável», alerta Maria do Carmo Tavares

«É difícil ver a dimensão das consequências, porque não há dados que nos permitam sequer saber quantos trabalhadores existem por cada fatia de rendimentos, mas necessariamente vai dar quebras. Ninguém se iluda que isto não vai prejudicar toda a gente. Uma coisa é os trabalhadores terem uma prestação definida, em que a pessoa desconta e sabe quanto recebe fazendo os cálculos de pensões. Outra coisa é no sector privado, com contribuições definidas mas sem prestação definida.»

Mas quem financiará o sistema público no futuro? «Se saem trabalhadores e se são retirados os salários mais altos, o sistema poderá de facto ter problemas de sustentabilidade», considera Maria do Carmo Tavares, alertando que, caso a proposta do Governo seja aprovada, não serão afectados apenas os jovens trabalhadores: «Pela leitura do diploma, não se pode tirar a ideia de que o

tecto contributo que pretendem introduzir é exclusivo para as pensões. Num artigo é dito que pretendem alargar este sistema à doença.»

«O capital é insaciável e, para romper com uma determinada filosofia, pode começar com uma fásquia alta para dizer que não toca a generalidade. Aberta a porta, quem é que nos diz que essas fásquias não vão descer?», questiona.

Promessas eleitorais são um logro

A grande ruptura que pretendem fazer é acabar com o sistema público universal de segurança social. Essa ruptura não será só a nível das pensões, mas também a nível de outras prestações, como a de doença.

«Durante a campanha eleitoral, o PP disse que para aumentar as pensões mínimas era necessário baixar as outras. Isso é mentira», acusa Maria do Carmo Tavares. Além disso, o projecto do Governo não vai unificar as três pensões mínimas existentes (a dos agrícolas, a pensão social e a do regime geral), ao contrário do que foi prometido.

«Diziam que essa pensão única teria o valor do salário mínimo nacional. Não temos dúvidas que ganharam muitos votos à custa disto. Nada disto é verdade, primeiro porque vai haver menos receitas e depois porque a proposta mantém as três pensões. O valor que é apontado para a pensão social (50 por cento do salário mínimo líquido) é inferior à que existe hoje. A pensão dos agrícolas não está longe do que aqui é dito. A promessa que fizera foi um logro», garante.

«Isto é um caminho muito perigoso, ameaçando a protecção social. Se há factor da coesão das sociedades é a segurança social», garante a dirigente sindical. A Confederação Europeia de Sindicatos fez recentemente um estudo com especialistas, que concluiu que a pobreza aumenta quando um país tem uma segurança social frágil. Esse estudo demonstra que a Inglaterra, onde o sistema foi privatizado, é o país onde a pobreza mais aumentou. «Precisamente porque se fragilizou a segurança social», sublinha Maria do Carmo Tavares.

«Quando as pessoas são obrigadas a pagar seguros, se ficam desempregadas ou doentes e não têm capacidade de os pagar, naturalmente que a sua protecção fica fragilizada. A segurança social é um factor de equilíbrio em qualquer sociedade. Se sofre uma ruptura e diminui, provoca mais profundas desigualdades na sociedade. Isto é gravíssimo», salienta.

Governo quer fugir à contestação

«A lei de bases tem de ir para a Assembleia da República», diz Maria do Carmo Tavares, acrescentando que o executivo de Durão Barroso está a tentar fugir à contestação dos trabalhadores.

«Isto é uma questão política. A lei de bases da segurança social é uma lei estrutural do País. Não é possível discutir a lei em todas as legislaturas.

«A segurança social tem de ter credibilidade. Se cada Governo mexer na lei, descredibiliza o sistema. A lei de bases desenha o modelo de segurança social, dizendo qual o modelo e qual o financiamento. Tivemos uma lei aprovada há pouco tempo, com um amplo consenso social», recorda a dirigente sindical.

Maria do Carmo Tavares

adianta que o objectivo do Governo é «aprovar leis à pressa, para ficar com as mãos livres. Quem não deve não teme, diz o ditado popular e quem não teme põe à discussão. E esta é uma matéria que necessariamente tem de ser posta à discussão».

«O Governo pretende negar radicalmente as regras do jogo sem qualquer discussão. Quer transformar isto numa negociata entre patrões, que naturalmente aplaudem esta matéria, tendo em conta que querem deixar de ter responsabilidades sobre a protecção dos trabalhadores e deixar de descontar para a segurança social e meter no bolso esse dinheiro. Por outro lado, o modelo satisfaz os seus pares do capital financeiro», garante.

Trabalhadores mais esclarecidos

«Hoje é fácil debater a questão da segurança social nos plenários, porque por trás estão vários anos de discussão sobre o tema. É uma questão que se repete e que levanta problemas que já foram discutidos. Mas é preciso percorrer algum caminho para que os trabalhadores percebam que o Governo está a usar muita demagogia», considera Maria do Carmo Tavares.

Actualmente, a população está mais esclarecida. «Nós pensamos que os trabalhadores portugueses deram saltos muito significativos na consciência do que é a protecção social. Houve períodos extremamente difíceis, a gente sentia isso no terreno. Atravessámos um período em que

os próprios trabalhadores consideravam que era benéfico para eles não contribuir para a segurança social porque tinham mais salário líquido.»

Mas, com a tentativa do Governo do PS de privatizar o sistema e com as discussões sobre o «Livro Branco da Segurança Social», esta questão esteve presente nos sindicatos num profundo debate com os trabalhadores. «Se o movimento sindical não tivesse reagido fortemente aos projectos apresentados no Parlamento desencadeando lutas, não tínhamos derrotado o projecto do Livro Branco. E conseguimos consolidar as posições que pretendíamos na lei de bases da segurança social, embora não a cem por cento», sustenta a dirigente da CGTP.

OGMA voltam à rua

Após terem recebido garantias do Conselho de Administração de que a verba para pagamentos de salários seria disponibilizada até à passada segunda-feira, os trabalhadores das OGMA, ao verem o retrocesso desta decisão – em notícias vindas a público, a Caixa Geral de Depósitos não disponibilizaria qualquer verba – voltaram às acções de rua, tendo-se concentrado em frente aos portões da empresa na passada segunda-feira. Anteontem, dirigentes e delegados sindicais do SITAVA e do STEFFA's estiveram concentrados à porta da residência oficial do primeiro-ministro entre as 10 e as 18 horas, continuando nos dias seguintes, até que sejam pagos os salários aos trabalhadores das OGMA.

Greve a 22 de Julho

Os trabalhadores dos CTT vão estar em greve, no próximo dia 22, a exigir a retoma das negociações e a nomeação de uma nova administração para a empresa, já que esta se recusa a negociar com os trabalhadores. Estas reivindicações haviam já sido feitas e os trabalhadores já tinham recebido garantias por parte do Governo de que a situação seria resolvida. O SNTCT – Sindicato dos Trabalhadores dos Correios e Telecomunicações – considera que o Governo mentiu, já que não há nova administração, e lembra que a situação laboral está longe de resolvida, como se constata pelo facto de não haver aumentos salariais. Para além da greve, os trabalhadores realizarão plenários nas empresas e apelarão à solidariedade da CGTP e de outros sindicatos.

Sindicato explorador

«A direcção do Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas surpreende tudo e todos ao patrocinar processos disciplinares a três trabalhadores com intenção do seu despedimento.» A acusação é do CESP, Sindicato do Comércio, Escritórios e Serviços de Portugal, que acusa o SBSI, filiado na UGT, de, qual «bom patrão», ter contratado trabalhadores com a categoria profissional de auxiliares de acção médica e tê-los posto em funções administrativas. Ou seja, «com menos dinheiro, arranja forma de ter trabalhadores que executam funções mais qualificadas». Os trabalhadores solicitaram que a IGT repusesse a verdade, «isto é, a requalificação dos trabalhadores», e foram castigados.

O CESP afirma ter tentado o diálogo com a direcção do SBSI e ter recebido como resposta, por parte de dirigentes sindicais, a defesa do despedimento de trabalhadores. Como resposta, os trabalhadores visados levaram a cabo uma greve às horas suplementares.

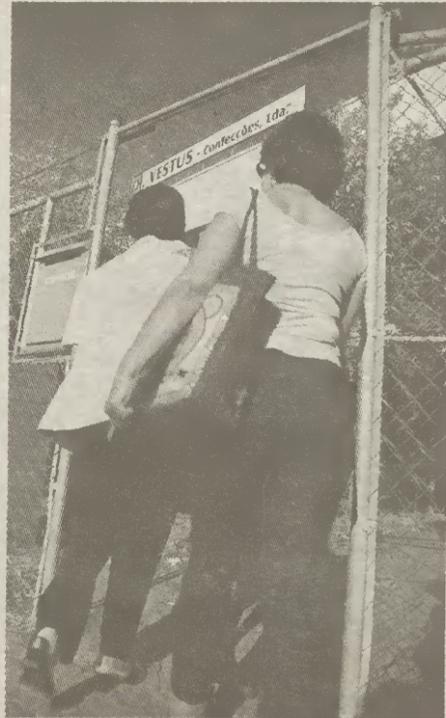
Contra privatização

Ao fim de três meses sem dialogar com o STAL, o Ministério das Cidades, por intermédio do chefe de gabinete do secretário de Estado, recebeu finalmente uma delegação do sindicato, que levava a cabo, naquele momento, uma manifestação junto às instalações do Ministério. A delegação sindical, que entretanto conseguiu agendar uma reunião com o secretário de Estado para o próximo dia 18, entregou um caderno reivindicativo e expressou a sua oposição à privatização do IPE, com graves implicações nos sistemas multimunicipais de resíduos sólidos e água. A estrutura pretende saber ainda se o Governo irá permitir, antes da privatização, que as autarquias possam adquirir 51 por cento do capital, «de acordo com uma proposta apresentada pelo PSD no Parlamento e rejeitada pela então maioria socialista». A criação dos «supranumerários» conta também com a discordância do sindicato.

Dar voz a quem trabalha

O oitavo congresso do SINAPSA, sindicato do sector dos seguros, aprovou por unanimidade uma moção que exige o fim imediato dos processos de despedimento no sector dos seguros. O sindicato exige ainda que seja alterada a legislação dos contratos a prazo e dos despedimentos colectivos, no sentido do respeito pelos interesses da classe trabalhadora.

A moção afirma que «o clima de medo e de insegurança» está instalado na maior parte do sector e que se sente uma pressão psicológica e uma instabilidade no trabalho como nunca se sentiu desde o 25 de Abril. O SINAPSA considera ainda que o silêncio da comunicação social sobre esta matéria «contrasta de forma chocante com o interesse que alguma imprensa, falada e escrita, veicula sobre as posições do patronato. É necessário dar voz aos que trabalham».



«Sairemos com tudo aquilo a que temos direito», afirmaram os trabalhadores da Vestus

Falência da Vestus confirma estratégia das multinacionais de sair de Portugal e rumar ao leste da Europa e ao Extremo Oriente

O retrato de um sector

• Gustavo Carneiro texto • Jorge Cabral fotos

A Vestus está falida. Para trás ficam décadas de trabalho e 414 trabalhadores desempregados. Um caso que se repete no sector das confecções, cujo capital ruma a outros locais, verdadeiros paraísos de exploração de mão-de-obra barata. O Avante! assistiu a um plenário da empresa e conversou com António Marques, dirigente sindical dos têxteis, que falou de um sector que dá milhões a ganhar. A alguns.

Pouco passava das oito da manhã do passado dia 5, já a quase totalidade dos 414 trabalhadores da Vestus, em Corroios, concelho do Seixal, entravam nas instalações da fábrica para mais um plenário, com uma extensa – e decisiva – ordem de trabalhos.

Com a declaração de falência à beira de ser entregue pela administração no Tribunal do Comércio, cabia à reunião a nomeação do liquidatário judicial, de forma a evitar que os trabalhadores sejam prejudicados ou enredados em alguma trama menos clara, e do representante dos trabalhadores na Comissão de Credores, de forma a garantir a venda do património em condições que permitam o pagamento total das dívidas aos trabalhadores, com salários em atraso desde o mês de Abril.

Os dirigentes sindicais, a partir da mesa, apelavam à compreensão da importância destas decisões: «já que não conseguimos aguentar os postos de trabalho, vamos tentar sair com tudo aquilo a que temos direito», afirmou um dirigente.

Após acesa discussão – a situação não é para menos –, ambos os nomes propostos pela direcção do sindicato foram aceites.

Não menos intensa foi a discussão sobre a entrega do pedido de falência por parte do grupo. Esta questão é de importância vital para os trabalhadores, porque dela dependem os subsídios de desemprego e as indemniza-

ções a receber. Graças ao Fundo de Garantia Salarial – conquista do grupo parlamentar do PCP –, os trabalhadores não terão de esperar pela venda do património da empresa para receber as indemnizações, já que este fundo lhes garante um adiantamento.

A entrega em Tribunal do pedido de falência esteve inicialmente previsto para o dia anterior ao plenário, 4 de Julho, mas não se efectuou, alegadamente por falta de condições para reunir todo o processo, ficando adiado para esta semana. Os tra-

balhadores, ao tomarem conhecimento deste adiamento, decidiram pelo envio de uma delegação ao Tribunal, no dia previsto, como garantia de que o processo era entregue, pois temiam alguma manobra menos clara por parte do patrão, que acusam de já ter tentado por diversas vezes retirar material das instalações.

Capital sem pátria

A Vestus foi, durante largos anos, propriedade do grupo Kansas, um grupo dinamarquês produtor de fatos de trabalho, que comprou também duas outras unidades fabris em Portugal, afirmando-se como monopolista do sector.

Sem nunca ter apresentado quaisquer problemas económicos e com um património avaliado em cerca de um milhão de contos, a empresa deixou, em Abril, de ter encomendas e de pagar os salários aos trabalhadores. Para esta semana está prevista a entrega, no Tribunal do Comércio,

da declaração de falência. Pelo meio, episódios como a deslocalização progressiva da produção do grupo, que tinha três empresas em Portugal, para países do leste da Europa – cuja mão-de-obra altamente qualificada custa menos um terço que a portuguesa – e a venda da empresa, por dez escudos, a um grupo constituído por capitais suecos e holandeses, foram-se sucedendo.

Após esta oferta, o grupo Kansas continuou a alimentar a produção da empresa durante ano em meio, findo o qual «fechou a torneira», deixando a Vestus sem produto para comercializar. Anunciava-se o fim.

Perante governos passivos, este tipo de situações são frequentes no sector das confecções, nomeadamente no distrito de Setúbal, onde não há muitos anos empregava vários milhares de trabalhadores. Com o fim da Vestus, da Cosal, da Melka ou da Norporte, não restarão mais de 600 ou 700.

Fortunas de agulha e dedal

Quando os donos de empresas como a ERES, no Fundão, ou a Vestus, no Seixal, pretendem abandonar o País, para se fixarem noutros países onde a exploração dos trabalhadores se faça de forma mais eficaz e rentável, pouco parece haver a fazer. Completamente vocacionadas para exportação e sem qualquer mercado interno, não há empresário que pareça interessar-se pela aquisição deste tipo de empresas.

António Marques tem outra opinião e entende que os mercados se conquistam. «Em Espanha há vários exemplos disso», afirma.

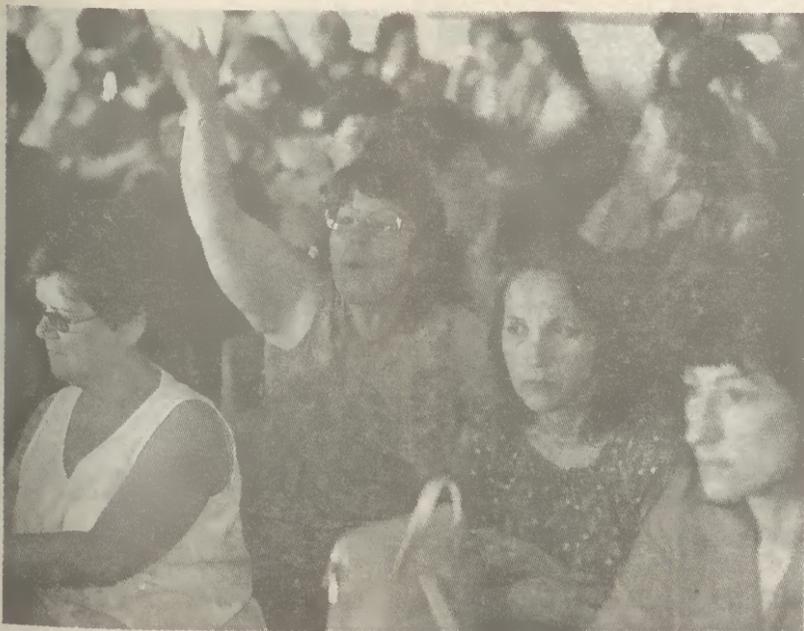
Na verdade, o homem mais rico do país vizinho não é, como talvez se pudesse esperar, um banqueiro ou um construtor. O espanhol mais rico é Amâncio Ortega, dono da Inditex, que a revista Forbes, no seu ranking dos homens mais ricos do mundo, coloca no vigésimo quinto lugar.

Quanto à Inditex, é o grupo que reúne todas as empresas de produção, distribuição

e comercialização da cadeia Zara, que entretanto se foi alimentando de outras, como a Massimo Dutti ou a Stradivarius, ou, mais recentemente, a Pull&Bear e a Bershka. Recorde-se que a Zara, criada em 1975 e primogénita do grupo, nasceu na Galiza de uma pequena empresa de confecções familiar, a Confecciones GOA.

Muito aquém dos mais de 10 mil milhões de euros amealhados pelo patrão da Inditex, mas igualmente donos de grandes fortunas de agulha e dedal, encontram-se os proprietários da Mango, que no ano passado facturou cerca de 814 milhões de euros, do El Corte Inglés, da Cortefiel e da Lois.

Não tomando estes casos como exemplos, pois trata-se de multinacionais que exploram de forma brutal os seus trabalhadores, António Marques entende que estes casos mostram que é possível encontrar mercados para o sector do vestuário, que é rentável e «dá muito dinheiro». Basta ter um «bom design, moda, um bom preço», conclui.



O sector têxtil português cresce de ano para ano, afirma o dirigente sindical António Marques



António Marques, da Federação dos Sindicatos Têxteis, ao Avante!:

«O Governo admite a destruição do aparelho produtivo»

«O sector têxtil, no sul do País, perdeu 13 mil postos de trabalho na última década», afirma António Marques, dirigente do Sindicato dos Têxteis do Sul e da FESETE, federação sindical do sector, que o Avante! entrevistou após um plenário na Vestus.

– A Vestus encontra-se numa situação muito difícil, mas os trabalhadores estão a responder com firmeza e determinação...

– Os trabalhadores tiveram, ao longo deste tempo, uma grande capacidade de luta e de resistência, foram várias vezes a manifestações, cortaram diversas vezes a estrada... E o sindicato já fez, desde Abril, mais de 30 plenários, com horas e horas de discussão, a organizar, a resistir, a mobilizar e a intervir. Mas fizemos também algumas intervenções junto do Governo. Mas este nada fez, quer o do PS quer o do PSD. Se não for o sindicato nada se faz, até porque o Governo admite a destruição do aparelho produtivo, não

chama nenhum gestor, não responsabiliza ninguém. Faz o jogo do capital.

– Mas esta questão não se prende com a perda de mercado por parte da empresa, mas sim com uma opção definida de deslocalização da produção...

– Sim. Nós temos cerca de 60 multinacionais no ramo do vestuário e calçado. No sector têxtil nem tanto. E estas multinacionais empregam directamente entre 30 e 40 mil trabalhadores. Indirectamente, esse número ascende aos 50 ou 60 mil.

Em termos do sul do País, nos sete distritos que o sindicato abrange – Faro, Beja, Évora, Portalegre, Setúbal, Lisboa e Santarém – já foram

destruídos, na última década, cerca de 13 mil postos de trabalho. Destes, 4 mil terão sido no ano passado. Com estes encerramentos e despedimentos, perderam-se cerca de 10 milhões de contos de produto. Imagine-se o que é isto para o PIB nacional... E ainda com a agravante de quase dez milhões de contos serem devidos aos trabalhadores, que são despedidos e não recebem os seus direitos.

– Então a questão da Vestus não é um caso isolado, mas uma estratégia mais geral...

– Há aqui um conjunto de multinacionais, originárias da Escandinávia e – sobretudo no sector do calçado – da Alemanha, que há vinte ou trinta anos deslocalizaram as empresas para o nosso país e que, neste momento, o estão a fazer para outros países, onde a mão-de-obra é muito mais barata. Estas multinacionais fazem milhões e milhões de contos de lucro e pagam salários miseráveis. Agora estão de partida para outros países,

para explorar ainda mais os trabalhadores, agora os da Estónia, da Lituânia, da Ucrânia, da Índia... Falando da Índia, dou um exemplo: um industrial francês, com um salário de um trabalhador francês, põe a trabalhar quarenta indianos. Estas multinacionais, este capital sem rosto, estão numa situação de extremamente agressiva para connosco – veja-se o exemplo dos alemães, que exigem do Governo o agravamento das leis laborais, para que continuem no País.

– Pode-se afirmar que estamos perante o fim anunciado do sector têxtil em Portugal?

– Não, porque mesmo com esta destruição de postos de trabalho, ultrapassámos pela

primeira vez os mil milhões de contos de exportações. O sector têxtil aumentou, em 2001, o valor da produção em 2,5 por cento, enquanto que o vestuário reduziu 5,5. Aqui está a deslocalização das empresas... Se formos mais atrás, de 1999 a 2001, verifica-se que o têxtil – tecidos e fição – aumentou o volume de negócios 6,5 por cento, enquanto as confecções diminuíam 8,6 por cento. E porque? Porque somos bastante competitivos em termos da produção de fição e tecelagem. O vestuário decresce porque as multinacionais deslocalizam produções.

– No têxtil são sobretudo empresas portuguesas?

– Sim. É que este sector é de capital intensivo, enquan-

to que o do vestuário é de mão-de-obra intensiva, com muito mais trabalhadores, com um operário por máquina, o que eleva os custos de produção. E as multinacionais deslocalizam-se. Se bem que, em relação ao vestuário, entendamos que o sector tem capacidade de sobrevivência se produzirmos gamas médias ou altas para a moda. E para o mercado europeu, que tem poder de compra. Continuando a produzir gamas baixas, estandardizadas, sem qualidade, somos cilindros pelos países de mão-de-obra muito barata. Não podemos competir com países que colocam no mercado camisolas mais baratas do que o preço a que nós adquirimos a matéria-prima...

Só os salários não crescem

– Apesar do crescimento do volume de negócios no sector, os salários não acompanham esse crescimento...

– Vive-se uma situação que não podemos aceitar: os salários são muito próximos do salário mínimo nacional, a rondar os 70 contos brutos. E as empresas estão a ganhar muito dinheiro. Nós sabemos que na zona norte há grandes riquezas nos sectores dos têxteis e do calçado, é lá que se compram os Porsches, os Jaguares, os Ferraris, e é uma injustiça enorme que os patrões não dialoguem com os sindicatos no sentido de elevar as remunerações dos trabalhadores. Até por que as produtividades aumentam todos os anos.

– Para que níveis, actualmente?

– Neste momento, as empresas têxteis, de vestuário e calçado aumentam as suas produtividades numa média de três/quatro por cento ao ano, com mil e quinhentos milhões de contos de produto, o que representa quase oito por cento do Produto Interno Bruto, que é

uma participação bastante grande. Daí que, no que respeita aos salários, o patronato não tem razão nenhuma ao apresentar propostas de aumentos na ordem dos dois por cento, que não acompanham sequer o aumento da inflação. É por esta razão que acreditamos que o próximo ano será de grandes lutas dos trabalhadores, organizados em torno dos seus sindicatos.

– Há condições para o reforço da luta?

– Sim. No sector têxtil, travámos uma luta extremamente dura durante quase um ano pela questão das 40 horas de trabalho. Fundamentalmente no Vale do Ave, onde foi um processo bastante doloroso. Na área sul, até conseguimos em muitas empresas as 40 horas com as pausas a contar como tempo de trabalho. Por exemplo, no distrito de Setúbal, a Triumph, que produz roupa interior, pratica salários da ordem dos 150 contos. E porquê? Porque nós estamos organizados nessa empresa. Pela nossa intervenção, assistimos a uma fase de crescimento da luta. No dia 20 de Junho,

contribuímos com muitos trabalhadores do sector para muitas das concentrações que se realizaram: Porto, Braga, Lisboa, Beira Alta e Baixa... E estamos também na fase de preparação das propostas reivindicativas, para lutarmos contra a exploração, com a questão central dos salários.

– E está a trazer resultados, a avaliar pelo desgaste que o Governo já apresenta...

– Sim, tendo em conta as últimas sondagens. Mas também é preciso dizer que não nos interessa a bipolarização entre o PSD e o PS. Porque se o PSD é um partido de direita que realiza uma política de direita, o PS, mesmo podendo não ser considerado um partido de direita, faz da mesma maneira uma política de direita. E, além do mais, é responsável pelos grandes problemas do País, porque teve a oportunidade de realizar uma política de esquerda e não o fez. E o eleitorado penalizou-o. Mas em vez de apoiar partidos consequentes, neste caso o PCP, encostou-se à direita.

A fuga do «capital sem rosto»

António Marques é dirigente da FESETE, federação dos sindicatos dos trabalhadores têxteis, lanifícios, vestuário, calçado e peles de Portugal. Destes sectores, é o do vestuário que representa o maior factor de preocupação no que respeita à destruição de postos de trabalho.

Com a queda do «bloco de leste», a com a abertura destes países à instalação das multinacionais do sector – que procuram, e aí encontram, mão-de-obra qualificada a preço de saldo – começa a debandada para esses países do que o sindicalista chama «capital sem rosto». As consequências são arrasadoras.

No sul do País, em dez anos, mais de 13 mil trabalhadores do sector perderam o seu posto de trabalho. E muitos sem poderem ver, sequer, quaisquer compensações, devido ao que António Marques considera «verdadeiras falcaturas» realizadas pelos patrões que deixam as empresas sem património que possa reverter em favor dos trabalhadores.

Noutras regiões, como nas Beiras, a situação é pelo menos tão dramática, com a agravante de serem regiões onde o sector era predominante, ou mesmo exclusivo, não havendo gran-

des alternativas de emprego. Na Beira Baixa, nos últimos oito meses, treze empresas fecharam, o que representou a desocupação de cerca de mil e seiscentos postos de trabalho, afirma António Marques. E há outras em risco... Na Beira Alta, a situação não é melhor, com a destruição recente de 1000 postos de trabalho.

O sector do calçado, por seu lado, cresceu muito nos últimos anos. António Marques lembra que há 15 anos havia cerca de 10 mil trabalhadores no sector, a contrastar com os cerca de 60 mil actuais. Atendendo aos últimos indicadores, verifica-se que o valor das exportações aumentou mais de 12 por cento, confirmando-se Portugal como o segundo maior exportador, a seguir à Itália.

Dominado em grande medida por multinacionais alemãs, começam a notar-se alguns indicadores preocupantes, talvez a indiciar um processo de massivo de deslocalizações, como aconteceu no sector do vestuário: apesar do crescimento do sector – que produz cerca de 400 milhões de pares de sapatos por ano –, a Schuh-Union, da Maia, e a J. Clark, do distrito de Aveiro, deslocalizaram as suas produções para o Leste.



Carlos Carvalhas alertou, no domingo, para as graves consequências da política governamental ao nível da segurança e estabilidade laboral das mulheres

Mulheres CDU/Porto denunciam a política do Governo, que as discrimina duplamente

Conviver também é lutar

Tendo no horizonte a bela zona da barragem do Alvão, em Vila Pouca de Aguiar, na região de Trás-os-Montes, as Mulheres CDU da Cidade do Porto promoveram, no domingo, a 13.ª edição do seu passeio de Verão, que mais uma vez contou com a participação de Carlos Carvalhas.

Como todos os anos, o passeio proporcionou um dia inteiro de boa disposição e convívio, numa «expressão de aproximação, fraternidade e pluralidade das ideias e vivências, própria das mulheres comunistas», como salientou Amália Andrade, da Comissão de Mulheres CDU.

Mais de 1100 pessoas aderiram a este passeio que cruzou, na aprazível Lagoa do Alvão, a boa disposição e a festa popular com a denúncia do actual momento político, caracterizado pelas perigosas medidas de afrontamento social protagonizadas pelo Governo PSD/CDS-PP,

e o protesto pelas medidas governamentais que se avizinham.

A propósito, Amália Andrade denunciou o facto de as mulheres constituírem «as primeiras vítimas da má política laboral e social do actual governo», sendo «enquanto trabalhadoras e cidadãs duplamente discriminadas», afirmando, a seguir, o imenso «potencial das mulheres na participação na vida pública no sentido da mudança social necessária».

Amália Andrade destacou ainda o papel da CDU «como espaço aberto, participativo e

solidário que convida e estimula a assunção da condição da mulher em toda a sua plenitude», referindo que «sendo o PCP um partido da coligação, com causas e convicções, uma força com futuro, procura nas mulheres comunistas o papel de defesa firme das conquistas de Abril, da democracia e da liberdade, valores essenciais para quem dá vida ao mundo».

Na sua intervenção, Rui Sá, membro do Comité Central do PCP e vereador da CDU na Câmara Municipal do Porto, realçou o papel fundamental da

mulher no apoio ao desenvolvimento infantil, no esforço de concretização de um ensino pré-escolar com qualidade, no papel determinante na prestação e assistência de cuidados de saúde, entre outras responsabilidades que a Mulher consegue assumir com particular sentido e sensibilidade social.

É preciso resistir

Dando consequência política a este exercício de camaradagem e convívio a que todos os

participantes resolveram dedicar o seu dia, Carlos Carvalhas, secretário-geral do PCP, interveio salientando o carácter eminentemente popular e alegre da iniciativa, tendo em conta o número significativo de participantes que não militam no PCP mas que apreciam o espírito de sincera fraternidade das suas realizações.

Apelando à capacidade de luta e de resistência de todos, homens e mulheres, Carlos Carvalhas denunciou a previsível crise estrutural do país, com graves consequências que afectarão sobretudo as mulheres no plano da insegurança e instabilidade laboral, fruto de uma situação

social caracterizada negativamente por diversos fenómenos de discriminação e precariedade no mercado de trabalho.

Prevendo, também, impasses na assunção de outros direitos civilizacionais, o secretário-geral do PCP referiu a despenalização da Interrupção Voluntária da Gravidez, relativamente à qual o Grupo Parlamentar do PCP apresentou um novo projecto de lei logo no primeiro dos trabalhos parlamentares. Mas apesar de o PCP colocar este projecto como uma primeira escolha de iniciativa política, para a sua votação favorável é, contudo, necessário que haja pressão popular.

Alcochete Demagogia na Câmara

O anúncio de algumas «obras faraónicas» pelo executivo da Câmara Municipal de Alcochete não passa de um acto de demagogia com o qual o executivo pretende desculpar a sua «flagrante inércia» e «protelar obras com condições para avançar», consideram os eleitos da CDU, em documento divulgado pela Comissão Concelhia de Alcochete do PCP de contestação às críticas feitas pelos eleitos do PS à gestão autárquica da CDU.

Exemplo disso são, por exemplo, as alterações que o actual presidente de Câmara pretende introduzir no projecto do futuro porto de recreio de Alcochete, reveladoras «da sua incoerência, desconhecimento e incapacidade política para abordar os problemas do concelho».

A CDU diz que o estudo já elaborado para a área do cais teve em conta outras alternativas que não avançaram pelos inoportunos custos que implicavam e o anteprojecto aprovado pela APL não pressupõe a construção de qualquer parque de estacionamento à superfície, como falsamente alega o autarca do PS.

Quanto ao estudo relativo à ampliação da muralha do Rossio, ele reduz - ao contrário do que o PS afirma - o número de viaturas no centro da vila, uma vez que inclui a construção de um parque de estacionamento subterrâneo na zona adjacente ao Largo Marquês de Saldanha.

Os eleitos da CDU não acreditam, por outro lado, na viabilidade de alguns projectos do actual executivo camarário, nomeadamente da pretensa reactivação das carreiras fluviais para Lisboa, já que isso «pressupõe a construção de parqueamentos de apoio com uma tal dimensão que seria necessário proceder a aterros em zonas húmidas, susceptíveis de alterar habitats naturais» e pôr em risco a Praia dos Moinhos.

Por fim, os eleitos da CDU dizem não perceber por que razão não se avança com a implantação do passeio ribeirinho ligando a Praia dos Moinhos à Praia do Samouco, já que havia empresa para elaborar o projecto e co-financiamento para a obra. «Pasmam», também, com a demagogia de um artigo da Revista Municipal de Junho sobre o ensino no concelho, perguntando-se por que razão nem o presidente da Câmara nem o presidente do Agrupamento das Escolas falam das numerosas obras feitas pela CDU no concelho que - lembram - é considerado «zona não carenciada».

O Grupo Parlamentar do PCP/Açores entregou na Assembleia Legislativa Regional uma série de requerimentos interrogando o Governo sobre importantes questões para a Região, um dos quais sobre o porto da ilha das Flores, atingido no Inverno por fortes tempestades que lhe causaram estragos apreciáveis. Visto o Governo Regional se ter limitado a mandar avaliar a situação, o PCP quer saber para quando estão previstas acções de protecção do molhe deste porto.

Também o protocolo estabelecido entre a Administração Regional, a Câmara de Vila do Porto e a empresa ANA para a limpeza dos lixos do aeroporto de Santa Maria e o apetrechamento do porto também de Santa Maria (Gare Marítima e cais de passageiros) são questões relativamente às quais os comunistas querem conhecer datas de execução.

Quanto a uma recomendação feita ao Governo Regional no sentido de «desanexar os terrenos não necessários às operações aeroportuárias» e entregá-los à Câmara de Vila do Porto para a «adequada gestão ambiental e urbanística» daquela zona, o PCP pretende ser informado sobre quais as diligências já efectuadas para a sua concretização.

Outras questões que motivaram requerimentos do Grupo Parlamentar do PCP/Açores foram o novo Matadouro de Santa Maria - em relação ao qual quer saber se já existe

projecto e para quando a sua construção - e a necessidade, também nesta ilha, de uma estrutura para a instalação de exposições e feiras.

Sobre esta última questão, o PCP, lembrando as centenas de milhares de contos «enterrados» na área atribuída à Zona Franca para construção de infra-estruturas e de um edifício, considera que uma parte desta área poderia vir a acolher

a área de exposições, a Escola Profissional e a Câmara do Comércio.

Caso o Governo considere viável esta solução, o PCP pergunta «que passos faltam dar para se poder passar das intenções à acção», caso não considere, que razões apresenta para «desperdiçar uma oportunidade de aproveitar alguma coisa do muito que foi desperdiçado na Zona Franca». Por

fim, e tendo constatado a existência de situações de contratos a termo certo de quadros técnicos e administrativos na Divisão dos Serviços de Desenvolvimento Agrário e na Administração Florestal, onde faltam também dois guardas florestais, os comunistas querem saber como pensa o Governo Regional satisfazer a curto ou a médio prazo as necessidades de pessoal que já se sentem ou em breve se farão sentir.

Luta na PROVIMI

A Comissão Concelhia de Ovar do PCP está solidária com a luta dos trabalhadores da PROVIMI que, reivindicando melhores condições de trabalho, realizaram recentemente uma greve de 24 horas, com uma adesão de 100% no sector da produção.

A Concelhia de Ovar saúda, ainda, a unidade dos trabalhadores que marcaram forte presença em Aveiro, na jornada de luta promovida

da pela CGTP no dia 20 de Junho, na certeza «de que a luta representa o único caminho na defesa dos interesses da classe trabalhadora, num quadro onde se avizinham grandes ofensivas contra os direitos laborais, visando entre outros aspectos congelar salários, flexibilizar cada vez mais as leis do trabalho e bloquear a contratação colectiva».



Os trabalhadores da Provimi estiveram em força na jornada de luta da CGTP

ÉVORA Menos festa nas Festas

A Comissão Concelhia de Évora do PCP está em desacordo com a redução da Feira de São João a umas «pretensas Festas da Cidade» - que, aliás, nem existiram -, tornando-a «menos festiva, menos popular, menos cultural, menos jovem».

É certo que a arrumação do espaço era este ano mais folgada mas foi-o à custa da participação de feirantes e do carácter tradicional da Feira. A maior pobreza do programa cultural teve também resultados visíveis no público e o facto de o Palco do Jardim ter ficado isolado da Feira «perdeu em impacto e público» o que «ganhou em desconforto». Aliás, a definição da localização dos palcos na prejudicou o programa cultural já de si pobre. Quanto às instalações da chamada Feira do Empreendedor para exposição de actividades económicas, elas melhoraram, de facto, mas em resultado de um investimento de 50 mil contos de razoabilidade e pagamento duvidosos. Criticando, por fim, a falta de mostras e provas de produtos regionais, do concurso de gastronomia e das provas de atletismo, o PCP diz que «apenas na propaganda» a gestão PS «conseguiu mais e melhor».

AVEIRO Agricultores em luta

A Direcção da Organização Regional de Aveiro do PCP está solidária com a luta promovida pela Associação da Lavoura do distrito e outras estruturas associadas à CNA e far-se-á representar na Manifestação com uma delegação, associando-se à reclamação de novos e mais justos apoios aos pequenos e médios agricultores, acabando com a situação de ser um pequeno número de grandes agrários a receber a «parte de leão», dos subsídios. Para o PCP, o facto de os problemas e dificuldades do sector irem ser agravados com a prossecução da PAC, particularmente neste momento, em que eles defrontam problemas de escoamento dos produtos, seja do vinho ou da batata, e assistem a novos cortes nos preços à produção, com a ameaça de novo corte nos preços do leite, «justificam plenamente» a mobilização dos pequenos agricultores em defesa dos seus interesses.

MOITA Polis aprovado

Reunida na semana passada, a Comissão Concelhia da Moita do PCP congratulou-se com a aprovação do Programa Polis para o concelho da Moita, recordando que quando no ano passado a sua primeira versão foi preterida, numa clara jogada eleitoralista do Partido Socialista no governo, a sua imediata posição de protesto foi acompanhada da «determinação de erguer este programa, ainda que diminuído quanto ao seu alcance inicial, como uma bandeira pela qual valia a pena lutar». O Polis da Moita resulta «inequivocamente de um vasto conjunto de estudos, projectos e propostas da responsabilidade da gestão autárquica da CDU», lembrou, por fim, aquele organismo partidário.

A prova do tempo e dos factos

Na vida, tal como na política, os factos e os tempos que deles decorrem assumem sempre um papel decisivo na clarificação das coisas e dos objectivos, ainda que bem disfarçados pela retórica.



Jerónimo de Sousa
Membro da Comissão Política

Começa a perceber-se cada vez mais o porquê da razão desta avassaladora campanha contra o Partido por parte de um conjunto de forças que se articulam e exercitam a ofensiva.

Numa época em que a relação de forças corre a favor do capitalismo e da direita, em que procuram desferir rudes golpes nos interesses e direitos dos trabalhadores e do povo português, há que tentar enfraquecer, isolar e denegrir a força política que pode não só resistir, como organizar a resistência e a luta.

Este Governo PSD/CDS-PP, pela sua vincada natureza de classe, orientado pelas exigências mais urgentes dos grandes grupos económicos e financeiros, prepara-se para acelerar a ofensiva:

Em preparação está uma das maiores ofensivas contra a legislação laboral, em que quase nenhum dos direitos fundamentais dos trabalhadores ficaria incólume. Desde o contrato individual de trabalho, ao trabalho por turnos e respectiva compensação, aos horários de trabalho, à mobilidade geográfica e funcional, à facilitação de despedimentos por inadaptação, ao agravamento do lay-off, passando pela neutralização da contratação colectiva, por alterações à Lei da Greve e das Comissões de Trabalhadores. Esse «contendor laboral» assumiria a forma de um novo Código Laboral que levaria o direito do trabalho a retrocessos de muitas décadas.

Naturalmente, como afirmava um ideólogo e seguidor do capitalismo, a estratégia é exigir tudo para, pelo menos, alcançar sempre muito. Mas esta listagem impressionante levanta duas questões: a primeira é que esta ofensiva, sendo contra todos os trabalhadores, tem como alvos preferenciais os trabalhadores que produzem e em

particular a nova geração de operários; a segunda é que, afinal, na primeira linha das prioridades do capital continua a estar a eliminação dos direitos conquistados pelos trabalhadores organizados.

Um projecto ímpar

Sem subestimar este período que precede as férias, como certamente será demonstrado pela CGTP-IN no dia 10, na acção em defesa da Segurança Social, e também pelos trabalhadores de muitas empresas ameaçadas de encerramento, de falência, de deslocalização e com salários em atraso, o calendário político e legislativo indicia que o 2.º semestre apre-

sentará perigos e desafios de grande envergadura ao movimento operário e sindical.

Em declarações recentes, tanto Cavaco Silva como Ferraz da Costa, na sua ambição de darem nas vistas, afirmavam que o Governo tinha de ser célere nas medidas antes que as forças sociais atingidas por essas medidas organizem a resposta e a conflitualidade social. Entretanto, o primeiro-ministro Barroso veio à praça pública manifestar a sua raiva porque o PCP continua a influenciar a dimensão e o desenvolvimento da luta social.

Este esforço tremendo para tentar estabelecer a demarcação e uma linha divisória entre o PCP e o movimento operário e sindical e entre as suas reivindicações, aspirações e luta emancipadora não é nova nem inocente. Sabem os tutores ideológicos dos Barrosos e quejandos que a este Partido podem arrancar-se folhas mas tem sido impossível arrancar-lhe raízes, onde vive, se inova e renova a sua identidade, a sua natureza, o seu projecto e o seu ideal.

Ninguém mais do que o PCP defende esse projecto ímpar de independência, de unidade, de democracia, o carácter de massas e de classe, que está substanciado no projecto da CGTP-IN. Até porque nessa construção foi e é determinante o papel, a acção e a luta abnegada de milhares de comunistas. Mas por causa da identificação profunda deste Partido com os interesses e direitos dos trabalhadores, neste processo dialéctico de mobilização e consciencialização das massas e com elas aprender sempre, só por objectivo ou desistência ideológica se pode admitir que o PCP abdique desta ligação inseparável.

Consciente ou inconscientemente, aqueles que hoje vêm à praça pública exercitar a divergência com o PCP e veladamente agitam o seu estatuto sindical como elemento de pressão e demarcação, haverão de saber que, em última análise, mais do que o PCP, prejudicarão os trabalhadores. O capital e este Governo de direita encarregaram-se de quebrar ilusões sobre o que é central e prioritário. Sabem que enquanto existir este PCP haverá sempre quem lute, com os trabalhadores e pelos trabalhadores.

“Enquanto existir este PCP haverá sempre quem lute com os trabalhadores”

- privatizar o que resta do sector público, levar por diante uma nova escalada contra os serviços públicos e funções sociais do Estado, a começar pela segurança social, a saúde e o ensino;

- minar os principais pilares dos direitos sociais e laborais. O exemplo mais próximo é o conteúdo da nova Lei de Bases da Segurança Social, referenciado no documento da Comissão Política neste número do *Avante!*.

Para o sector da Administração Pública, o Governo, inspirado na velha e arrumada Lei dos Disponíveis do consulado cavaquista, quer proceder a despedimentos forçados indiciando, simultaneamente, a vontade de fazer o garrote nos salários na próxima proposta do Orçamento do Estado.

Eles querem sujeitar as reformas à lógica do jogo de casino
É vender "gato por lebre"!
Não se deixe enganar!
É necessário defender a segurança social pública

PCP
Partido Comunista Português
www.pcp.pt



PCP homenageia Ferreira Soares

A Comissão Concelhia de Santa Maria da Feira do PCP promoveu, na quinta-feira passada, uma romagem ao Cemitério de Nogueira da Regedoura, homenageando, assim, o Dr. Ferreira Soares por ocasião da passagem do 60.º aniversário do seu assassinato pela PIDE.

Na ocasião, intervieram António Dias Lourenço, Manuela Silva, da Comissão Concelhia de Santa Maria da Feira e do Comité Central do PCP, e Jorge Ferreira, filho de Ferreira Soares, que, comovido, fez questão de sublinhar que o seu pai, «que era por todos conhecido como o médico dos pobres, como o homem bom sempre capaz de ajudar, não foi por isso que foi morto. Ferreira Soares foi morto por ser comunista. Que isto nunca esqueça!».

Manuela Silva exaltou, na sua intervenção, o percurso daquele que classificou com «um dos mais ilustres filhos» da terra. E, parafraseando José Dias Coelho, militante comunista também assassinado pela PIDE, no seu livro «A Resistência em Portugal», lembrou Ferreira Soares como «um homem bom e um comunista coerente e digno que lutava por um futuro melhor para o povo que amava» e cuja «generosidade activa e extraordinário prestígio» lhe fizeram ganhar dos fascistas «um ódio de morte».

António Dias Lourenço, que encerrou as intervenções, lembrando que se completa, no próximo mês de Março, 100 anos sobre o nascimento de Ferreira Soares, classificou o seu assassinato de «crime hediondo», comparável ao que vitimou Catarina Eufémia. «Este homem estava em sua casa e foi ludibriado pela PIDE, que fez passar um dos seus agentes por doente, na certeza de que a alguém doente este digno médico não negaria auxílio, tendo-lhe cravado 14 balas de metralhadora. Catarina vinha, grávida e com um filho nos braços, em busca de trabalho à frente de um grupo de mulheres quando um PIDE lhe perguntou ao que vinha. À resposta de que vinha em busca de trabalho, a reacção do PIDE foi também cravá-la de balas.»

Dias Lourenço chamou ainda a atenção para a necessidade de, «nos dias de hoje resistirmos a esta ofensiva do capitalismo» e às guerras que ele promove só para «sustentar a indústria armamentista».

«Hoje assiste-se, por um lado, à grande concentração de capitais, com o crescimento brutal do grande capital financeiro, e por outro a enormes potentados da indústria que, de um momento para o outro, despedem dezenas de milhar de trabalhadores, sem qualquer justificação.» O exemplo de Ferreira Soares tem de nos servir para «continuarmos a luta por um mundo mais justo», concluiu.

Durante a iniciativa, o Professor Antero Monteiro disse algumas poesias, nomeadamente «A Árvore à Beira do Caminho», de Manuel Alegre, dedicada a Ferreira Soares.

▼ CAMARADAS FALECIDOS

António Aniceto Gomes Júnior

Faleceu recentemente, com 78 anos de idade, o camarada António Aniceto Gomes Júnior, de S. Julião do Tojal, operário reformado.

António Ramos de Almeida

Faleceu, em Ferragudo (Lagoa), onde residia, o camarada António Ramos de Almeida, «Tónica», motorista marítimo reformado, de 83 anos. Membro do Partido na clandestinidade, em 1948 foi preso pela PIDE, juntamente com outros trabalhadores, pela sua participação na organização e luta dos operários conserveiros nas fábricas do Algarve.

Rectificação

Na notícia, saída na semana passada, sobre o falecimento do camarada Abílio Nicéfero de Oliveira, escrevemos erradamente que o camarada tinha 93 anos e era natural do Alvito, quando, de facto, o camarada tinha 97 anos e era natural da Moita, estando organizado no Barreiro. Pelo lapso apresentamos as nossas desculpas.

Aos familiares e amigos dos comunistas falecidos, o colectivo do Avante! manifesta sentidas condolências.

Organização concelhia de Portimão debate quadro político e tarefas partidárias

Contra a resignação

Com a presença de várias dezenas de militantes, a organização concelhia de Portimão debateu, no sábado passado, as conclusões da Conferência Nacional e condenou o jantar fraccionário realizado, no dia 5, em Faro.

O plenário de militantes de Portimão foi iniciado com a intervenção de Rui Sarmento, membro da comissão concelhia e da DORAL, que expôs os principais traços da Conferência Nacional, recentemente realizada. Seguiram-se várias intervenções sobre a situação interna do Partido e de crítica ao comportamento antiestatutário de alguns militantes, tendo denominado «jantar de indignação», realizado na véspera em Faro, merecido uma nota de condenação, aprovada por unanimidade. Muitos dos intervenientes insistiram, mesmo, na necessidade de serem adoptadas medidas para o restabelecimento do respeito pelos princípios estatutários.

No decurso da reunião, os participantes analisaram a situação política e social do concelho, particularmente a luta dos profissionais de saúde, aos quais prestaram a sua solidariedade. Rui Fernandes, do Secretariado do Comité Central, situando o plenário num «quadro político e partidário muito específico», sublinhou a importância de cada organização ver, no concreto, como concretizar as orientações aprovadas na Conferência, designadamente em três aspectos fundamentais: «a

resposta política à ofensiva da direita, a difusão e projecção das nossas propostas e projecto e o reforço orgânico do Partido em todos os seus aspectos».

Militantes de Portimão propõem-se combater objectivos do Governo

Apontando, depois, os principais eixos da ofensiva governamental, o dirigente comunista salientou o «ataque à segurança social, as decisões e intenções em

materia de educação e de saúde, a ofensiva contra os trabalhadores da função pública e as pressões do capital no sentido da flexibilização da legislação laboral». E, noutro plano, as opções nas pescas que, a concretizarem-se, significaria um «arrumar de botas» a nível nacional.

Agir e dinamizar a luta

Dá a «necessidade da luta». Luta contra a concretização dos objectivos governamentais mas também luta «que projecte a confiança de que é possível uma outra política, que combata estados de alma resignados, que promova o debate e a acção necessários à criação das condições para um volte-face no quadro político nacional».

Mas para que assim seja, prosseguiu, «os comunistas têm de estar onde estão os excluídos, os explorados, onde está o povo, onde estão os pro-

blemas. Ouvindo, sabendo interpretar os seus anseios e aspirações, agindo e dinamizando, num quadro político nacional e internacional de uma pressão ideológica grande em meios e em técnicas». É esse o papel do PCP, «com a ideologia e os princípios que tem, com a natureza de classe que possui».

Sobre a situação partidária, apelou à defesa do Partido, considerando que defender o Partido «é promover o recrutamento, é envolver mais militantes na acção, é cuidar das receitas, é melhorar os centros de trabalho, é ligarmo-nos mais ao povo, é assegurar o êxito da Festa do Avante e é,

também, estudarmos mais o que ainda compreendemos deficientemente, superarmos as debilidades e insuficiências», de acordo com as orientações do XVI Congresso.

O que não é aceitável, disse a terminar, é «que uns pretendam para si um estatuto especial em função de protagonismos e egos pessoais» ou «que afirmem querer ser membros do Partido e, simultaneamente, comportarem-se como se o não fossem», pois, a verdade é que «dentro do PCP não há delito de opinião», bastando ler, entre outros, o livro do XVI Congresso para «se esclarecer isso».

Faro Abuso e provocação

A Comissão Concelhia de Faro do PCP repudiou publicamente, na semana passada, o jantar promovido no sábado, em Faro, à margem das estruturas do Partido e usando «de forma abusiva o nome do PCP» para, de acordo com a comunicação social, manifestar «desagrado à direcção» e «angariar solidariedades».

Ora, não se tratando de um jantar do PCP, considera a Concelhia de Faro que se esteve, assim, em presença «de uma clara, evidente e provocatória actividade fraccionária, promovida por quem não está interessado em inserir-se no trabalho colectivo partidário e não respeita nem apresenta lealdade para com o conjunto de membros do Partido, designadamente no concelho de Faro».

Lembrando que a Conferência Nacional culminou «um processo de debate democrático, sem exclusões» e aprovou uma resolução política, cujas conclusões devem ser acatadas por todos os membros do Partido como suas, a Concelhia de Faro mostra-se convicta de que o colectivo partidário do concelho «saberá defender-se e defender o seu Partido» de comportamentos que, afrontando os estatutos aprovados em congresso, «fazem a promoção do definhamento e anunciam a morte do PCP».

Câmara de Ovar

Buraco financeiro preocupa comunistas

A Comissão Concelhia de Ovar do PCP, depois de analisar, na sexta-feira passada, a situação política e social do concelho e de constatar a continuação dos ataques aos direitos dos trabalhadores, sublinhou o facto de nunca, em tão pouco tempo, um governo ter conseguido «frustrar tantas expectativas». «Mais impostos com menos direitos para os trabalhadores e mais benefícios e mordomias para o grande capital, parecem ser os traços essenciais da política deste governo», diz a Concelhia de Ovar que, referindo os graves ataques à Segurança Social, chama a atenção para a campanha de esclarecimento que o PCP irá desenvolver nas próximas semanas.

Em termos locais, o PCP destaca a situação financeira da Câmara Municipal, cujo «recém-constituído» empréstimo de 1 milhão de contos parece não ter ajudado a resolver - «as obras continuam paradas, os pro-

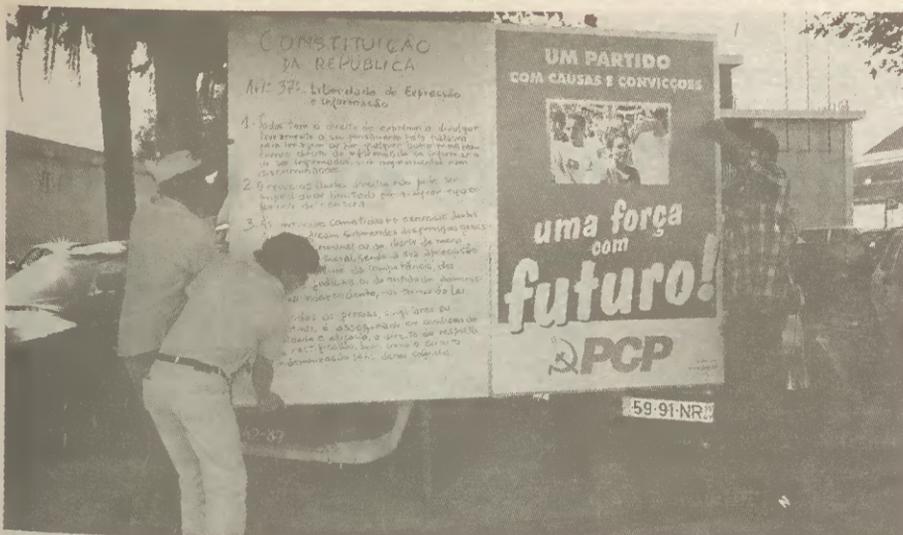
jectos a aguardar melhores dias e as freguesias (em situação de quase desespero) a levar por tabela» - e a questão das passagens desniveladas, que motivou já uma

acção de protesto da população de Cortegaça. Finalmente a Concelhia de Ovar lamenta o encerramento das instalações da EDP devido a uma lógica «puramente eco-

nomicista» e de confronto com os interesses da população, agora obrigada a deslocar-se a S. João da Madeira para resolver os seus problemas.



A situação financeira da Câmara impede o prosseguimento de várias obras



A Comissão Concelhia lançou um abaixo-assinado junto da população de Alpiarça de repúdio face à intolerância e prepotência do executivo da Câmara

O PCP volta a colocar a sua informação política nas ruas de Alpiarça

Atentado à liberdade

• Miguel Inácio texto

• Jorge Cabral fotos

Ao arrepio das tradições democráticas do concelho, a Câmara Municipal de Alpiarça anda a retirar toda a propaganda política do PCP, colocada em diversos locais da vila ribatejana.

A Comissão Concelhia do PCP, que não abdica do direito ao seu espaço de informação política junto das populações e que defende a liberdade de expressão até às últimas consequências, realizou na sexta-feira uma jornada de propaganda com a finalidade de recolocar os Mupi's e os pendões nas ruas de Alpiarça. A concelhia do PCP lançou igualmente um abaixo-assinado de repúdio face à intolerância e prepotência do executivo da Câmara (maioria PS).

A atitude do Executivo, segundo a Concelhia de Alpiarça, é anticonstitucional, já que a Constituição da República Portuguesa, no seu artigo 37.º, garante a todos «o direito de exprimir e divulgar livremente o seu pensamento pela palavra, imagem ou por

outro qualquer meio, bem como o direito de informar, de se informar e de ser informado, sem impedimentos ou discriminações».

O PCP não abdica do seu espaço de informação junto das populações

Por este motivo, os eleitos na CDU da Assembleia Municipal de Alpiarça apresentaram recentemente, através de uma moção, «o seu protesto por esta violação dos direitos, liberdades e garantias consagradas na Constituição, reclamando a devolução ao Partido Comunista Português dos materiais retirados».

Os eleitos da CDU protestaram também contra a interrupção, por parte da Câmara Municipal, da aquisição de jornais e revistas para a Biblioteca Municipal, «impedindo assim o acesso à informação a muitos Alpiarcenses, sobretudo a jovens e idosos».

«Assisti à remoção do cartaz»

A jornada de propaganda, organizada pela Comissão Concelhia de Alpiarça, iniciou-se, sexta-feira, na Rua José Relvas, no Centro de Trabalho do PCP. À porta

podia ler-se «Futuro, Avante, Firmeza, Abril», e foi com grande determinação que cerca de 20 pessoas partiram pelas ruas da vila para colocar mupi's, pendões e outdoors um pouco por todo o lado.

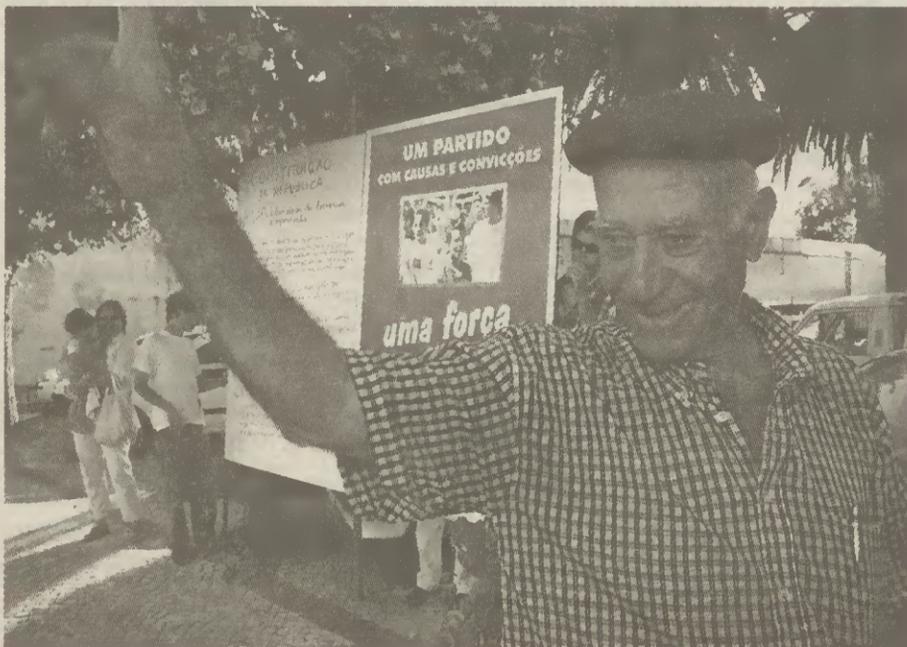
A primeira paragem foi frente ao Clube Desportivo os

Águias. Um grupo foi recolher assinaturas, o outro colocar um mupi. Luísa Araújo, da Comissão Política do PCP, encabeçou o abaixo-assinado e revelou ao Avante! que «ainda hoje tiraram os pendões da Festa do Avante».

«Eu assisti à remoção do cartaz», disse um dos subscritores. «Se existe propaganda do PCP em todo o País, por que é que aqui não pode haver?» Um pouco mais à frente afirmava outro: «o que eles querem é fazer um atentado ao PCP».

A Barragem dos Patudos foi palco da segunda investida dos militantes. Questionado sobre a atitude intolerante da Câmara Municipal, um alpiarcense afirmou que «se o PCP não está a ser ofensivo, e se isso não prejudica ninguém, não vejo a razão de tal atitude» por parte do executivo camarário.

A última paragem foi frente a um hipermercado da região, «sítio de afluência de pessoas», disse um dos organizadores da jornada de propaganda. Confrontado com o abaixo-assinado, um residente de Alpiarça saudou a iniciativa do PCP e afirmou que «os direitos e liberdades dos partidos políticos, sejam eles quais forem, devem ser salvaguardados».



«Os direitos e liberdades dos partidos políticos, sejam eles quais forem, devem ser salvaguardados», afirmou um dos subscritores

«Isto em Alpiarça é pior que a PIDE»

«Cheguei na altura em os trabalhadores da Câmara Municipal de Alpiarça estavam a retirar um outdoor do PCP. Fui ter com eles, e perguntei-lhes quem é que tinha dado a ordem para tirar a propaganda. A resposta foi clara, a ordem foi dada pela Câmara Municipal de Alpiarça», testemunhou ao Avante! Orlando Melgada, militante do PCP.

«Entretanto eu disse-lhes que só os deixava tirar dali o outdoor mediante a autorização e comparencia da autoridade. Em vez da GNR os trabalhadores da Câmara Municipal chamaram o chefe do pessoal e só depois, visto que eu não os deixava tirar dali o outdoor, é que chamaram a guarda».

Minutos depois a GNR chegou ao local. «Virei-me para o cabo e perguntei-lhe: nós colocámos aqui a propaganda e agora querem retirá-la. Existe alguma ilegalidade na afixação de propaganda política nas ruas de Alpiarça?». O cabo respondeu que não havia nenhuma ilegalida-

de na afixação de outdoors e outros tipos de divulgação política.

Nesse dia a propaganda não foi retirada. No dia seguinte «tiraram esse mesmo outdoor», afirmou Orlando Melgada, acrescentando indignado que «tiram toda a propaganda desde que seja do PCP». Quando ques-

tionado sobre o que iria acontecer aos pendões, Mupi's e outdoors colocados durante a jornada de propaganda que se realizou nesse dia, a resposta foi imediata: «Hoje não a vão tirar, mas para a semana vai ser o trabalho deles», disse.

«Isto em Alpiarça é pior que a PIDE», rematou ainda

Orlando Melgada, destacando o facto de os trabalhadores convocados para este tipo de trabalho serem apenas militantes do PCP. «A Câmara Municipal exige que sejam os funcionários filiados no nosso Partido a fazerem estas burricas, para que se crie um conflito entre os trabalhadores e o Partido», concluiu.



«Isto em Alpiarça é pior que a PIDE», relatou Orlando Melgada, destacando o facto de os trabalhadores convocados para este tipo de trabalho serem apenas militantes do PCP

JCP denuncia política de censura na Amadora

No dia 3 de Julho a JCP decidiu pintar um mural colorido na rotunda da Freguesia da Mina, na Amadora, com as frases «Senhor Raposo (presidente da Câmara Municipal) existem jovens na Amadora», «Crédito bonificado não pode ser retirado», «Transformar é possível», assim como os símbolos da JCP e do PCP.

Por duas vezes a PSP da Amadora tentou censurar a acção política em curso, «chegando mesmo ao ponto de se achar no direito de apreender as latas de tinta», denunciou a JCP em comunicado divulgado na terça-feira. Perante a resistência dos jovens comunistas, a PSP que da primeira vez apenas os identificou, da segunda intimidou-os dizendo que «iria tudo para a esquadra», ameaça que não podia concretizar.

No dia seguinte, a Câmara Municipal da Amadora de maioria PS, preocupada com a afixação da propaganda da JCP, ordenou aos seus serviços que destruíssem o mural pintado, deixando o resto da parede degradada. Passado quatro dias os jovens decidiram pintar mais uma vez o mesmo local, com frases de mobilização para o 7.º Congresso da JCP e contra a censura de Joaquim Raposo. Terça-feira, 9 de Julho, os serviços da Câmara Municipal da Amadora voltaram a destruir o mural.

Ontem, a JCP da Amadora realizou frente à Câmara uma concentração de protesto e denúncia desta prepotência.

CDU Porto vota favorável à revisão do PDM

O vereador da CDU na Câmara Municipal do Porto, Rui Sá, votou, na passada semana, contra a proposta de revisão do PDM apresentada pelo vereador do Urbanismo, Ricardo Figueiredo. Em comunicado, a CDU, cujo o voto é decisivo, considera que as propostas do vereador são «demasiado vagas e subjectivas, correndo-se o risco de deixar decisões importantes, tais como a aprovação ou rejeição de projectos, ao inclusivo critério dos técnicos do urbanismo ou do respectivo vereador». Para impedir esta situação, a CDU exige que a autarquia aprove um conjunto de medidas orientadoras que sirvam de base à apreciação objectiva de todos os projectos que ultrapassam a volumetria prevista sejam, obrigatoriamente aprovados em reunião do executivo autárquico.

Setúbal exige novo hospital

O vereador do pelouro da Saúde na Câmara Municipal de Setúbal, Duarte Machado, anunciou, na passada semana, estar desiludido com o facto de nenhum dos novos dez hospitais previstos pelo Governo ser no concelho. Para Duarte Machado «se há cidade em que faz falta um novo hospital, é Setúbal. O actual seria transformado em unidade de retaguarda e o novo seria construído na periferia para dar resposta pronta a acidentes e evitar o transporte dos utentes para Lisboa».

Ainda segundo o autarca, «Setúbal está cada vez mais a perder importância e como capital de distrito está a descer de divisão. O Hospital de S. Bernardo serve muita gente e em breve, com os milhares de camas que se prevêem para o turismo em Tróia, ainda será pior».

Verdes querem fiscalização para motos de água

A deputada Isabel Castro do Partido Ecologista «Os Verdes» apresentou sexta-feira na Assembleia da República um requerimento em que questiona o Governo e exige medidas eficazes de fiscalização para as motos de água.

Aludindo a esta «praga que invade as praias em época balnear», a deputada alerta para os graves problemas de segurança que a circulação das motos, tal como está a ser feita junto à costa e violando a lei, significa para os banhistas e mergulhadores, pelo que exige do Governo que se faça cumprir a lei.

«Os Verdes» referem-se ainda à poluição e ao ruído ensurdecedor provocado e reclamam medidas eficazes de punição para os infractores, que ponham fim aos riscos, à insegurança e à impunidade instaladas.

REFER não cumpre em Sintra

Por proposta dos vereadores da CDU, a Câmara Municipal de Sintra aprovou por unanimidade recomendar à REFER que fosse garantido aos utentes dos transportes públicos rodoviários e ferroviários, com título de transporte válido, o estacionamento gratuito nos parques de estacionamento de Rio de Mouro e Queluz-Belas.

Entretanto, os dois parques situados na Rinchoa, em domínio municipal, apesar de concluídos, encontram-se encerrados, «talvez para obrigar os utentes a utilizarem o parque pago da REFER que se encontra junto na Estação de Rio de Mouro», denuncia a CDU de Sintra, em comunicado. A CDU local que, já deu conhecimento desta nova deliberação do executivo da Câmara à REFER, fez chegar junto desta e do Governo o protesto pela decisão de se iniciar o pagamento do estacionamento em Monte Abraão.

Aumento de suicídios de imigrantes de Leste

Pobreza, solidão e desilusão estão a provocar, na zona de Braga, um aumento do número de suicídios de imigrantes dos países de Leste, disse esta semana à Lusa fonte da delegação de Braga da Cruz Vermelha Portuguesa. O presidente do organismo, Francisco Alvim, adiantou que o aumento dos suicídios entre os imigrantes de Leste se deve ao facto de caírem em situações de pobreza e a um sentimento de frustração face às expectativas que os levaram a viajar para Portugal. O responsável falou no final da reunião de constituição da Rede Social de Braga, que se realizou no auditório do Instituto da Juventude com a participação de 30 instituições.

Natalidade desce em Portugal

Segundo dados do Instituto Nacional de Estatística (INE), revelados na passada semana, o número de nascimentos em Portugal, em 2001, desceu 6 por cento em relação ao ano anterior. De acordo com o dados definitivos sobre a natalidade em Portugal, em 2001, nasceram em Portugal 112 825 crianças, menos 7246 do que em 2000. A taxa de natalidade verificada em 2002 foi de 10,9 por cento, ou seja, menos 7,6 por cento do que no ano anterior.

Seixal: «Férias Jovens 2002»

Quarenta associações e escolas do concelho do Seixal integram um programa de ocupação dos tempos livres. Designadas «Férias Jovens 2002», decorrerem de Junho a Setembro e incluem actividades para todos os gostos: música, poesia, património e ambiente.

A Fenprof reprova a lei da avaliação do ensino não superior e rejeita a elaboração de *rankings* de escolas

Escolas do 1.º ciclo em risco

Uma em cada quatro escolas do 1.º ciclo do ensino básico de todo o País serão encerradas, se o governo decidir fechar todos os estabelecimentos de ensino com menos de dez alunos.

Esta é a conclusão de um estudo divulgado na passada semana, elaborado em Junho pela FENPROF (Federação Nacional de Professores), baseado em recolha de informação precisa em todos os concelhos do continente. O estudo revela que, do total de 8354 escolas do 1.º ciclo do Ensino Básico existentes em Portugal continental, 2177 têm só até dez alunos.

Este valor corresponde a 26 por cento do total, sendo que 11,5 por cento destas escolas têm entre um e cinco alunos, e 14,5 por cento têm entre seis e dez crianças. Para Francisco Almeida, dirigente da FENPROF, ao determinar o encerramento das escolas com menos de dez alunos «o Governo está a resvalar para o mais fácil».

«Por razões que têm a ver com a geografia do país e até com o clima, vamos ter situações de crianças que durante semanas não vão poder ir à escola, porque não vão poder sair da aldeia», acrescentou.

Por isso, discorda desta «decisão administrativa, formato único, pronto a vestir para todo o país» e preconiza que as soluções a encontrar têm que ser «localizadas e contextualizadas». E «sempre que o caminho encontrado seja o do encerramento das escolas» - sublinhou - «há quatro aspectos a

ter em conta»: consenso com as populações, salvaguarda da qualidade nos transportes escolares, negociação com sindicatos, e construção de centros escolares de maior dimensão.

FENPROF exige negociações

Relativamente à primeira medida, a FENPROF defende que ao Ministério da Educação não basta obter o acordo das autarquias locais e que um processo deste tipo exige diálogo, negociação, concertação com as comunidades envolvidas e a garantia às famílias de que as crianças passam a frequentar uma escola melhor.

«Não basta o acordo das câmaras, é preciso que os responsáveis abandonem os confortáveis gabinetes e se encontrem e conversem várias vezes com as pessoas», afirmou Francisco Almeida, acrescentando ainda que «os CAEs (Centros de Área Educativa) são a maior inutilidade do sistema, e que também seria melhor se ajudassem, pelo menos já davam uma mãozinha e justificavam o dinheiro que ganham».

O segundo aspecto diz respeito à necessidade de uma rede de transportes específica para levar as crianças às esco-



O estudo da FENPROF revela que, do total de 8354 escolas do 1.º ciclo, 2177 têm só até dez alunos

las, que terá que salvaguardar o conforto, a segurança, a duração dos percursos e as distâncias a percorrer. O desenvolvimento de um processo específico de negociação entre o governo e a FENPROF sobre todas as questões profissionais decorrentes do reordenamento da rede escolar, como por exemplo a situação dos professores do quadro que ficam sem emprego, é outro dos aspectos a considerar.

Finalmente, a quarta proposta da federação dos professores aponta para a construção de centros escolares de maior dimensão, que de facto correspondam a uma nova escola e que abarquem, entre outras componentes, refeitórios, pavilhões desportivos, salas específicas de educação musical, expressão plástica e informática.

«Efeitos perversos» na educação

A Fenprof reprova a lei da avaliação do ensino não supe-

rior, considerando que se destina, fundamentalmente, a medir, quantificar e comparar, e rejeita a elaboração de *rankings* de escolas.

Em comunicado, a federação chama a atenção para os «efeitos perversos» do sistema de avaliação, «que levaram já os ministros da Educação de vários países a deixar de divulgar os resultados que permitem a comparação de estabelecimentos de ensino».

A Fenprof também não acredita que a intervenção do Conselho Nacional de Educação na avaliação, como «instância meramente consultiva», confira independência aos resultados finais face à administração educativa.

Mais uma vez o ministro da Educação é criticado, neste caso, por não ter dado conhecimento da lei da avaliação às organizações sindicais representativas dos professores, «num claro desrespeito pelo direito de participação dos docentes na definição das políticas educativas».

Assembleia Municipal da Moita

Por um sistema de segurança social solidário

A Assembleia Municipal da Moita e a generalidade das Assembleias de Freguesia do concelho, reunidas na última semana de Junho, aprovaram, sob proposta da CDU, um variado conjunto de moções, com particular incidência sobre as questões político-sociais e a interdição da entrada de muitos portugueses em território espanhol, ocorrida a 22 de Junho.

No que toca, por exemplo, às questões da segurança social, a moção da Assembleia Municipal afirma que esta «constitui um património assente essencialmente nas contribuições sobre os salários, movimenta milhões

de contos e naturalmente torna-se apeteçível para o capital financeiro». Assim, quanto à nova proposta, do Governo de privatização, através do chamado plafonamento, de uma parte significativa da Segurança Social, transferindo para os fundos de pensões um valor substancial das poupanças dos trabalhadores, o texto denuncia claramente que estamos perante «uma séria tentativa de transformar um sector solidário universal e público, construído fundamentalmente com contribuições do trabalho por conta de outrem, num sistema ao serviço dos mercados financeiros, pondo em causa a

sustentabilidade financeira futura do sistema e, portanto, a sustentabilidade das próprias pensões de reforma e das restantes prestações sociais».

Por isto mesmo, a Assembleia Municipal da Moita mostra-se preocupada com o presente e o futuro de um direito que protege os cidadãos na doença, velhice, invalidez, viuvez e orfandade, bem como no desemprego e em outras situações de falta ou diminuição dos meios de subsistência ou incapacidade para o trabalho, ganhando, neste quadro, particular interesse o facto do documento apelar à participação nas acções de luta

convocadas pela CGTP para 10 de Julho, em defesa daquela conquista.

Outra linha de força que atravessou o trabalho de algumas das Assembleias de Freguesia do concelho foi o repúdio pela «configuração de uma ameaça grave às liberdades e garantias dos cidadãos, nomeadamente a liberdade de manifestação, e pelo atropelo aos acordos de Schengen», que constituiu a tentativa de impedimento de entrada em território espanhol de cidadãos portugueses que apenas pretendiam protestar de forma pacífica contra a globalização capitalista mundial.

«Era uma vez. Um século na nossa terra»

Decorreu na passada semana, no âmbito da Feira do Livro de Ovar, o lançamento da obra de Sérgio Ribeiro: «Era uma vez. Um século na nossa terra». Uma obra feita à medida do momento e das necessidades de uma companhia de teatro, que tendo ficado órfã do seu encenador, reencontrou em Sérgio Ribeiro a força criadora momentaneamente perdida.

O livro retrata quatro momentos-chaves da história do século passado. Começa com a Implantação da República e acaba com o «Big Brother» contemporâneo, na perspectiva de uma aldeia do interior, onde se trabalha, se consome, mas também, onde se luta contra a opressão e pelo desenvolvimento social.

Ao professor universitário, escritor, ambientalista e dirigente político junta-se agora o dramaturgo e encenador, em mais uma faceta criativa de um homem cujo o vasto currículo honra o PCP e o



País. Sérgio Ribeiro sabe, como ninguém, transformar cada momento em oportunidades de luta revolucionária e a revolução esteve de facto presente na Feira do Livro de Ovar.

Gestão hospitalar privada Um filme já visto

O Governo aproveita o justo descontentamento da população com as insuficiências do Serviço Nacional de Saúde para abrir espaço aos interesses privados.

A privatização da saúde em países como o Reino Unido teve graves consequências para os utentes, lembrou Bernardino Soares na passada semana durante a discussão conjunta de três projectos de lei sobre a gestão hospitalar, um dos quais apresentado pela bancada comunista.

Agora, com base na concepção de que tudo o que é público é ineficiente e tudo o que é privado é eficiente, o Governo quer fomentar o negócio mesmo que isso seja feito à custa da saúde dos portugueses. «É um filme já visto» e nem sequer é preciso olhar para outros países, disse o deputado.

Basta olharmos para os sectores privatizados (distribuição de electricidade, telecomunicações ou transportes públicos), para concluirmos que se assistiu a uma degradação do serviço prestado e a um aumento dos encargos, especialmente para os utentes.

Bernardino Soares sublinhou ainda que apesar de todas as insuficiências, o SNS garantiu um melhoria

É graças ao SNS que Portugal ocupa o 12.º lugar mundial em cuidados de saúde

radical das condições e dos índices sanitários no nosso país, que ocupa hoje o 12.º lugar mundial em termos de cuidados de saúde, segundo um critério da Organização Mundial de

Saúde. Isto apesar do que respeita aos gastos públicos, Portugal ocupar o 105.º

Direitos ameaçados

No que toca às questões laborais, a proposta do Governo, que por sinal coincide nesta matéria com o projecto dos socialistas, institui o regime de contrato individual de trabalho como regra, o que representa, como salientou o líder da bancada do PCP, «um ataque frontal aos direitos dos trabalhadores».

E no entanto, afirmou, os problemas dos hospitais não

resultam da falta de flexibilidade laboral mas da política dos governos anteriores do PSD que impuseram o *numerus clausus* nas profissões de saúde, tendo limitado para metade na área da enfermagem a capacidade de formação das escolas superiores.

O deputado comunista fez ainda questão de recordar as responsabilidades do PS na actual situação da saúde, notando que «em nenhum momento os governos socialistas romperam com a lógica de submissão aos fortes interesses económicos do sector, acabando por abrir, objectivamente, «diversas portas a uma maior privatização que agora avança pela mão do PSD». Não se estranha assim que o projecto do PS convirja com o do PSD quer na filosofia quer em muitas soluções concretas com a proposta e a política do Governo.

Por seu lado, o PCP não se conforma com a inevitabilidade da privatização e apresenta no seu projecto soluções para uma melhor gestão pública do sistema. Isto porque «a saúde não é um negócio para o sector privado; é um direito de todos os portugueses», conclui Bernardino Soares.

Áreas metropolitanas devem ter mais poderes

O Grupo Parlamentar do PCP apresentou na terça-feira em conferência de imprensa dois projectos de lei que visam reformular as actuais Comissões de Coordenação Regional (CCR's) e a forma de eleição e competências das áreas metropolitanas de Lisboa a Porto.

Em relação às CCR's, o PCP preconiza substituí-las por cinco institutos regionais, que passariam a contar com a presença de autarcas nos seus órgãos. Estes estariam representados num Conselho regional, nos concelhos de administração dos institutos e num

Conselho Coordenador Regional, no qual participariam ainda os parceiros sociais da região, representantes de universidades e politécnicos, regiões de turismo e de outros órgãos de Estado.

A outra iniciativa legislativa prevê a alteração do funcionamento e forma de eleição dos órgãos das Áreas Metropolitanas de Lisboa e Porto, cujos membros passariam a ser escolhidos através de sufrágio directo nas eleições autárquicas.

No caso de Lisboa, 39 membros seriam eleitos

pela população restando 19 lugares para representantes de cada um dos municípios da área metropolitana, enquanto no Porto a composição seria de 19 membros eleitos e nove em representação dos municípios.

Por outro lado, o projecto do PCP atribui poderes vinculativos na coordenação de transportes, redes viárias, ambiente e recursos hídricos, fazendo corresponder o aumento de competências a um reforço de verbas, que se estimam em 2,3 milhões de contos para Lisboa e 1,3 milhões para o Porto.

Apoiar o associativismo

O Grupo Parlamentar do PCP apresentou na passada semana seis projectos de lei sobre o Associativismo, com vista a dar resposta às principais reivindicações de inúmeras colectividades de cultura, desporto e recreio (e de outras associações) cuja actividade deve ser reconhecida e

apoiada pelo Estado. Com este pacote legislativo, a bancada comunista propõe a «Criação do Conselho Nacional do Associativismo»; o «Apoio ao Associativismo cultural e desportivo»; a definição do «Estatuto do dirigente associativo voluntário»; a «Lei Quadro de Apoio às Colec-

tividades de Cultura, Desporto e Recreio»; e a reformulação do regime de incentivos fiscais no âmbito do mecenato social, ambiental, cultural, científico ou tecnológico e desportivo. Um outro projecto pretende reforçar os direitos da Liga de Bombeiros Portugueses.

O caso Maria Elisa

• Lino de Carvalho

Estamos em época de balanço do ano parlamentar, mais propriamente do trimestre, e de debate do Estado da Nação. E neste breve período do que irá previsivelmente ser esta longa legislatura avultam no plano da ética dos comportamentos os casos de incompatibilidades e conflitos de interesses de deputados, de que se tem destacado o chamado caso Maria Elisa.

Não somos ingénuos nem nos esquecemos que o Estado, os seus órgãos e quem os constitui não estão acima dos interesses contraditórios e de classe que se confrontam na sociedade. Mas tal não significa que não se deva exigir transparência no seu funcionamento, lutar-se contra a promiscuidade entre os interesses privados e pessoais e o interesse público, reclamar-se a adopção de princípios éticos no cumprimento de funções de serviço público.

É o mínimo para que o regime democrático não chafurde num terreno lamacento que desprestigia as instituições e contribui para um caldo de cultura favorável a todas as demagogias e populismos contra a actividade política que só conduz ao desinteresse e à abstenção dos cidadãos quando não pior à sua adesão às teses da extrema-direita. Ora o caso Maria Elisa é exemplar porque retém em si todos estes elementos mas porque também é, junto com outros, caso de estudo da forma como a comunicação social privilegia o espectáculo mediático à seriedade das questões.

Na campanha eleitoral para as legislativas, duas das candidaturas mais badaladas foram as de duas estrelas dos *media*: Vicente Jorge Silva e Maria Elisa. Já em 1995 o mesmo tinha sucedido com Manuela Moura Guedes e Vasco Pulido Valente. Aí estavam os candidatos que abandonando o conforto das suas actividades iriam levar uma nova aragem, uma mais-valia intelectual e de apego à causa pública, uma nova qualidade ao parlamento onde se passeavam cinzentos e desqualificados deputados. Foi o que se viu. Manuela Moura Guedes achou que se trabalhava de mais e acabou a fazer anúncios a electrodomésticos antes de regressar a estrela televisiva. Vasco Pulido Valente saiu afirmando que no bar da Assembleia não havia a marca preferida do seu *whisky*. E, saídas as inteligências, lá voltaram as crónicas contra a falta de qualidade dos deputados. Agora, enquanto Vicente Jorge Silva teve a seriedade de suspender a sua condição de jornalista e integrar-se com vivacidade nos trabalhos parlamentares (tanto quanto a disputa entre os muitos protagonismos no PS lho permitem) Maria Elisa mantém, com o acordo e o apoio do PSD, uma inaceitável e ilegal acumulação do cargo de deputada com o de alto quadro da RTP, violando claramente o estatuto de deputado por mais que sejam as abstrusas conclusões do relatório da

Comissão de Ética elaborado por um relator do... PSD. Mas, antes da polémica jurídica, existe uma questão ética e política. Sabe-se das intenções do Governo do PSD de limitar o serviço público de televisão, encerrando, alienando ou privatizando um dos canais, com o pretexto da ruínosa situação financeira da RTP. Maria Elisa já interveio – envergonhadamente, diga-se – neste debate. Mas sobra ao PSD (e à própria) descaramento para aceitar que continue a receber da RTP um elevadíssimo vencimento (que segundo a imprensa rondará os 1500 contos mensais) enquanto «consultora», sem prestar nenhum serviço de carácter permanente, para além do vencimento de eleita. Sendo que, entretanto, a sua actividade mais relevante enquanto deputada parece ser a de cronista social e de costumes do hemiciclo e, agora, da representação parlamentar no Conselho da Europa nas colunas semanais e na imprensa cor-de-rosa. Lamentável. Mas esta promiscuidade não é única. Nas últimas semanas sucederam-se desnecessários incidentes com vários deputados do PSD a propósito de claros conflitos de interesses, que os próprios e o PSD ocultavam, de que resultou a humilhante (para o próprio) cena de um deputado social-democrata ser obrigado a abandonar o hemiciclo na votação da lei da televisão.

É evidente que, no plano político, e como já referi em artigo anterior, o balanço desta primeira parte da actual sessão legislativa é marcado sobretudo pela vaga de decisões e iniciativas políticas e legislativas do Governo de direita que ameaçam seriamente muita da formatação actual do nosso regime democrático. Na educação, na saúde, na segurança social, na política de família, na legislação laboral, na administração pública, na política de imigração, na comunicação social pública, nas medidas económicas, financeiras e orçamentais estão em causa múltiplos e profundos avanços conseguidos e mantidos ao longo de anos e uma política restritiva de aperto do cinto para milhares de portugueses. A política neoliberal, as concepções ideológicas mais conservadoras e os interesses privatizadores saltam a cada esquina da acção do PSD/CDS-PP mesmo que a seguir sejam embelezadas com o anúncio de medidas alegadamente positivas. E contra tal é preciso uma larga mobilização social e política das forças da esquerda e do progresso.

Mas os casos descritos de incompatibilidades e conflitos de interesses não são de menor gravidade porque eles convocam o debate e a luta para o plano da ética, da rejeição da promiscuidade entre o interesse privado e pessoal e o serviço público, da própria condição de jornalista, do combate contra o descrédito das instituições do Estado que suportam o funcionamento da democracia.

Pagar para ir à praia

A JCP está a realizar uma campanha contra o aumento do preço das praias na Madeira. A campanha começou no início de Junho, recolhendo assinaturas contra o aumento de preços do acesso dos jovens a certas praias, com um aumento médio de 25 por cento. Colocando claramente a obrigação de pagar para usufruir de um bem que é de todos, a JCP recolheu cerca de 400 assinaturas. No passado dia 27 de Junho, uma delegação da JCP dirigiu-se à reunião pública da Câmara Municipal do Funchal com o objectivo de entregar as assinaturas. O executivo da Câmara recusou receber as assinaturas, numa atitude que os jovens comunistas classificam de hipócrita e antidemocrática. A JCP continuará a recolha de assinaturas, informando a juventude madeirense.

Habitação em Coimbra

Pelo segundo ano consecutivo, a Associação Académica de Coimbra garante o serviço de certificação de habitabilidade de casas para alugar na cidade. O objectivo é combater o mercado imobiliário, altamente especulativo, e lutar pelo direito básico de ter uma habitação com condições de higiene, privacidade e conforto. Existem cerca de 13 mil estudantes deslocados a estudar na Universidade de Coimbra e apenas 900 camas nas residências universitárias, uma situação que obriga uma grande parte dos alunos a alugar casa ou quarto. «Há habitações que não têm as mínimas condições», declara Vítor Hugo Salgado, presidente da AAC, à Lusa.

Violência sobre alunos marroquinos

Cerca de 85 por cento dos alunos primários marroquinos sofrem castigos corporais, revelou um inquérito elaborado pela Aliança de Trabalho na Formação e Acção para a Infância e apoiado pela Unicef. Englobando crianças entre os 3 e os 15 anos de idade, este estudo mostra que o castigo corporal continua fortemente enraizado em Marrocos, apesar da sua proibição formal. Réguas de madeira, plástico ou ferro, ramos de árvores, cabos eléctrico e socos são utilizados pelos professores como «instrumentos disciplinares» quando os trabalhos de casa não são feitos e em caso de falta de aproveitamento escolar ou de indisciplina. A intimidação e os insultos pessoais são também usados.

JCP considera que Estatuto dos Alunos do Ensino Não Superior levará à exclusão social e ao abandono escolar e preconiza austeridade e autoritarismo

Bem-vindos à escola-prisão

Os estudantes são responsáveis por tudo o que está mal no ensino, segundo o Estatuto dos Alunos do Ensino Não Superior, proposto pelo Governo. A JCP alerta para as consequências deste diploma.

«O Governo responde aos problemas com demagogia e desresponsabilização», acusa a JCP, rejeitando a proposta de lei do Governo relativa ao Estatuto dos Alunos do Ensino Não Superior, sublinhando a «intenção arrogante do executivo de fazer passar estas medidas como se da salvação se tratasse, sem no entanto assumir as responsabilidades que lhe estão conferidas».

Para os jovens comunistas, com este estatuto, o Governo «fala em repor a autoridade dos professores, quando na realidade preconiza a austeridade e o autoritarismo». O diploma refere a integração social, mas não são propostas soluções integradoras mas sim medidas que apontam para a exclusão e para o abandono escolar, acentuando as injustiças que estão na base de problemas sociais.

Esses problemas têm raízes profundas no quotidiano dos alunos e das suas famílias e são consequência de questões como a precarização do emprego e o desrespeito pelos direitos laborais, nomeadamente ao nível dos salários e horários de trabalho. Mas

Hino, uniforme e quadro de honra estão previstos no estatuto

relacionam-se igualmente com «o subfinanciamento dos vários níveis de ensino, a degradação do parque escolar, o encerramento de inúmeras escolas e a desadequação curricular dos programas leccionados, que, ao contrário daquilo que o Governo pretende fazer crer,

estão relacionados com a desresponsabilização do Estado em matéria educativa», denuncia a JCP.

Os «baldas»

«Todo este diploma está construído como se fosse da exclusiva responsabilidade dos estudantes problemas de violência e insegurança nas escolas, assim como o abandono e insucesso escolar», explica a JCP, acrescentando que o estatuto «trata o estudante como um “baldas” irresponsável, a quem é preciso aplicar mecanismos coercivos para ser assíduo e frequentar as aulas. Nada é da responsabilidade do sistema educativo, segundo este diploma. O Governo desresponsabiliza-se mais uma vez».

Em vários preceitos insinua-se o retorno aos quadros de honra e a fidelidade



O estatuto trata o estudante como um «baldas» irresponsável, a quem é preciso aplicar mecanismos coercivos para frequentar as aulas

de ao hino e à bandeira como elementos de combate à indisciplina. Por outro lado, abre-se a possibilidade dos regulamentos internos das escolas adoptarem a utilização de uniformes, o que a JCP classifica como «um saudosismo explícito à Mocidade Portuguesa e às escolas do fascismo».

No artigo sobre as faltas justificadas transparece um conceito de escola-prisão, de onde não se pode sair e onde tudo é

obrigatório, onde não se respeita outros instrumentos legais que estabelecem faltas justificadas, como o estatuto do dirigente associativo ou o estatuto de trabalhador estudante. Ao mesmo tempo estabelecem-se deveres que podem ser impraticáveis, como o prestar auxílio e assistência aos restantes membros da comunidade educativa.

A JCP considera que esta proposta de lei centra as responsabilidades

pedagógicas no director de turma e esvazia-se o papel do Conselho Pedagógico e, por outro lado, fala de vários representantes dos estudantes, como os delegados de turma, mas omite as associações de estudantes.

Os jovens comunistas assinalam ainda o facto de esta proposta de lei surgir num período de férias dos estudantes, sem ter sido precedida de qualquer discussão com os diversos agentes da comunidade educativa.

Adaptar a escola à realidade

O Governo atribui a este diploma a responsabilidade de adequar a escola às mudanças que se operaram na sociedade portuguesa. «É claro que isto não passa de um pretenciosismo, pois não seria nunca um diploma que se aplica apenas a um agente da comunidade educativa (os estudantes) que poderia operar esta adequação», afirma a JCP.

Esse objectivo só seria

possível com uma verdadeira reforma curricular, que ajustasse os programas e as metodologias pedagógicas às necessidades estudantis e de desenvolvimento do País. Ao mesmo tempo seria necessário repor a gestão democrática das escolas, assente em órgãos colegiais e com a participação de todos os agentes educativos.

Os deveres dos estudantes são sancionados com

dois tipos de medidas disciplinares, umas ditas «sancionatórias» e outras «preventivas e integradoras». Uma das medidas integradoras é a transferência de escola e as sanções vão até à expulsão.

Os jovens comunistas alertam para o facto de este diploma apontar os imigrantes como bodes expiatórios para os potenciais problemas nas escolas.

Madeira Comunistas aumentam influência

O IV Encontro Regional da Madeira da JCP realizou-se na semana passada, no Funchal, contando com a presença de cerca de três dezenas de jovens. Os participantes analisaram o trabalho decorrido nos últimos três anos e elegeram a nova Comissão Regional da JCP.

Ficou patente a evolução positiva que a organização teve, quer em número de militantes quer na influência dos jovens comunistas na dinamização da luta na região. O encontro salientou a importância das campanhas levadas a cabo pela JCP, com destaque para as que dizem respeito à educação sexual, o fim do crédito bonificado e contra o aumento do preço das praias.

Outras questões preocupam os jovens comunistas, como o emprego (precariedade, horas extraordinárias não pagas, etc.), o ambiente (exigindo-se a extinção incineradora da Meia-Serra), a cultura, o desporto e a toxicoddependência. Uma das reivindicações da iniciativa é exactamente a criação de um Centro de Atendimento a Toxicoddependentes na região.

Em relação à política educativa, a JCP da Madeira criticou fortemente o novo regime disciplinar que a Assembleia da República discute brevemente, comprometendo-se em dar firme combate às intenções do Governo da República e do Governo Regional.

Regime jurídico do Superior beneficia privados

O Regime Jurídico do Desenvolvimento e Qualidade no Ensino Superior apresentado pelo Governo insere-se no quadro de actuação de claro benefício dos interesses privados, considera a JCP. «O ensino superior é visto pela tutela como algo excessivamente “estatizado”, que necessita da “mão amiga” e reguladora do mercado», denunciam os jovens comunistas, numa nota de imprensa.

A proposta de lei cria as condições para a completa mercantilização do ensino, procurando equiparar o sistema público ao sistema privado através da figura de «reconhecimento do interesse público».

A actual fórmula de financiamento é substituída por uma negociação direc-

ta entre as instituições e o Ministério da Educação. Por outro lado, as universidades e politécnicos serão empurrados para procurar receitas próprias junto dos estudantes (aumento das taxas, propinas, etc.) e das empresas, acentuando a sua dependência em relação ao poder económico.

«No fundamental, este projecto de lei concretiza a velha aspiração do capital de transformar todo o ensino superior num rentável negócio. As instituições de ensino superior privadas passam a poder ser directamente financiadas através de dinheiros públicos, desbravando, mais do que nunca, caminho para a liquidação do ensino público», afirma a JCP.



Avante! festa!

FESTADO do Avante! 2002

6, 7, 8 SETEMBRO • ATALAIA • AMORA • SEIXAL

Exposições no Pavilhão Central

«Bento Gonçalves»



e «Crise Académica de 1962»

Centrais

EP à venda

A Entrada Permanente nos três dias da festa do «Avante!» já se encontra à venda nos centros de trabalho do PCP bem como nas mãos de muitos militantes e amigos da Festa do «Avante!».

O preço é de 19 euros, mas comprando agora apenas paga 14 euros. Aproveite este importante desconto e ajude a construir a festa!

SEXTA-FEIRA

SÁBADO

DOMINGO

6 7 8

SOLIDARIEDADE

festa do Avante! 2002

festa do Avante! 2002

festa do Avante! 2002

festa do Avante! 2002

6,7 e 8 Set.
Atalaia • Amora • Seixal

Fotofesta

Reunir mil fotos da Festa



Fotógrafos profissionais, amadores ou ocasionais, todos poderão ver as suas fotografias expostas na Festa do Avante! deste ano, no painel que reunirá cerca de 1000 fotografias das 25 edições anteriores, da FIL à Atalaia.

Para isso, basta que quem queira participar envie as suas fotografias preferidas, dos melhores momentos passados na Festa dos comunistas portugueses, momentos de alegria, confraternização e solidariedade, características quer da fase da construção quer dos três dias em que se abre aos milhares e milhares de visitantes que todos os anos a procuram.



Em 1977, a Festa recebeu a visita de Boris Volinov, piloto cosmonauta da URSS que esteve sete semanas no espaço. A foto que hoje publicamos foi tirada no comício e mostra Volinov a aplaudir e Dias Lourenço, então director do Avante!, em primeiro plano

Não se tratando de um concurso, estará assegurada a exposição de pelo menos uma fotografia de cada participante. Como participar?

É simples, basta enviar as fotografias, cópias ou negativos num envelope com a ficha de inscrição (à disposição nos Centros de Trabalho do Partido)

devidamente preenchida, com referência à edição da Festa a que a fotografia se refere, para «Concurso Fotofesta – Quinta

Ficha de inscrição		Declaro que autorizo a utilização e reprodução das fotos anexas.
Nome	<input type="text"/>	<input type="text"/>
Morada	<input type="text"/>	assinatura
Telefones	<input type="text"/>	Declaro que ofereço as fotos anexas ao Arquivo do PCP.
Quantidade de fotos enviadas	<input type="text"/>	assinatura
Ano a que se referem as fotos	<input type="text"/>	Data
		A organização da Festa do Avante! não se responsabiliza por eventuais danos causados pelo transporte, manuseamento ou exposição das fotos. As fotos serão devolvidas logo após a exposição para a morada indicada na ficha de inscrição, caso o autor não assine a declaração de oferta ao Arquivo do PCP

da Atalaia; Av. Baía Natural do Seixal, 2845-415 Amora, Seixal» ou entregar em mão num Centro de Trabalho Regional do PCP. De preferência, as fotografias deverão ser acompanhadas de uma menção de oferta das imagens e dos direitos de reprodução e utilização pelo Partido.

Pesca desportiva no Cais do Sodré



No âmbito da divulgação da Festa do Avante!, realiza-se um concurso de pesca desportiva no próximo dia 28, na zona ribeirinha do Cais do Sodré, em Lisboa. A concentração é às 13 horas, no Departamento de Desporto da Câmara Municipal de Lisboa, junto ao Clube Naval de Lisboa.

As inscrições devem ser feitas até 25 de Junho para os faxes 21 330 70 00 (CT Vitória) e 21 227 25 16 (Atalaia), ou pelos telefones 91 749 50 06 ou 96 287 19 89. O preço da inscrição é de 2,50 euros.

Concursos de bandas em Faro e Santiago do Cacém

O próximo sábado é o dia escolhido para mais dois espectáculos dos concursos regionais de bandas, organizados pela JCP. Desta vez, as actuações têm lugar no Instituto Português da Juventude de Faro (com início previsto para

as 21 horas) e no pavilhão da NEGDAL em Santiago do Cacém. As bandas vencedoras irão tocar à Festa do Avante!, no palco Novos Valores. Este concurso procura divulgar a Festa, promover as jovens bandas portuguesas e afirmar as propostas e ideais da JCP.

Torneios de futebol de cinco

O I Torneio de Futebol de Cinco de 2002, organizado pelo PCP de Santa Iria da Azóia, realizou-se no fim-de-semana com a participação de 12 equipas, divididas em duas séries, num total de 120 atletas. Os resultados são os seguintes:

The Cocks	1	Inseparáveis	1
Over 13	1	Naguita	6
Os Xis	2	Topázio	0
Covina	2	Lutadores	6
Stars	3	Inseparáveis A	1
Predial Azóia	2	Os Ypsons	3
Inseparáveis B	7	Over 13	0
Topázio	0	The Cocks	4

Do total dos participantes, cerca de uma centena tinham entre 16 e 22 anos. João Pereira, membro da equipa «Naguita», lidera a lista dos melhores marcadores com quatro golos.

No próximo fim-de-semana realizam-se os seguintes encontros, no rinquê da Escola n.º 4 de Santa Iria da Azóia.

Sábado, 13

9h	Lutadores	- Stars
10h	Os Ypsons	- Covina
11h	Naguita	- Os Xis
12h	Inseparáveis B	- Topázio

Domingo, 14

9h	The Cocks	- Naguita
10h	Over 13	- Os Xis
11h	Inseparáveis A	- Predial Azóia
12h	Lutadores	- Os Ypsons

Relatório de Ilda Figueiredo

A meta da igualdade

Dois anos depois da aprovação de um programa comunitário para promover a igualdade entre homens e mulheres na União, a deputada Ilda Figueiredo afirma que há ainda muito a fazer nesta área.

O documento aprovado na passada semana pelo Parlamento Europeu assinala que no campo legislativo foram dados passos positivos para promover a igualdade de homens e mulheres, mas há ainda «muitas deficiências, discriminações e desigualdades que importa resolver». Como salientou a relatora, «não é aceitável, por exemplo, que nas próprias instituições comunitárias haja menos de 20 por cento de mulheres».

Na mesma linha, Ilda Figueiredo voltou a insistir na meta fixada no Conselho de Lisboa de conseguir que 60 por cento das mulheres façam parte da população activa até 2010, notando

Em média, os salários das mulheres são 15% a 20% inferiores aos dos homens

que tal objectivo só contribuirá para a igualdade de oportunidades se a generalidade tiver empregos de qualidade e devidamente remunerados.

Assim, a deputada do PCP sublinha a importância de se estabelecerem indicadores comunitários relativos às estruturas de acolhimento de crianças e sobre as diferenças salariais entre sexos por sector, bem como no que respeita ao trabalho atípico e a tempo parcial.

O relatório pretende ainda que sejam apuradas as causas e as medidas adoptadas e a adoptar pelos diversos estados-membros para combater a discrepância salarial existente da

ordem dos 15 a 20 por cento, realçando que tal acontece apesar da Directiva existente que consagra a igualdade de remuneração e que data de 1975.

De modo a obter avanços efectivos, a deputada defende a introdução de objectivos quantitativos e temporais precisos nas directivas para o emprego e propõe que a Comissão apresente um relatório sobre a matéria.

De resto, dado o elevado número de infracções à legislação existente, Ilda Figueiredo sugere que se estabeleçam metas, a concretizar através de fases realistas e mensuráveis, em todos os domínios de intervenção previstos na Estratégia-quadro da UE para a igualdade entre Homens e Mulheres.

De referir ainda que a relatora recomenda a actualização de outras directivas existentes, designadamente a relativa à segurança e saúde das trabalhadoras grávidas, puérperas ou lactantes.

Aborto deve ser seguro e legal

Um relatório aprovado na passada semana pelo Parlamento Europeu recomenda a legalização da interrupção voluntária da gravidez e a não criminalização das mulheres que praticem abortos ilegais.

O documento, da autoria da deputada socialista belga Anne Van Lancker mereceu o voto favorável dos eurodeputados comunistas e socialistas portugueses e a oposição dos populares e social-democratas. Com esta aprovação, e apesar de se tratar de uma recomendação sem força de lei, o PE deu um importante sinal político aos estados-membros da União Europeia, entre os quais

Portugal e Irlanda, e também aos países candidatos no sentido de adoptarem

leis menos rígidas em matéria de saúde sexual e reprodutiva, particularmente, em relação ao aborto.

O ponto mais polémico do relatório é precisamente o que recomenda que a interrupção voluntária da gravidez seja legal, segura e universalmente acessível. Os governos são também aconselhados a absterem-se de agir judicialmente contra mulheres que tenham feito abortos ilegais.

O PE sublinha igualmente que o aborto não deve ser visto como método de planeamento familiar e que os governos devem fomentar políticas nacionais de saúde que permitam uma diminuição do recurso ao aborto.

Na sua declaração de voto, a deputada Ilda

Figueiredo lembrou o recente caso em Portugal que envolveu 17 mulheres acusadas de terem praticado aborto, que terminou com a condenação de uma jovem, sublinhando que a criminalização não é o caminho para combater esta prática clandestina. Até porque, explicou, «quem tem meios financeiros sempre pode recorrer ao país onde essa prática é livre, como acontece com as portuguesas que vão a Espanha».

O caminho passa então «pela promoção da educação sexual e do planeamento familiar, devidamente direccionados para a juventude de forma a evitar as gravidezes indesejadas, designadamente de adolescentes».

Ajuda urgente a Angola

O plenário do Parlamento Europeu aprovou uma resolução comum sobre a situação em Angola, que teve o apoio de da Esquerda Unitária Europeia, grupo em que se integram os deputados do PCP.

A resolução pede a todos os governos e ONG que prestem, sem mais atrasos, a ajuda humanitária indispensável à salvação das vidas em risco. Como salientou Joaquim Miranda, «as dificuldades subsistem e podem condicionar a evolução do próprio pro-

cesso de paz». Intervindo na sessão da passada semana, em Estrasburgo, o deputado do PCP que recentemente integrou uma delegação do PE àquele país, lembrou que os problemas mais premente colocam-se ao nível humanitário, mas respeitaram também à necessária reconstrução do país, cuja economia e infra-estruturas foram completamente destruídas pela guerra.

Neste sentido, e de acordo com o texto aprovado, Joaquim Miranda salien-

tou a necessidade de a comunidade internacional e a União Europeia considerarem a ajuda humanitária como prioritária, especialmente o envio de alimentos, roupas e medicamentos; o fornecimento de instrumentos e sementes que permitam iniciar culturas; o apoio ao reassentamento das populações deslocadas; e a adesão clara e empenhada às duas fases da conferência de doadores preconizada pelas autoridades angolanas.

O direito de optar

● Sandra Pimenta

«... as mulheres e os homens devem ter a liberdade de fazer as suas próprias escolhas, informadas e responsáveis, no que toca à sua saúde sexual e reprodutiva e aos seus direitos, sem perder de vista a importância da saúde dos outros, e dispor dos meios e das possibilidades para o fazerem».

V em isto a propósito do mais recente relatório sobre «Saúde sexual e reprodutiva das mulheres na União Europeia», da eurodeputada socialista belga Anne VAN LANCKER, que depois de tanta polémica finalmente vê a aprovação do Parlamento Europeu. Não se pode dizer que foram favas contadas, pelo contrário, 280 votos a favor, 240 contra e 28 abstenções, foram os números que espelham bem o equilíbrio na diferença de opiniões. Após um longo processo de debate em comissão especializada e com alguns adiamentos estratégicos à mistura, o relatório muito positivo na opinião do PCP foi aprovado em plenário.



Infelizmente, e como quase sempre acontece aos relatórios do PE, o poder legislativo e vinculativo fica muito aquém do desejado já que nunca antes como agora, as recomendações aos Estados-membros tinham chegado tão longe. Pela primeira vez na história do PE e em relação a esta matéria, a saúde e os direitos das mulheres foram os argumentos mais fortes.

«O PE recomenda que a fim de salvaguardar a saúde reprodutiva e os direitos das mulheres, a interrupção voluntária da gravidez seja legal, segura e universalmente acessível. Exorta os governos dos Estados-membros e dos países candidatos à adesão a se absterem, em quaisquer circunstâncias, de agir judicialmente contra mulheres que tenham feito abortos ilegais».

Após a votação final, é importante fazer o balanço do trabalho desenvolvido pelos deputados portugueses para a execução deste relatório. E as diferenças que a princípio poderiam parecer óbvias, depressa se diluem na vontade do PS (sempre o mesmo!) em não se comprometer e manter como tem feito até aqui uma posição de consensos e indefinições.

Senão vejamos: Em relação à despenalização do aborto, matéria que sempre que discutida se revelou muito polémica, os dois maiores partidos portugueses representados no PE, tiveram estratégias embora diferentes na teoria, mas com iguais resultados na prática.

O PS, por um lado, apoiou o pedido para que os governos se abstenham de agir judicialmente contra as mulheres que tenham feito abortos, mas por outro propôs a supressão da recomendação para que a despenalização seja «legal». O PSD desde sempre lutou para que este relatório não chegasse sequer à votação, chegando a propor a supressão de quase metade do texto, nomeadamente nos aspectos referentes à existência de serviços de saúde sexual e reprodutiva de alta qualidade em regime de gratuidade ou a custo reduzido e à melhoria do circuito de distribuição de contraceptivos. E avançou mesmo com algumas propostas que em nosso entender

estavam completamente desfasadas da realidade portuguesa e não só: «o aborto não deve ser incluído nos serviços de planeamento familiar nem na definição de saúde reprodutiva. A educação sexual deve ser ministrada de uma forma que respeite a sensibilidade de rapazes e raparigas, no contexto dos direitos dos pais de escolher a educação dos filhos»!

Por fim o PP limitou-se a seguir a mesma cartilha do PSD ou não fossem eles agora os melhores amigos... até ver.

Após o veredicto final ser divulgado não faltaram as críticas. As já esperadas organizações «pela vida» que tanta energia despendem neste combate

contra a despenalização do aborto, que por vezes (para não dizer sempre) até se esquecem da vida daqueles que já nasceram e não têm condições sequer para sobreviver. Mas foi a igreja, pela voz dos bispos da UE, aquela que mais duras críticas teceu ao relatório. Argumentou (mal), criticou (pessimamente) e acusou (levianamente) o PE «de não ter nada mais urgente para fazer». Ora se isto não é uma matéria urgente, venham lá daí os senhores do alto dos seus altares e pedestais dizer ao PE que assuntos urgentes gostariam de ver tratados. Finalmente, a todos aqueles que acusam o PCP (e não só, justiça seja feita) «de falta de respeito pela vida democrática» por querer novamente retomar um tema sobre o qual os portugueses já se pronunciaram, só me apraz fazer o seguinte comentário: mais falta de respeito têm aqueles que por hipocrisia desejam manter a actual situação em Portugal e se recusam a ver a realidade que penaliza as mulheres com uma lei injusta e indigna.

O PCP vai insistindo na luta e defesa por melhores práticas na área da saúde reprodutiva, na promoção da educação sexual, numa política (aos quatro ventos anunciada pelo governo após o referendo) de planeamento familiar e aconselhamento e na defesa dos direitos e da dignidade das mulheres (pelo menos daquelas que não têm possibilidades de fazer uma viagem até Espanha) pondo fim à hipocrisia da legislação que condena duplamente as mulheres.

Pessimismo no Brasil

Os brasileiros estão cada vez mais pessimistas quanto ao futuro imediato do Brasil, revela uma pesquisa do instituto Datafolha, efectuada em todos os estados, nos dias 5 e 6 do corrente. Depois da crise financeira e cambial iniciada em Junho, aumentou a percentagem dos que acham que a inflação vai aumentar (de 58 para 65 por cento), que o desemprego vai subir (de 56 para 63 por cento), que o poder de compra vai ser ainda menor (de 33 para 39 por cento) e que a situação económica do país vai piorar (de 28 para 33 por cento). Segundo o mesmo estudo, um agravamento da situação económica não terá influência no sentido de voto de 60 por cento dos eleitores, mas 33 por cento admite que pode mudar e 10 por cento afirma que há uma grande possibilidade de isso suceder. Os brasileiros vão às urnas nos próximos dias 6 e 27 de Outubro.

Greve no Equador

A província de Cañar, no sul do Equador, e a localidade de Concordia, no noroeste, iniciaram, domingo, paralisações de protesto contra o abandono do governo de Quito. Em Cañar, a paralisação - total e por tempo indefinido, com bloqueio de estradas e marchas - foi decidida na Assembleia Provincial, e conta com o apoio de todas as organizações sindicais e sociais, inclusive a Igreja Católica. A população exige ao governo do presidente Gustavo Noboa uma verba de 18 milhões de dólares para diversas obras, prometidas e sempre adiadas. Diversas paralisações semelhantes têm ocorrido em todo o Equador nos últimos anos, com o mesmo objectivo. Algumas, como as ocorridas nas províncias de Napo (Leste) e Carchi (Norte) sofreram pesada repressão.

Independência de Cabo Verde

O 27.º aniversário da independência da República Democrática de Cabo Verde foi comemorado solene e festivamente no último sábado, 6 de Julho, na Aula Magna da Reitoria da Universidade Clássica de Lisboa. O auditório foi pequeno para acolher a multidão entusiasta de homens e mulheres cabo-verdianos residentes em Portugal e a numerosa assistência de portugueses, que conjuntamente saudaram com calor a efeméride da História dos dois países. Presidida pelo chefe de Estado de Cabo Verde, acompanhado pelo seu embaixador em Portugal, a cerimónia contou com a presença do presidente da República, Jorge Sampaio, e revestiu-se de notável significado na quadro da fraterna amizade que une os dois povos. Vários oradores deram a tônica política à iniciativa; cantores, músicos e declamadores animaram a festa. O evento contou ainda com a presença de personalidades dos mais diversos sectores da vida política e social portuguesa. O PCP fez-se representar por Dias Lourenço.

Segundo dados da ONU, até 2020 a Sida pode provocar a morte de 68 milhões de pessoas

O combate à Sida é uma questão de política global

A 14.ª Conferência Internacional das Nações Unidas sobre a Sida, esta semana a decorrer em Barcelona, apela à cooperação mundial para combater o flagelo.

Cerca de 30 mil pessoas de todo o mundo, entre delegados, ministros da Saúde, vários chefes e ex-chefes de Estado, voluntários, membros de orga-

Na óptica da agência das Nações Unidas especializada no tema, a ONU-Sida, a luta contra o HIV é uma questão de política global, a ser travada por todos os países, governos e laboratórios farmacêuticos, de modo a desenvolver a investigação e avançar na produção de medicamentos acessíveis a todos.

De acordo com a organização, o maior problema radica

no facto de os países mais pobres, justamente os mais afectados pela doença, não dispõem de meios para pagar os medicamentos disponíveis no mercado e susceptíveis de travar o desenvolvimento da Sida. Esta ideia é partilhada por Bernhard Scharlander, director do departamento da sida da Organização Mundial de Saúde (OMS), que na abertura da conferência assegurou que o compromisso da OMS para contrariar a propagação rápida da doença se baseia na descida do preço dos medicamentos para pelo menos 50 dólares anuais por doente.

De sublinhar que dos seis milhões de pessoas que necessitam de tratamento urgente apenas 730 mil o recebem, e 500 mil destes encontram-se nos países desenvolvidos.

Situação alarmante

A necessidade de tomar medidas para inverter a situação actual é tanto maior quanto se estima, como referiu Scharlander, que «se está no princípio da epidemia da Sida», dado que em muitos países da Ásia e de África e, também na Europa Oriental, vai crescendo o número de doentes, de tal forma, que as previsões até 2010 perspectivam 45 milhões de novos casos, sobretudo entre os jovens.

Segundo a ONU-Sida, diariamente há mais seis mil pessoas contagiadas com o vírus, ascendendo actualmente a 40 milhões o total de infectados, dos quais três milhões são crianças.

Até 2020, o número de pessoas vitimadas pela Sida pode chegar a 68 milhões, sendo África, onde os infectados ascendem hoje a 28 milhões, o continente mais atingido. O quadro africano é o mais alarmante porque a presença do HIV convive com a falta de recursos para combatê-lo, o que faz da Sida um problema

Diariamente há mais seis mil pessoas contagiadas com o vírus

Conselho de Segurança analisa exigência dos EUA

Segundo fontes diplomáticas citadas pela Lusa, o Conselho de Segurança da ONU tinha agendada para ontem uma sessão pública destinada a analisar a situação criada pelos Estados Unidos ao exigirem que os cidadãos norte-americanos sejam imunes a procedimentos judiciais perante o Tri-

bunal Penal Internacional (TPI). O debate público foi pedido pelo Canadá.

Recorda-se que os Estados Unidos ameaçam opor-se à renovação dos mandatos das operações de manutenção de paz das Nações Unidas se o Conselho não adoptar uma disposição que coloque o pessoal

norte-americano da ONU - capacetes azuis e outros funcionários - ao abrigo de uma cláusula que impeça que sejam acusados perante o TPI, que entrou em vigor a 1 de Julho sem a ratificação de Washington.

Desconhecia-se, no encerramento desta edição, o resultado da reunião.

Cuba

Uma carta solidária

Cinco patriotas cubanos, acusados de espionagem, estão encarcerados há quatro anos em prisões norte-americanas. O seu único crime é combaterem a política de Washington contra Cuba, defendendo o seu país dos atentados terroristas organizados pela CIA, o FBI e executados pela mafia anticubana de Miami.

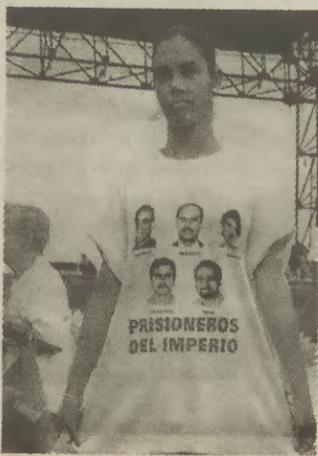
Antonio Guerrero Rodríguez, engenheiro e poeta, condenado injustamente a prisão perpétua, mais dez anos, é o recluso n.º 58741-004 em USP FLORENCE PO BOX 7500 / 5880 State HWY 67 / South Florence, CO 81226; Fernando Gon-

zález Llor (Rubén Campa), licenciado em Relações Políticas Internacionais, condenado injustamente a 19 anos de prisão, é o n.º 58733-004 em FCI OXFORD / PO BOX 500 Oxford / WI 53952-0500; René González Sechwerert, piloto e instrutor de voo, injustamente condenado a 15 anos de prisão, é o n.º 58738-004 em FCI MCKEAN / PO BOX 5000 Bradford / PA 16701; Gerardo Hernández Nordelo (Manuel Viramontes), licenciado em Relações Políticas

Internacionais, condenado injustamente a duas prisões perpétuas, mais 15 anos, é o n.º 58739-004 em USP LOMPOC / PO BOX 3901 Klein Boulevard / Lompoc, CA 93436; e Ramón Labañino Salazar (Luis Medina), economista, condenado injustamente a prisão perpétua, mais 18 anos, é o n.º 58734-004 em USP BEAUMONT / PO BOX 26035 / Beaumont TX 77720.

Exigir a libertação destes presos políticos é uma responsabilidade de quantos se batem pela liberdade e pela democracia. A nível internacional está já em marcha uma campanha de solidariedade em que todos podem e devem participar. Para tanto basta fazer chegar à prisão onde os patriotas cubanos se encontram o legítimo protesto contra mais esta prepotência dos EUA.

Mas ser solidário é também ser camarada. Para quem está preso, uma palavra de amizade e apoio é um bem inestimável. Saber que outros sabem que existimos, e resistimos, fortalece a resistência. Participe na campanha com uma carta solidária.



Portugal em risco

De acordo com as estimativas da ONU, Portugal, com 27 mil casos, continua no grupo dos países da Europa ocidental com mais pessoas infectadas com SIDA.

Oficialmente foram registados 1771 casos em 2001 e, desde 1983, ano em que foi registado o primeiro caso de VIH/SIDA, notificados 20 526 casos.

Estes números, já altamente preocupantes, consideram-se no entanto subavaliados, dado que os serviços hospitalares existentes em Portugal nem sempre procedem ao registo destes casos ou fazem-no com uma grande discrepância no tempo.

tanto sanitário como social e político, com consequências imprevisíveis.

Devido à Sida, um milhão de crianças africanas fica-

ram sem pais, prevenindo-se que dentro de poucos anos haverá 28 milhões de crianças com oito anos órfãs de pai e mãe.

União Africana sucede à OUA

O continente africano conta desde terça-feira com uma nova organização, a União Africana (UA), sucessora da Organização de Unidade Africana (OUA), que nos seus 39 anos de existência combateu o colonialismo e o *apartheid* e apoiou a construção dos novos países independentes.

Com uma estrutura semelhante à da União Europeia e dotado com um Conselho de Segurança análogo ao das Nações Unidas, este novo órgão deverá ser composto por 15 membros saídos das cinco sub-regiões do continente, dez dos quais eleitos para mandato de dois anos e o restantes cinco para um exercício trienal.

O Conselho de Segurança terá à sua disposição contingentes disponibilizados pelos Estados membros da UA, mantidos em constante estado de alerta.

A cerimónia que pôs termo à OUA e assinalou o princípio da UA realizou-se em Durban, África do Sul, acolhendo 50 chefes de Estado e de governo africanos.

Lembrando a experiência da OUA, o presidente sul-africano, Thabo Mbeki, anfitrião da cimeira e primeiro presidente da UA, afirmou que «ela diz-nos que os nossos povos necessitam de democracia, de uma boa governação, da erradicação da corrupção, de direitos humanos, de paz e de estabilidade».

Também o secretário-geral das Nações Unidas, Kofi Annan, evocou a OUA, mas para sublinhar que se aquela organização concretizou o objectivo de derrubar o colonialismo e o *apartheid*, a «estrada para a prosperidade provou ser bem mais ilusória».

Uma tarefa difícil

«Construir uma UA bem sucedida nas actuais condições vai requerer grande vigor e vontade política de ferro, combinadas com rapidez nos avanços negociais e compromissos infundáveis», disse Annan, citando o exemplo europeu.

«Muitas das nossas economias estão sobrecarregadas por dívidas insustentáveis ou heranças de guerras - instigadas durante décadas por poderes externos - e prolongadas por disputas internas», lembrou o secretário-geral da ONU, para quem o sucesso da UA assenta no projecto de renascimento africano, a chamada Nova Parceria para o Desenvolvimento Africano (NEPAD) que enfatiza os princípios da boa governação, transparência e respeito pelos direitos humanos e democracia.

«Somente uma União de estados fortes pode ser poderosa em si e os estados devem retirar a sua força não do poder militar, mas do apoio dos seus povos, de uma sociedade civil vigorosa», sustentou.

Numa antecipação relativamente à Cimeira do Desenvolvimento Sustentado (ou Cimeira da Terra II), agendada para finais de Agosto em Joanesburgo, Annan apelou aos chefes de Estado e de governo africanos para tomarem medidas globais urgentes.

«Nesta região de África, já atingida por secas e ameaçada pela fome, não precisamos que nos seja recordada a urgência de tal tarefa. Empenhemo-nos a persuadir o resto do mundo a juntar-se a nós no próximo mês para tomarmos as medidas que todos sabemos serem necessárias», frisou.

● Miguel Urbano Rodrigues

A repressão provocou um morto e dezenas de feridos

Lições da insurreição popular no Sul do Peru

Em Junho, uma insurreição popular insólita alarmou o governo peruano e tirou o sono aos generais do Pentágono responsáveis pelo controlo daquela área.

A crise foi de curta duração, mas o presidente Alejandro Toledo, cuja popularidade já vinha descaidendo em queda livre, saiu dela totalmente desprestigiado. Segundo a última sondagem divulgada, somente conta agora com o apoio de 25% dos eleitores.

No Peru, acontecimentos mais espantosos do que os forjados pela imaginação de Gabriel García Márquez são comuns. Essa é uma herança do sincretismo histórico resultante da fusão inacabada de duas culturas antagónicas: a espanhola e a do incário. Mas desta vez ninguém julgava possível que o Sul do país se levantasse maciçamente contra o Poder Central, desafiando-o como não ocorria desde a grande sublevação dos índios, em 1780, liderada por Tupac Amaru.

Tudo começou com a decisão do governo de privatizar duas empresas responsáveis pelo abastecimento de ener-

gia eléctrica a Arequipa e outras cidades da Região. No dia 12 de Junho o alcaide de Arequipa - a segunda cidade do país - e outros sete municípios do Departamento entraram em greve da fome depois de terem esgotado todos os recursos

legais no combate à lei que privatizava a Egasa e a Egesur, as empresas em causa.

Actuando nos bastidores, Toledo montara, através de gente sua, uma negociata mediante a qual as citadas empresas passavam a ser propriedade da Tractebel, uma firma belga de péssimos antecedentes, filial da poderosa transnacional francesa Suez.

O escândalo já chegara à Europa, onde a Tractebel responde perante tribunais da Bélgica e da Suíça por acções de corrupção e suborno de governantes de países do Terceiro Mundo. No Peru muitos milhões de dólares tinham corrido por canais invisíveis.

Toledo forçado a recuar

O povo saiu às ruas em apoio dos autarcas.

Toledo - o presidente mais bushiano de quantos existem na América Latina - não apreciou o gesto do alcaide de Arequipa e dos que o acompanharam. Acusou-os de terroristas, de simpatizantes do comunismo, etc., e deu instruções ao exército para restabelecer «a ordem».

Foi declarado o estado de emergência no Departamento e imposto o toque de recolher. Mas a intimidação não funcionou. Os protestos aumentaram; a maré da solidariedade subiu, caudalosa.

Em Arequipa formou-se um Frente Amplio Cívico de solidariedade aos autarcas e de resistência à privatização da energia eléctrica.

O embaixador dos EUA, cumprindo instruções do Departamento de Estado, achou oportuno opinar que a privatização era uma «medida correcta», acrescentando que identifica no presidente Toledo «um excelente governante».

A intervenção do representante de Bush caiu muito mal no Sul do país. A solidariedade com os arequipenhos



Toledo chamou o exército para restabelecer «a ordem», mas foi obrigado a recuar

ampliou-se. As autarquias dos Departamentos de Tacna, Moquegua, Juliaca, Ayacucho e Cuzco expressaram o seu apoio ao movimento de resistência popular.

Toledo assustou-se quando o protesto alastrou ao Departamento de Loreto, na Amazônia, o maior do país.

Uma comissão negociadora, que incluía um arcebispo, foi recebida à pedrada em Arequipa.

Percebendo, finalmente, que o movimento liderado pelo Frente Amplio Cívico assumira em poucos dias os contornos de uma insurreição local, o presidente Toledo recuou. Fez promessas e garantiu pessoalmente ao alcaide do Cuzco - a capital turística do Peru - que não privatizaria a empresa eléctrica da cidade. Simultaneamente cancelou à última hora uma

viagem aos EUA, programada com antecedência, durante a qual deveria manter conversações delicadas com a senhorita Condolezza Rice, a fogosa assessora de Segurança de George W. Bush.

As ameaças cederam lugar a apelos públicos ao diálogo e à concórdia. O estado de emergência foi revogado, o toque de recolher também.

Acordo provisório

A chamada Declaração de Arequipa expressou um acordo provisório. O governo comprometeu-se a suspender a privatização das empresas até que a Justiça se pronuncie sobre a legalidade do contrato e as acusações de suborno que atingem a transnacional belga.

O documento é ambíguo como o discurso populista do presidente. Mas qualquer que seja a evolução dos acontecimentos, as populações do Sul do Peru tomaram consciência de que a sua firmeza na luta

travada em defesa de uma posição comum foi decisiva para a vitória alcançada contra o governo central.

O saldo da repressão não será esquecido: um jovem morto, dezenas de feridos, espancamentos, uma centena de prisões, sindicalistas torturados.

A insurreição do povo de Arequipa repercutiu intensamente nos países vizinhos do Peru, sobretudo no Equador, na Bolívia e na Colômbia. Tendo no início um carácter espontâneo, aquilo que era um movimento de

forças elementares constituiu-se numa ameaça ao Poder quando assumiu um carácter organizado através de uma Frente unitária em que participaram diferentes partidos e personalidades políticas de diferentes quadrantes ideológicos.

É significativo que para meados de Julho tenha sido convocada uma paralisação de 24 horas como protesto contra a decisão do governo de privatizar a refinaria de Talara e o porto de Paita. Aguarda-se uma adesão popular maciça ao apelo.

Velasco não foi esquecido

Alguns analistas recordaram que todo o processo revolucionário deixa sementes que podem germinar quando surgem condições favoráveis.

O Peru - convém lembrar - foi cenário de transformações de carácter revolucionário entre os anos 68 e 75 durante a Presidência do general Velasco Alvarado. Nesse breve período desenvolveu-se a mais avançada Reforma Agrária que a América continental conheceu até hoje e foram estatizados os sectores estratégicos da economia. Uma medida radical e única na América do Sul foi a expropriação dos grandes jornais entregues a sectores sociais, como os Sindicatos, a Juventude, a Reforma Agrária, os Jornalistas, etc.

Um dos grandes erros do processo foi o seu verticalismo paternalista. Velasco e um grupo de generais e coronéis progressistas tentaram, no fundamental, impor medidas revolucionárias que destruíam estruturas capitalistas de uma sociedade oligárquica, sem promover a participação popular. O SINAMOS, Sistema Nacional de Apoio à Mobilização Social, não funcionou; a sua prática foi também, desde o início, paternalista. O povo peruano - sobretudo as massas indígenas - nunca se sentiu sujeito de um processo transformador que o libertava de formas de servidão quase medievais, mas não soube mobilizá-lo para defender aquilo que obtinha quase sem esforço, vindo de um Poder diferente do que se conhecia na América Latina.

Muitos intelectuais, recorde-se, cumpriram, então, um papel negativo. Distantes, desconfiados, os brilhantes sociólogos, histo-

riadores e cientistas políticos do Instituto de Estudos Peruanos e da Universidade de São Marcos, incapazes de compreender o significado das medidas de Velasco Alvarado que golpeavam o imperialismo e o poder económico da oligarquia crioula, preferiram elaborar teses fantasistas sobre a impossibilidade de um governo de militares levar adiante um projecto de significado revolucionário. Uns definiram o governo de Velasco como uma ditadura militar, repetindo, afinal, o que a direita e Washington proclamavam; outros, mais sofisticados, elaboraram teses sobre a natureza do regime, qualificando-o de bonapartista ou neobismarkiano. Fervilhou então o disparate teórico entre a talentosa *intelligentsia* académica peruana...

O desfecho foi o que se podia esperar. Sem o apoio organizado de um partido de esquerda forte e de sindicatos bem implantados entre a classe operária e as massas indígenas - as grandes transformações revolucionárias foram rapidamente anuladas quando Morales Bermudez, um general reaccionário (que se mascarara de progressista como ministro de Velasco) assumiu a Presidência através de um golpe palaciano, que a URSS saudou como positivo. O corpo de oficiais acompanhou passivamente a marcha para a direita como antes acompanhara, também passivamente, a política progressista de Velasco.

A insurreição do povo de Arequipa traz à memória lições importantes da história recente. Os que no Peru combatem pela democracia autêntica e pelo progresso não as esqueceram.



Velasco Alvarado

Uma Constituição para a Palestina

A Autoridade Palestiniana anunciou, domingo, a entrada em vigor da Constituição palestiniana, que prevê um Estado independente com Jerusalém por capital, um regime político pluralista e uma justiça independente.

A lei fundamental, aprovada pelo Conselho Legislativo em 1997 e promulgada em finais de Maio pelo presidente Yasser Arafat, «define os poderes da Autoridade Palestiniana e serve de Constituição até ao estabelecimento de um Estado palestiniano», anunciou o ministro da Justiça, Ibrahim Dughmeh, numa conferência de imprensa em Gaza.

Segundo a Lusa, o texto distribuído à imprensa estabelece, no seu primeiro artigo, que «Al-Qods (Jerusalém) é a capital da Palestina, o Islão a sua religião oficial, a charia (lei islâmica) fonte da sua legislação e o árabe a sua língua».

O texto legal prevê «um poder democrático, baseado no pluralismo, uma justiça independente e um Parlamento eleito» com poderes legislativos e de «controlo

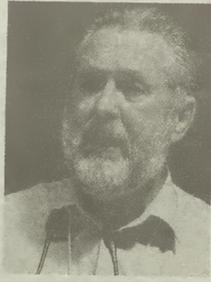
sobre o governo», bem como a eleição do presidente.

A entrada em vigor da Constituição palestiniana tem um significado altamente simbólico, já que os territórios se encontram de novo ocupados por Israel.

No início da semana, o presidente Yasser Arafat enviou uma mensagem aos participantes na cimeira da OUA (ver notícia na página 20), pedindo ajuda para o seu povo. «Dirijo-me a vós em nome do povo palestiniano, quando o meu país está sob a brutal ocupação israelita e é exposto a uma guerra bárbara, racista e sangrenta conduzida por Israel», refere a mensagem.

Arafat pede aos dirigentes africanos que pressionem as Nações Unidas para que «desempenhem o seu papel obrigando Israel a retirar o seu exército» dos territórios palestinianos, bem como exerçam «a sua influência sobre as forças internacionais, principalmente os Estados Unidos (...) para uma solução justa e equitativa» no Médio Oriente.

Sobre a situação da União Europeia



Agostinho Lopes

Como é referido na Proposta de Resolução Política, são extremamente preocupantes diversos desenvolvimentos recentes na União Europeia. Prosseguem e solidificam-se políticas capitalistas neoliberais. Crescem as tendências e impulsos federalistas. Acentuam-se pulsões e decisões militaristas e securitárias.

É obrigatório referir e relevar a coincidência, na generalidade e no fundamental, dos partidos do Governo PSD e CDS-PP, e do PS, no apoio e intervenção directa no plano nacional e nas instituições da União Europeia, na concretização dessas orientações e objectivos.

Devemos começar por ter sempre presente as forças motrizes destes processos.

Quando lemos as posições da UNICE e da Mesa-Redonda dos Industriais Europeus não pode ninguém ficar com dúvidas sobre o que sustenta e embala a trama económica e política, que conduz, preside, à construção neoliberal da União Europeia.

A UNICE, Confederação das confederações do grande patronato europeu, «a voz dos negócios na Europa», como se substitua, dirigindo-se, em 14 de Junho, à Cimeira de Sevilha, é clara nas suas pretensões. Sublinha a necessidade de avançar com o processo de alargamento, encarrega a Convenção de «formular as recomendações que assegurem um ambiente favorável aos negócios (...), quer «esforços a favor de uma coordenação das políticas de emigração», etc. Tem que se dizer que a coincidência com a agenda e orientações da Cimeira definida pela Presidência espanhola é notável.

A ERT – Mesa-Redonda dos Industriais constituída por 46 líderes dos principais grupos industriais europeus, onde está Américo Amorim, não é menos peca nas suas reclamações. Quer que se reformem os sistemas de pensões e o mercado de trabalho. Quer a clarificação dos processos de decisão nos órgãos da União Europeia, consagrando uma «substancial extensão do voto por maioria qualificada». Quer uma Comissão Europeia mais forte: «Do que a Europa necessita é de uma larga e clara visão da “governança” articulada com uma direcção política forte.»

As exigências do grande capital europeu por instituições europeias «fortes» e «tudo ao mercado» somam-se os interesses das grandes potências, cada uma querendo mandar mais que as outras, para todas juntas ditarem a lei aos pequenos países membros e aos actuais e potenciais candidatos à integração. É assim que se compreendem os conciliabulos e pré-acertos em encontros pré-cimeiras, onde se cozinham as receitas a aprovar nas cimeiras pelos outros Estados membros.

Para Sevilha, tivemos a carta do sr. Blair e do sr. Schroeder ao sr. Aznar sobre o funcionamento das Presidências da União Europeia. Pretendem esses senhores substituir a actual rotatividade de 6 em 6 meses dos países membros, por uma eleição de uma presidência a durar 3 a 5 anos, acompanhada por 5 ou 6 vice-presidências. Está mesmo a ver-se quem exerceria as presidências e quem teria direito às vice-presidências. Mas vejamos lá, também, se teria algum jeito o sr. Bush querer falar com a União Europeia e ter que se haver com um primeiro-ministro da Letónia!!!

Esta pressa. Esta ânsia. Esta brutal pressão para «avançar», «alargar», «aprofundar» a União, não resulta, com toda a evidência, de petições e reivindicações expressas pelos seus cidadãos. De solicitações e manifestações dos trabalhadores, agricultores e pobres da União Europeia. Mas da necessidade do capital. Dos interesses das grandes potências. Da dinâmica das burocracias comunitárias, sempre ávidas de mais poder.

Com a certeza de que depois das decisões tomadas, dos factos consumados, de processos tornados irreversíveis, os cidadãos serão sondados, inquiridos, manipulados, por brutais campanhas de propaganda, para que batam palmas ao que outros decidiram por si.

E quando se dá, por pressão da opinião pública, o caso excepcional de se ouvirem os cidadãos em referendo e o resultado dá Não, então há que repetir o referendo até que a vontade dos eleitores se ajuste aos desejos das forças políticas e económicas dominantes na União Europeia. Foi assim na Dinamarca, com a moeda única. É assim na Irlanda, com o Tratado de Nice, onde o «Não», como dizia um conhecido director de jornal, «tem que ser ultrapassado com percia e determinação (...)». Isto é que é democracia!!!

Há quem considere que o PCP deve, em matéria europeia, ultrapassar a política de direita pela direita, para não ser derrotado. Antes que me afoguem, afogo-me eu!

Para alguns, face às sucessivas etapas que a construção da União Europeia, conduzida pelo neoliberalismo e o federalismo, vai estabelecendo, numa estratégia bem delineada de factos consumados e legitimadas a posteriori, o PCP deveria, contrariando as suas reflexões, os seus objectivos e convicções, sempre decidir-se por uma fuga para a frente... derrotando-se. A tal obri-

gava a pretensa inevitabilidade desses processos, conduzindo-nos a ter de escolher entre a peste e a guerra. Reduzidos aos dilemas em que a ideologia do grande capital pretende encerrar o desenvolvimento da União Europeia. Isto é, o PCP ficava limitado à política como a arte do possível, a uma prática política transfigurada no mais extremo pragmatismo oportunista, sem alma nem princípios. Ao PCP nada mais restaria que adaptar-se, e até adaptar-se por antecipação.

Ai, a Adesão à CEE é inevitável. Então o PCP deve ser um partido promotor do processo de integração, convergindo com o PS, o PSD e o CDS/PP, num vasto «consenso nacional»!

Ai, o Acto Único é irrecusável. Então o PCP, «embarcando» nos milhões de empregos que o Mercado Único vai criar (e nunca criou), inventados por um tal comissário Chechini, deve votar favoravelmente, com o PS, o PSD e o CDS/PP!

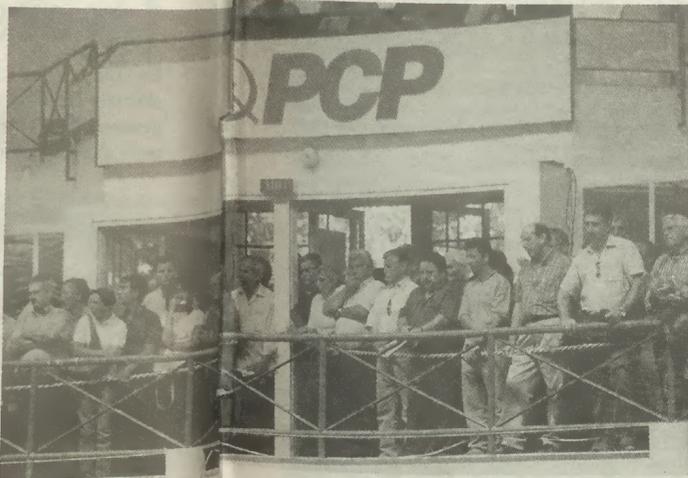
Ai, Maastricht é inelutável. Então o PCP deve ultrapassar o PS, o PSD e o CDS/PP na aceitação empolgada do golpear da soberania nacional.

Ai, a Moeda Única é inquestionável, ou a moeda única ou o caos da economia e das finanças portuguesas. Então o PCP deve compreender que a moeda única e o Pacto de Estabilidade são fundamentais para a salvação do País, mesmo que causem cortes das despesas públicas, restrições salariais, a destruição do nosso tecido produtivo, etc.!

Ai, o Federalismo é fatal como o destino. Então o PCP, para não ser considerado pré-histórico, anquilosado, retrógrado, deve dar o amém, juntar-se ao PS, PSD e CDS/PP, e desunhar-se na invenção de um federalismo que sirva o País.

A presente construção europeia não é um processo inócuo, neutro, de «avanços» positivos e negativos. É a consolidação de um processo de classe. É a expressão política da reprodução e expansão do capital transnacional sediado na Europa. É um processo certamente com contradições e antagonismos, avanços e recuos, mas onde se consolida um processo político conforme os interesses do capital e das potências europeias. Um processo

O Avante! prossegue neste número a publicação das intervenções centrais proferidas na Conferência Nacional sobre o novo quadro político e tarefas para o reforço da intervenção e influência do PCP. Com a divulgação destes materiais, os leitores do Avante! ficam munidos com os principais materiais produzidos pela Conferência Nacional, importantes contributos para o esclarecimento e mobilização de massas no combate à política de direita.



onde se sacrificam os interesses dos trabalhadores e dos povos, e em particular dos pequenos estados como Portugal.

Não é possível tingir de «esquerda» esses avanços. É possível condicioná-los, travá-los e até derrotá-los, em condições particulares de confluência da agudização dos seus conflitos internos com a luta dos trabalhadores e dos povos.

Cada etapa franqueada neste processo, cada avanço consolida um poder político económico e institucional favorável ao grande capital europeu e às grandes potências. Fortalece o seu «Estado Comunitário» para melhor exploração dos trabalhadores e dos povos, na sua guerra económica e política com os outros dois pólos da tríade da globalização capitalista.

Mas resulta também evidente que os posicionamentos do PCP contra esses avanços não impede, antes pelo contrário, que franqueada uma etapa pelo rolo compressor do capitalismo europeu em expansão, não tenhamos a autonomia, a inteligência, o engenho e a arte para, no quadro dos nossos objectivos e ideais, traçar a estratégia adequada, transformando os novos patamares alcançados pela integração em trincheiras de luta. Sim, trincheiras, trincheiras de luta! Desenvolvendo a luta e a intervenção política em defesa dos interesses nacionais, da paz e da justiça social na Europa. Ou desejamos que ficássemos política-

A intervenção do PCP na



Bernardino Soares

A intervenção institucional do Partido na Assembleia da República é um dos mais importantes instrumentos para a divulgação das nossas posições e propostas. É assenta numa profunda ligação à luta de massas e aos problemas concretos do país.

Com os resultados eleitorais de Março e a diminuição em um terço do grupo parlamentar do nosso Partido na Assembleia da República, esta frente de trabalho enfrenta um renovado desafio: o de manter e aumentar a intervenção do PCP, defendendo os interesses do povo e do país, o que é ainda mais indispensável num quadro de agravada ofensiva do governo de direita.

É preciso, contudo, que tenhamos a noção exacta de que existem mesmo maiores dificuldades de resposta a todas as necessidades de intervenção parlamentar, em que continuamos a não dispensar a seriedade e a qualidade. Teremos de, em cada momento, ser capazes de definir com rigor prioridades, para retirar o máximo rendimento das forças que temos.

O papel das organizações do Partido, e designadamente das organizações regionais, tem grande importância para o nosso trabalho. A ligação próxima aos problemas da população, dos trabalhadores e do território, própria das organizações do Partido deve constituir uma fonte de iniciativa e intervenção parlamentar. E por outro lado nem sempre aproveitamos na totalidade os recursos de que dispomos, designadamente utilizando a actividade parlamentar na intervenção das organizações, prestigiando e impulsionando o trabalho do Partido em cada situação concreta.

Da mesma forma é indispensável tomar medidas para aumentar o conhecimento pelo colectivo partidário da actividade do grupo parlamentar. Um maior conhecimento dos militantes e das organizações do Partido, daquilo que dia a dia vamos fazendo no parlamento, e a sua divulgação junto de outros, é um instrumento que não devemos dispensar nos difíceis combates políticos que enfrentamos. Tanto mais que não podemos contar com um tratamento justo e isento da nossa actividade pela generalidade dos órgãos de comunicação social. Continua a discriminação sistemática da nossa intervenção, o esconder da nossa iniciativa e o omitir das nossas posições, num quadro em que tantas vezes dominam critérios de super-

ficialidade e imediatismo no noticiário político. É matéria em que teremos, apesar de tudo, de continuar a criar formas de vencer tais barreiras, sem cair em medatismos fáceis, mas não abdicando de gerir inteligentemente e com oportunidade a questão comuncional.

O quadro parlamentar tem hoje características diferentes dos últimos seis anos. A existência de uma maioria PSD/CDS, que é de facto uma maioria absoluta que sustenta o governo, que já evidencia traços de arrogância, limita drasticamente as possibilidades de aprovação de medidas positivas designadamente das propostas do PCP. Certamente não se repetirá nesta legislatura o que aconteceu na última, em que, de todos, foi o grupo parlamentar do PCP o que mais projectos conseguiu aprovar.

Teremos igualmente de contar com um Partido Socialista preso nas suas responsabilidades governativas e em tantas áreas com evidentes cumplicidades com a política do actual governo. Talvez por isso assumam em muitas situações um certo radicalismo de intervenção, sobretudo em questões secundárias ou processuais, em que tenta evidenciar-se como oposição, e use uma intransigência na forma que tantas vezes não tem correspondência na política. Teremos por outro lado o BE, sistematicamente tirando partido de um mais favorável tratamento na comunicação social, sobretudo em relação ao que nos cabe, com uma intervenção em que alcançar o mediatismo é critério principal, e por vezes único.

Neste quadro a nossa intervenção deverá denunciar as responsabilidades anteriores, bem como as conivências com as políticas do governo da direita, designadamente do PS, não pactuando com irresponsabilidades, com demagogias ou com oportunismos políticos, venham eles de onde vierem. Mas teremos também certamente, como aliás já tivemos, momentos de convergência de opinião, de proposta e de voto com outras forças da oposição, que não devem ser enjeadadas no quadro do combate às opções e às políticas do governo PSD/CDS, garantindo sempre a autonomia e a valorização da intervenção do Partido e rejeitando papéis secundários ou diluidos.

A intervenção do Partido na Assembleia da República deve continuar a ser ampla e diversificada, com grande capacidade de iniciativa, capaz de apresentar as propostas adequadas para a melhoria da vida dos trabalhadores e do povo e para o



mente amarrados, arrumados, perante situações ultrapassadas, em lamúrias desatadas, sem iniciativa ou resposta perante novas situações? Não à política como a arte do possível. Sim à política como «arte de descobrir as potencialidades que existem na situação concreta hoje, para tornar possível amanhã o que no presente parece impossível». Uma política que, sem negar a realidade, não se adapta, não se submete, antes procura criar as condições para a transformar.

É assim que não podemos aceitar as pseudo-alternativas em que nos querem encerrar no debate para alterar a configuração institucional da União Europeia, com o argumento de que a adesão de um número significativo de novos países impediria o bom funcionamento da actual estrutura.

É uma fraude ter de escolher entre o Directório das grandes potências no Conselho Europeu, ou o Directório dos mesmos na Comissão. É um sofisma a oposição entre «federalismo» com reforço da Comissão e «federalismo» com o estabelecimento formal de um Directório dos grandes. Em ambas as opções o que está em causa é o processo de decisão, com a tentativa de reduzir o uso do direito de veto e alargar as decisões por maioria qualificada. O que está em causa, em qualquer fórmula de «federalismo», é a consolidação da relação de forças favorável às gran-

des potências que garanta, no quadro do alargamento, com o aumento do número de países membros, assegurar a «governança», as instituições fortes, a decisão eficiente e rápida que a UNICE e a Mesa-Redonda dos Industriais desejam, para maior glória dos seus lucros e perenidade do seu poder de classe. Não há bom e mau federalismo na construção europeia.

A tese de que a Comissão está e estará a salvo da correlação de forças das grandes potências é uma ilusão que pode servir à burocracia comunitária ou a quem quer iludir-se, mas não resiste à mínima abordagem da evolução recente da história da União Europeia.

A tese de que uma segunda Câmara, que substituíse o Conselho no processo legislativo, com uma composição que assegurasse a presença paritária dos diversos Estados membros, poderia permitir um «reequilíbrio institucional», é uma santa ingenuidade. Isto é, as grandes potências, depois de todas as mananças e equilíbrios para consolidar em Nice um processo de decisão que salvaguardasse, com o alargamento, o seu papel e peso determinante nas decisões, iam agora permitir que se constituísse um órgão que lhes subtraísse esse poder!!!

Igualmente é pura ilusão julgar que é possível dar o sim aos avanços federalistas, desligando-os do conteúdo das políticas

concretas, em matéria económica, de segurança e relações externas. Como se o edifício federal nada tivesse a ver com as opções neoliberais, militaristas e securitárias! Ou pior, pugnar por esses objectivos, com a ideia de que a luta contra essas opções estará facilitada numa Europa federal!

Camaradas,

É partindo da defesa da soberania e independências nacionais que o PCP pugna por um novo rumo, conforme os interesses dos trabalhadores e dos povos, para a União Europeia.

Um novo rumo configurado no objectivo de uma Europa de cooperação democrática e transparente, com total respeito pela soberania, pelos interesses, valores e especificidades de cada Estado. Uma construção europeia assente na cooperação de Estados soberanos e iguais em direitos, o combate a imposições supranacionais, a rejeição do federalismo.

Uma Europa social, solidária e de coesão com maior emprego e mais direitos.

Uma Europa aberta ao mundo e de paz, uma Europa solidária e exemplar nas relações com países terceiros de menor desenvolvimento, recusando a perspectiva de uma Europa fortaleza, bloco político-militar, alinhado ou não com o imperialismo dos EUA.

A exigência de um novo rumo ganhou nova dimensão nos últimos anos, com as importantes movimentações e manifestações sociais nos espaços nacionais e no âmbito da União Europeia e da Europa.

Como dissemos na Resolução do XVI Congresso, «Um novo rumo para a União Europeia não resultará (certamente) da decisão das forças que actualmente dirigem a integração neoliberal e federalista, nem do mero funcionamento de instituições, afastadas dos cidadãos e inteiramente determinadas pelas oligarquias do grande capital».

Só «Os combates de massas e de classe dos trabalhadores dos países da Europa, abrirão espaço para o activismo cívico, democrático e de classe, rasgando caminhos para outra Europa».

Pretendia terminar esta intervenção dizendo-vos: É o que hoje, com a participação dos comunistas portugueses, acontece em Sevilha.

Mas, os cerca de 100 comunistas que iam participar, em Sevilha, na Manifestação contra a Globalização neoliberal e capitalista, foram impedidos de entrar em Espanha, na fronteira de Badajoz, pela polícia espanhola, por razões de «Segurança Nacional».

Então, onde está a liberdade de circulação, uma das bandeiras de propaganda da União Europeia?! Ou a liberdade de circulação é só para o capital? Ou para os trabalhadores que vão ser explorados pelo capital europeu?

Julgo, camaradas, que estareis de acordo que o PCP exija que o Governo português e o Presidente da República apresentem junto do governo espanhol um enérgico e vivo protesto contra esta inaceitável decisão!

Contra a Europa do capital, uma Europa dos trabalhadores e de Paz.



Assembleia da República

desenvolvimento do país. Mas a intervenção no parlamento terá necessariamente também uma forte componente de resistência em relação à política do governo. Terá de ser um instrumento da luta social contra tais orientações, capaz de a potenciar e de a valorizar, traduzindo na Assembleia da República o que se passa nas ruas, nas empresas, nas escolas e onde quer que a contestação à política de direita se levante.

Neste quadro de intensificação da luta, o grupo parlamentar deve continuar a melhorar a resposta e a atenção aos problemas do mundo do trabalho, garantindo a disponibilidade para o contacto com os trabalhadores e traduzindo os seus anseios no palco parlamentar.

A intervenção e actividade parlamentar pode igualmente ser um precioso instrumento para o reforço da intervenção junto de camadas sociais específicas, com novos interesses e preocupações, o que exigirá do Partido e do grupo parlamentar a capacidade para responder a novos problemas e anseios, usando permanentemente a criatividade e a inovação.

Nestes pouco mais de dois meses de legislatura, o governo desencadeou uma importante ofensiva política com vários objectivos. Dramatizando a situação das contas públicas, concretizou diversas medidas restritivas e anti-sociais, com destaque para o aumento do IVA, o fim do crédito bonificado ou a revogação da tributação das mais-valias, que o PS já tinha entretanto suspenso. Especial gravidade assume a política laboral anunciada, nomeadamente o despedimento de mais de 50 mil trabalhadores da função pública (com prejuízos nalguns casos gravíssimos para o funcionamento dos serviços), a intenção de generalizar o contrato individual de trabalho no emprego público, ou de rever, diminuindo direitos, a legislação laboral. Para breve anunciaram-se propostas na segurança social e nos serviços de saúde, concretizando um cerrado ataque ao seu carácter público e abrindo caminho a uma acelerada privatização.

A actividade do grupo tem respondido e responderá com iniciativas concretas a estas propostas, como o fez com o projecto de reposição da tributação das mais-valias ou com as propostas de actualização dos salários da função pública face ao aumento da inflação, bem como das pensões mais degradadas, tendo estas propostas merecido um clarificador voto contra de PSD e CDS (a que se juntou o PS), deixando a descoberto as mentiras destes partidos que na campanha eleitoral fizeram do aumento das reformas uma das promessas fundamentais ao eleitorado.

Está também na ordem do dia a questão da chamada «Reforma do Sistema Político». Tem sido apresentada por diversos intervenientes, com preocupação central da vida política portuguesa. Sem negar a importância da matéria, a verdade é que ela está longe de ser a questão central que aflige o nosso povo. Parte-se aliás do princípio que a descrença crescente das pessoas na política se resolve com meras alterações legislativas, quando ela é no fundamental motivada pela não resolução dos seus problemas, pelo incumprimento das promessas feitas nas campanhas eleitorais e pela consciência de que as sucessivas mudanças de governo se resumiram a uma alternância que não trouxe consigo alterações estruturais nas políticas seguidas.

Mas apesar disto esta matéria deve merecer a nossa atenção. Desde logo porque saberemos contribuir para melhorias e aperfeiçoamentos em matérias que signifiquem um real aperfeiçoamento democrático. Mas também porque atrás das pias intenções anunciadas, se preparam de facto novos ataques ao regime democrático, com a retoma das propostas de criação de círculos uninominais ou de redução do número de deputados. Curiosamente elas vêm dos que, mandando às malvas a aproximação entre eleitores e eleitores, passaram a campanha eleitoral a falar da eleição de um primeiro-ministro, mal disfarçando assim que o seu verdadeiro intuito é o facilitar administrativo de maiorias absolutas e uma crescente bipolarização, tentando designadamente atingir o PCP e a sua representação institucional.

Prepara-se também o reeditar de velhas intenções de ingerência no funcionamento e organização interna dos partidos, que, sob a capa de regras administrativas, certamente visarão atingir conteúdos e objectivos políticos e ideológicos.

Veremos igualmente o que se preparará no que respeita ao financiamento dos partidos, não estando excluída à partida a possibilidade de se instituir um sistema em que os mais prejudicados acabem por ser os partidos que obtêm as suas receitas sobretudo com os esforços e a contribuição dos seus militantes.

Cá estaremos para dizer e demonstrar que o país e o mundo podem ser diferentes; que a alternativa existe e que está ao nosso alcance. Cá estaremos para dar luta a estas e a outras ofensivas, para lutar contra a política de direita, para resistir, para denunciar, e para propor, aliando a luta institucional à luta de massas e valorizando sempre o papel insubstituível deste Partido. O Partido Comunista Português.

Transformar a realidade

Nesta sociedade capitalista em que vivemos, os trabalhadores e a população em geral são orientados, estimulados e até empurrados para uma atitude de apatia, desmobilização e desencanto, em relação à intervenção social e política. Esta realidade torna mais difícil a luta dos comunistas pela transformação da sociedade. **Visto que essa transformação terá que resultar da força da determinação e da luta revolucionária das massas.**

A intervenção e iniciativa política do Partido assume, por isso mesmo, uma grande importância na actividade diária das organizações e dos organismos do Partido. Intervir sobre o meio e a realidade social que queremos transformar, tem que ser preocupação permanente de todos os militantes do Partido. A mobilização para a luta, dos trabalhadores das populações e outras camadas sociais, também elas vítimas da exploração capitalista, tem que ser o centro das nossas preocupações deve ser a tarefa para onde dirigimos a maior fatia das nossas energias.

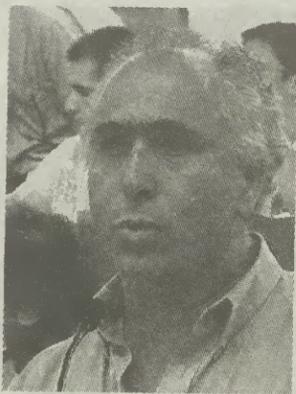
A Resolução Política que estamos a discutir e hoje iremos aprovar, contém um conjunto de orientações e iniciativas específicas cuja concretização irá reforçar e aprofundar a nossa ligação aos trabalhadores e às populações e alargar a intervenção e iniciativa política do Partido. É o caso da iniciativa **Em Movimento por um Portugal com Futuro**, que tem como objectivo concretizar até final do ano de 2003, iniciativas de esclarecimento, debate e mobilização sobre diferentes problemas e questões da realidade nacional e confirmar que os problemas com que o povo português se confronta, podem ter solução, que é possível um país mais desenvolvido e mais justo com uma política alternativa.

Do conjunto das propostas, destacam-se as seguintes iniciativas específicas:

- Uma grande acção nacional de esclarecimento, mobilização e luta dos trabalhadores, jovens, reformados e pensionistas em torno da defesa do sistema público da segurança social, desmontando a demagogia do ministro que, com aquela conversa de santinho, a apelar ao sentimento, tenta esconder o seu verdadeiro objectivo. **Fazer entrar nas contas bancárias dos capitalistas muitos milhões à custa dos descontos para a segurança social.**

- A iniciativa, **investigação e desenvolvimento para o futuro do País**, centrada na avaliação da situação e na aposta nas capacidades dos cientistas e investigadores nacionais.

- A iniciativa sobre uma administração pública de qualidade ao serviço da população e do país e para fazer frente à actual ofensiva governamental.



Armindo Miranda

• A campanha **mil localidades**, destinada a alertar para situações de carência existentes em muitas localidades sobretudo nas zonas do interior abandonadas e desprezadas pelos sucessivos governos que, ao serviço dos interesses de classe, do grande capital, sacrificam o desenvolvimento económico do interior, levando à sua desertificação.

Estas e outras iniciativas de carácter nacional a decidir pela nossa Conferência irão contribuir para aprofundar o conhecimento da realidade social do país e encontrar novas respostas para novas realidades. Mas o conhecimento mais rigoroso do meio onde exercemos a nossa actividade, **tem que ser, camaradas, uma preocupação de todos os militantes e todas as organizações do Partido.** A sua ligação à vida e à sociedade é uma tarefa que exige actualização permanente e

coloca a necessidade de conhecer os principais problemas dos trabalhadores e das populações, de lhe dar forma reivindicativa e transformá-los em luta, dando expressão concreta, lá na empresa, no concelho, lá na freguesia, no sítio ou na localidade, ao princípio de que a luta de massas é o factor determinante para a formação da consciência de classe e política dos trabalhadores e das populações, com consequências na alteração da situação política.

Mas, camaradas!, para que estas decisões tão importantes para a nossa actividade não fiquem apenas na Resolução Política da Conferência, **existem alguns aspectos do nosso trabalho que justificam a nossa reflexão activa:**

1. A dinamização da iniciativa e intervenção política e da luta de massas, não é tarefa apenas para os camaradas que estão nas estruturas unitárias de trabalhadores. É, sim, uma tarefa de todos os organismos e militantes comunistas.

2. A importância deste trabalho não termina por termos conquistado o sindicato, a maioria na comissão de trabalhadores, ganho a Câmara ou a Junta de Freguesia. **Pelo contrário, a necessidade da iniciativa e intervenção política do partido reforça-se ainda mais nestas condições, porque as suas responsabilidades políticas aumentaram.** Há que adaptar sim o conteúdo e as formas de intervenção à nova situação. Mas nunca, camaradas, mas mesmo nunca, considerar que, por termos passado a exercer essa parcela do poder, seja nos sindicatos ou nas autarquias, deixou de se justificar a ligação do Partido aos trabalhadores e às populações e a dinamização da luta pela resolução dos seus problemas. **Todos sabemos, cama-**

radas, porque a experiência nos tem mostrado, **que, onde isto acontece e se mantém durante muito tempo, acaba sempre, em maus resultados para o partido e prejuízos muito grandes para os trabalhadores e as populações.**

3. É necessário potencializar melhor as possibilidades da Comunicação Social, nomeadamente a Regional, como instrumento de divulgação da opinião do Partido, **mas é também muito importante que os comunicados e as Conferência de Imprensa que temos de intensificar e até preparar melhor, não substituam a dinamização da luta de massas e a sua importância na transformação da consciência social e política.**

4. É necessário que, sempre que possível e de acordo com cada situação concreta, o Partido assuma de forma explícita o seu papel dinamizador das lutas, na organização e apoio ao desenvolvimento dos movimentos de massas. **E não se dilua nem se apague nessas acções.**

5. É necessário ver a organização do Partido não como um fim em si, mas, como um instrumento fundamental para ligar o Partido aos trabalhadores e às populações e para dinamizar e dirigir as suas lutas. E isto só é possível se os seus problemas estiverem presentes e forem discutidos nas reuniões dos organismos do Partido de uma forma continuada e consequente. **E, camaradas, acho que todos temos consciência de que para isto acontecer precisamos de alterar estilos e formas de trabalho. E precisamos de mais audácia a decidir e a concretizar a iniciativa e intervenção política e a dinamizar os movimentos sociais de luta.**

Todos sabemos que não é fácil, camaradas. Estamos a lutar contra inimigos muito poderosos, a remar contra o preconceito, contra a indiferença e o descrédito em relação à actividade política, **mas é fundamental não confundir dificuldades com impossibilidades**, até porque todos nós conhecemos exemplos em que, tendo o Partido ido ao encontro dos problemas e reivindicações mais sentidas pelas massas, a luta avançou, por vezes de tal forma que até nos surpreendeu. **O prestígio do Partido aumentou e as perspectivas do seu crescimento orgânico, político e eleitoral alargaram-se.**

Nós, militantes deste Partido, o Partido Comunista Português, demos sentido às nossas vidas abraçando a luta revolucionária pela substituição desta sociedade desumana, cruel e profundamente injusta, por uma outra sem exploração capitalista onde não haja lugar para discriminações, desigualdades e injustiças sociais.

Nesta altura façamos andar mais depressa a roda da história, alargando e intensificando a iniciativa e intervenção política do nosso Partido.

A força do Partido depende da militância

Neste início do século XXI, o PCP, com a sua identidade própria de partido comunista, independente nas suas análises e intervenção, capaz de actuar em condições que lhe são adversas, sem se deixar diluir na ideologia e nos valores dominantes, torna-se ainda mais necessário. E, porque é um partido diferente, porque tem um compromisso exclusivo com os trabalhadores, o povo e o país, porque afronta os interesses das classes dominantes, o PCP tem contra si a bargagem dos meios poderosos que estas dirigem.

Não são assim fáceis as condições em que actuamos, mas é neste quadro que lutamos e temos de definir as orientações adequadas. As propostas em discussão nesta Conferência, visando a concretização das conclusões do XVI Congresso e do apuramento do debate efectuado, apontam o caminho de uma resposta dinâmica às exigências do reforço do Partido para ultrapassar obstáculos e insuficiências e resolver problemas com que nos confrontamos na actualidade.

O que se propõe não é esta ou aquela medida dispersa, mas sim um movimento geral de reforço do Partido, com um conjunto integrado de orientações, medidas e objectivos calendarizados, a desenvolver aos diversos níveis até ao final de 2003 e que comporta uma grande exigência.

Uma questão decisiva, nas condições em que actuamos hoje, é a compreensão dos princípios que dão ao Partido as características de uma força organizada e a capacidade de analisar e decidir as suas posições próprias resistindo às pressões que sobre ele são feitas, o que exige mais agregação, uma maior formação política e ideológica e um funcionamento mais activo e regular deste grande colectivo composto por muitas dezenas de milhar de comunistas. Por isso se propõe a realização de assembleias de todas as organizações de base, que as não realizaram no último ano, até ao final do primeiro semestre de 2003, a concretização de um plenário regular de cada organização de base, de preferência mensal, a par da integração de cada militante num organismo e uma vasta acção de esclarecimento da situação dos membros do Partido e de actualização dos respectivos contactos que contribua também para melhorar os fluxos de informação.

Mas este reforço do funcionamento próprio dos comunistas, nas suas organizações e organismos, não pode ser confundido com um encerramento do Partido sobre si próprio; ao contrário, exige como questão fundamental o reforço da intervenção, da iniciati-



Francisco Lopes

va política e da acção de massas. Daí a importância das acções nacionais e da dinâmica e iniciativa própria das organizações, tendo no centro das suas atenções as realidades e os problemas das áreas onde actuam, do desenvolvimento da luta e dos movimentos de massas, do trabalho de informação e propaganda, da utilização dos meios electrónicos, da difusão da imprensa do Partido, em particular do «Avante!», para o que se propõe uma campanha com o objectivo de aumentar a sua venda em mais 2000 exemplares por semana.

Por outro lado, o funcionamento interno e a intervenção e iniciativa têm que estar associados a um maior enraizamento do Partido e ao aprofundamento da sua ligação às massas. Daí a importância essencial do reforço da organização e inter-

venção do Partido junto da classe operária e de todos os trabalhadores, com destaque para o objectivo que se reafirma de garantir a existência de trabalho organizado do Partido nas empresas e locais de trabalho com mais de mil trabalhadores e/ou de importância estratégica, entre outros objectivos regionais ou sectoriais de enraizamento partidário. Daí a importância do desenvolvimento do trabalho junto da juventude e do apoio à JCP, do trabalho junto dos intelectuais e quadros técnicos, dos micro, pequenos e médios empresários, dos reformados e pensionistas e de outras camadas e sectores sociais. Daí a importância da acção dos comunistas nos movimentos de massas, do movimento sindical unitário, ao movimento associativo popular não perdendo de vista os movimentos populares e de utentes e os movimentos sobre novos e vivos problemas que resultam da política de direita e da natureza do capitalismo.

A força do Partido depende da militância. É a militância dos comunistas que faz e pode fazer a diferença na desfavorável relação de forças do combate político e ideológico que travamos. Por isso é necessário o estímulo à iniciativa de cada militante inserida no funcionamento colectivo, o aumento do número de camaradas com responsabilidades regulares por pequenas que sejam, o rejuvenescimento de organismos, uma mais larga responsabilização de quadros a todos os níveis, novos passos no reforço e rejuvenescimento do núcleo de funcionários do Partido e mais iniciativa na adesão de novos militantes, para o que, no seguimento dos bons resultados obtidos, se propõe lançar uma campanha de recrutamento de 2000 novos membros.

A força e capacidade de intervenção do Partido é também indissociável da sua coesão, baseada numa única direcção central e numa orientação geral única, numa profunda democracia interna e numa ampla participação militante. Sabemos o que os nossos inimigos de sempre, ajudados por alguns membros do Partido que comandam a acção fraccionária, têm feito nos últimos tempos e os prejuízos que têm causado ao Partido. E quando há quem queira confundir o direito de opinião afirmado nos princípios de funcionamento e na prática partidária, com um género de direito à desagregação que alguns querem reclamar para si próprios, dizemos, no PCP, como sempre: «todo o direito de opinião, nenhum direito à desagregação do Partido», reafirmando assim simultaneamente o valor do direito de opinião e a importância da coesão partidária.

O movimento geral de reforço do Partido que estamos a lançar coloca a cada um de nós, delegado ou convidado a esta Conferência, a cada militante, a questão do que vai fazer, de como se vai inserir nesta grande acção para que o PCP seja mais forte. Coloca a cada organização a elaboração de planos de trabalho e intervenção política na área em que actua, para fortalecer a organização, a intervenção e a influência partidárias, tomando a iniciativa, combatendo rotinas, aperfeiçoando estilos de trabalho, tendo audácia nos objectivos e nas iniciativas. Coloca a exigência de um sentido crítico apurado para corrigir o que está mal, para melhorar o que pode ser melhorado, valorizando sempre a força e influência que temos e não podemos desprezar.

Trata-se de um ambicioso trabalho organizativo que vamos levar a cabo em estreita ligação com o empenhamento na intervenção política e na dinamização da acção de massas sobre a situação económica e social, de resposta à política do Governo PSD/CDS-PP, de luta por uma alternativa política ao serviço dos trabalhadores, do povo e do país.

Defrontamos forças poderosas que sabem o que significa o nosso Partido e tudo fazem para o enfraquecer. É necessário que cada militante tenha consciência disso, das dificuldades de hoje e das dificuldades do futuro, para resistir à pressão que é e vai continuar a ser feita sobre cada um de nós, para nos abalar, para nos desmobilizar, para nos fazer desistir.

Mas, haja o que houver, ligados aos trabalhadores e ao povo, convictos nos nossos princípios e valores, portadores de um projecto que vale a pena, voltados para o futuro, com o empenhamento de dezenas de milhar de militantes, com a energia das muitas centenas de jovens que todos os anos aderem ao Partido e à JCP, temos força, determinação e vontade e podemos afirmar com confiança: Sim, é possível um PCP mais forte!

As finanças do Partido



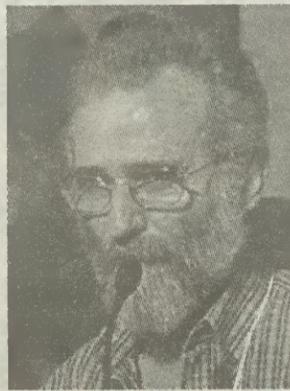
As contas do Partido relativamente ao ano de 2001, comparativamente ao ano anterior, como foi oportunamente tornado público através do Órgão Central do Partido, o «Avante!», revelam um grande esforço das organizações no seu conjunto com vista à concretização das Resoluções do XVI Congresso visando a obtenção do equilíbrio financeiro das contas partidárias.

Com efeito, pode verificar-se que em 2001 as receitas correntes aumentaram 20,1% relativamente ao ano transacto. Não obstante este esforço, ficámos ainda longe daquele objectivo dado que não se conseguiu simultaneamente uma contenção das despesas correntes suficiente e capaz de alterar estruturalmente a situação financeira do Partido.

De facto, em 2001, as receitas correntes ficaram substancialmente aquém das necessida-

des para fazer face às despesas correntes. Só o continuado esforço na realização de uma criteriosa gestão na administração do património do Partido garantiu, e permitiu ao mesmo tempo, que o desequilíbrio entre receitas e despesas não fosse tão acentuado.

Em matéria de política financeira as conclusões do XVI Congresso apontam claramente para a necessidade da contenção das despesas e para a intensificação do aumento das receitas, condições indispensáveis, para assegurar uma ampla e intensa iniciativa política e intervenção dos comunistas.



Euclides Pereira

Como é sugerido na Proposta de Resolução Política, e por economia de tempo, limitar-me-ei a chamar a atenção da Conferência Nacional para os aspectos que respeitam ao necessário e indispensável

aumento das receitas:

– a actualização do valor das quotizações e o aumento do número de camaradas a pagar regularmente a sua quota;

– ao esforço permanente para alargar o número de camaradas e simpatizantes a contribuírem regularmente para o Partido com ajudas financeiras extraordinárias;

– à multiplicação de iniciativas de massas para a angariação de fundos, envolvendo nelas o maior número possível de camaradas e organizações;

– no que respeita às contribuições dos eleitos em órgãos institucionais (e mesmo tendo presente que estamos perante um novo quadro em consequência dos resultados eleitorais obtidos nestas duas últimas eleições), é ainda possível e necessário manter o nível de receitas desta rubrica desde que trabalhem no sentido do convencimento

político para que todos os eleitos cumpram o honroso princípio estatutário, segundo o qual os comunistas eleitos para cargos públicos não devem ser prejudicados nem beneficiados financeiramente por tal facto.

A propósito da chamada reforma do sistema político, sectores diversos da nossa sociedade têm vindo ultimamente a patrocinar uma intensa campanha mistificatória em torno do que chamam o «financiamento exclusivamente público» dos partidos.

É oportuno chamar a atenção de todo o Partido para a necessária compreensão de que o que está fundamentalmente em causa é a tentativa de colocarem o nosso Partido dependente do poder político ocasional e assim verem aberto o caminho a uma profunda e perigosa limitação da sua autonomia política e ideológica. É, por isso, essencial lembrar que as receitas do Partido dependem em 92% da actividade militante dos muitos milhares de membros do Partido.

O aumento dos recursos financeiros, na perspectiva de assegurar a nossa independência financeira, é uma questão fulcral para a garantia do carácter de classe do nosso Partido, da sua independência política e ideológica.

Os quadros do Partido, a todos os níveis, têm de ter também nesta matéria a compreensão clara de que depende essencialmente de si concretizar com êxito este grande empreendimento.



O PCP na defesa do Serviço Nacional de Saúde

No projecto de Resolução Política da Conferência Nacional é apresentada a necessidade de dinamizar e reforçar a acção e a intervenção do PCP nas diferentes áreas da vida nacional.

Vamos falar da Saúde no novo quadro político pós-17 de Março, que se apresenta na continuidade da política do PS, agora com absoluta transparência e acentuadamente de direita.

No Programa de Governo são realçados os problemas do Serviço Nacional de Saúde (SNS) que é apresentado como desorganizado, degradado e com crescimento descontrolado da despesa.

O Governo do PSD encontrou aqui as razões para intervir no SNS com:

– O estabelecimento de parcerias entre a Administração Pública e entidades privadas para construção e exploração dos novos Hospitais. Foi ideia do PS que criou uma Estrutura de Missão Parcerias – Saúde que o PSD mantém em funcionamento para privatização dos novos Hospitais;

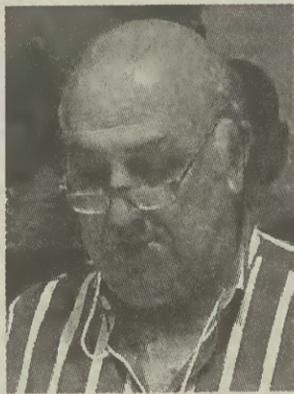
– A criação das Entidades Públicas Empresariais (EPE), isto é, transformação dos Hospitais em empresas públicas que, segundo o ministro, serão 35;

– A precarização do emprego dos trabalhadores da saúde, decorrente das medidas anteriores promovendo a diversidade contratual.

É necessário desmascarar esta política que não pretende reformar o SNS para melhorar a qualidade, diminuir tempos de espera, gerir com eficiência e menores custos, mas dar resposta a outras exigências.

A primeira medida, concessionar Hospitais, ou melhor concessionar a Saúde das populações, porque a Saúde de cada cidadão tem, nesta política de direita, um valor de mercado e será objecto de um negócio, satisfazendo as ambições dos grupos económicos e criando mais casos semelhantes ao Amadora-Sintra agora com contratos, no mínimo, a 20 anos.

Argumentam eles de que não existe capacidade para financiar a construção dos novos Hospitais. Não é verdade, pois uma ligeira melhoria na gestão permitiria encontrar o financiamen-



J. Durão Carvalho

to necessário. De facto, um estudo «isento» do BPI (encomendado pelas Estruturas de Missão Parcerias-Saúde) revela que o custo operacional anual de um Hospital atinge 80% do investimento total, isto é, o investimento não tem significado perante os custos de exploração.

A segunda medida, criação de empresas públicas, tem como único objectivo diminuir o défice do Sector Público Administrativo para satisfazer as condicionantes da nossa participação na União Económica e Monetária.

A precarização do emprego é panaceia conhecida da direita, culpando os trabalhadores da má gestão e do crescimento das despesas.

Esta medida é uma opção política sem qualquer fundamento técnico decorrente das medidas anteriores e apresentada como um grande benefício de gestão. De facto, as despesas com pessoal no SNS representam pouco mais de 40% e o crescimento médio anual da despesa total é de 20% desde 1980, muito acima da inflação e do crescimento salarial, tem como responsável, a componente privada hoje existente no SNS.

Os trabalhadores da Saúde não são responsáveis pelo crescimento dos seus custos.

Por outro lado, o Governo do PSD não manifesta qualquer preocupação pela situação gravíssima da falta de médicos e de enfermeiros, situação pela qual o PSD é responsável quando no passado impôs os números clausus e que o PS não resolveu em 6 anos de Governo. Continuaremos a importar mão-de-obra ou não poderemos abrir novos Hospitais (públicos ou privados) como muitos dos actuais serviços ainda fecharão.

Quais são os verdadeiros problemas do SNS?

São outros que a cegueira política e incompetência não permitem ao Governo reconhecer e corrigir.

Para o PCP a intervenção é possível e necessária:

– Nos medicamentos, em que Portugal ocupa posição cimeira na OCDE gastando 2,2% do PIB em 2002 (485 milhões de contos).

O PCP apresentou na AR um «Programa de redução de gastos com medicamentos» que depois de desvirtuado pelo PS foi aprovado e mesmo assim não operacionalizado.

Fornecer gratuitamente medicamentos aos doentes que vão às consultas dos Hospitais representa uma diminuição de despesas. Sendo quase inacreditável, esta medida não foi nem será adoptada para não beliscar interesses instalados. Vamos continuar a ouvir o PS falar das Farmácias Sociais que nada têm a ver com política de medicamentos mas apenas com a criação de novos empresários farmacêuticos, sejam eles Misericórdias ou outras Instituições Privadas de Solidariedade Social.

– Nos meios complementares de diagnóstico onde são desperdiçados milhões de contos porque os Hospitais, tendo capacidade para realizar a totalidade das análises clínicas, enviam os doentes das suas consultas externas para laboratórios privados.

– Nos consumíveis clínicos, de custo elevadíssimo, que não são geridos de acordo com os modernos critérios de reposição periódica de stocks, gerando desperdícios de milhões de contos.

Para adoptar estas medidas de racionalização e boa gestão é necessário privatizar e criar empresas públicas? É óbvio que não.

É necessária uma posição inequívoca de defesa do direito à Saúde e do Serviço Nacional de Saúde consagrado na Constituição, duma gestão séria e responsável isenta dos interesses do grande capital, com gestores nomeados por regras de competência, com garantia de cumprimento de objectivos e com trabalhadores motivados.

O PCP é o único Partido que possui um programa que sem equívocos define uma política de Saúde ao Serviço dos Portugueses, que conhece bem os problemas e as medidas necessárias, que é capaz de mobilizar as populações em defesa do SNS, que defende uma gestão participada e que possui os quadros capazes de concretizar esta política.

Somos o Partido que hoje, na rua, defende o SNS. Mas somos o único Partido que amanhã no Poder tem condições técnicas e políticas para gerir o SNS, assim os portugueses confiem em nós.

• André
Levy

Sistema prisional norte-americano

Retrato de uma sociedade opressiva

Nos EUA, quantas pessoas estão detidas no seguimento das investigações sobre o 11 de Setembro? O número não é do conhecimento público. Em Novembro, o Departamento de Justiça (DJ) revelou estarem detidas 1147 pessoas, mas após a onda de detenções ter sido alvo de críticas, pelo seu carácter demasiado abrangente e discriminatório, o DJ calou o pio.

Pouco se sabe sobre os detidos. São sobretudo de origem árabe. A maioria dos seus nomes é desconhecida e o Procurador-Geral John Ashcroft ordenou que nenhum pronunciamento oficial seja feito sobre a identidade ou existência dos detidos. Apenas 1% é suspeito de ligação ao Al-Qaeda. Outros foram detidos por crimes federais não relacionados com terrorismo e a maioria por alegadas violações do estatuto de imigração. Muitos foram encarcerados durante semanas antes de serem formalmente informados da causa de detenção. Os seus julgamentos são realizados em segredo, longe dos olhos da imprensa e das famílias. Sob o pretexto de poderem possuir informações relevantes ou por simplesmente não terem convencido as autoridades da

sua inocência, dezenas de cidadãos estrangeiros, mesmo após terem aceitado serem deportados, prosseguem em prisão.

O carácter discriminatório e abusivo desta caça às bruxas, das prisões ditas preventivas, tem precedente na história dos EUA. Recorde-se os encarceramentos por actividade política instigadas pelo jovem J. Edgar Hoover em 1919, após ataques bombistas em Washington, ou a perseguição a comunistas e outros contestatários pelo Subcomité da Casa de Representantes para Actividades Antiamericanas nos anos 50. Mas o carácter repressivo das investigações policiais e o abuso do processo de detenção ultrapassa casos pontuais da história.

Castigo sem reabilitação

A rede de prisões criminais e o sistema de justiça a ela associado são baseados nos princípios da punição e castigo exemplar, como forma de purificar a sociedade. Rejeita o modelo de reabilitação e preparação para a reinserção na sociedade. Recusa-se a enfrentar e remediar as causas profundas de criminalidade (como sejam a pobreza e desigualdade social). Em vez de promover um sentido de responsabilidade pessoal e

cívica, reforça o carácter opressivo e discriminatório da sociedade sob regime capitalista.

A situação tem vindo a agravar-se nas últimas décadas. Veja-se os números. Em 1972, o número de presos nos EUA rondava os 350 000. Em 2001, os EUA, detendo 5% da população mundial, possui um quarto da população prisional do mundo, cerca de 2 milhões de encarcerados e 5,7 milhões em liberdade condicional ou sob supervisão. A taxa de encarceramento é seis vezes superior à do Canadá, Grã-Bretanha ou França. Segundo dados do DJ, mantendo-se as presentes taxas, uma em cada vinte pessoas nos EUA passará algum tempo na prisão.

Quais as causas de tão explosivo crescimento da população prisional? A resposta não

assenta em crescentes taxas de criminalidade. Com efeito, durante os anos noventa, enquanto a taxa de criminalidade diminuía (devido talvez à expansão económica), o número de prisioneiros e prisões persistiu em crescer. É possível apontar reformas penais como forças operacionais de mudança no paradigma prisional. Durante os anos oitenta, as penas foram prolongadas e novas penas implementadas. Significativamente, a atribuição de penas tornou-se mais inflexível. Penas mínimas foram impostas por posse e tráfico de droga. Os conselhos que determinam a liberdade condicional perderam muita da latitude que tinham. As forças policiais passaram a devolver à prisão indivíduos por violação técnica das condições de liberdade condicional. E penas pesadas foram implementadas em caso de reincidência, independentemente da natureza dos crimes. Em suma, expurgou-se o factor humano do sistema de justiça. A lei passou a ser exercida mecanicamente.

Em resultado, a população prisional é constituída sobretudo por delinquentes não violentos (mais de 70% da população prisional), na sua maioria detidos por crimes ligados ao consumo e tráfico de droga. A vasta maioria são detidos por mera posse de droga, em particular marijuana. Este encarceramento automático, longe de ajudar a solucionar as taxas de criminalidade, pode contribuir para o seu agravamento. Nas prisões, toxicod dependentes não recebem qualquer forma de tratamento nem deixam de ter acesso a droga. As prisões (onde 7% dos detidos são violados) constituem um ambiente de transmissão de doença e de hábitos e valores de violência. Segundo dados do próprio DJ, um quarto dos indivíduos encarcerados por crimes não violentos são condenados uma segunda vez por crimes violentos. E a extensão de tempo passado em prisão não parece afectar a probabilidade de reincidência, isto é, o endurecimento de penas não parece ter diminuído a taxa de reincidência criminal.

Uma forma de discriminação...

Este complexo prisional, dividido entre sectores locais, estaduais e federais, tem naturalmente imposto custos financeiros tremendos. Os orçamentos dos estados dispensaram, em 1999, 32,5 mil milhões de dólares para os sistema prisional, um em cada 14 dólares. Tal tem implicado necessariamente cortes noutros sectores.

O estado da Califórnia aumentou em 30% as despesas no sistema prisional, entre 1987 e 1994, enquanto diminuía em 18% o investimento em educação superior. Enquanto construiu uma nova universidade, ergueu 21 novas prisões.

Apesar do investimento em construção de novas prisões, o sistema nacional está 32% acima da sua capacidade. Nos últimos anos, movido por dificuldades financeiras e alguma mudança de opinião pública favorecendo alternativas ao encarceramento

(como serviço comunitário), os estados têm alterado leis estaduais no sentido de maior poder discricionário por parte dos juizes na atribuição de penas. Mas enquanto a população nas prisões estaduais estagnou, o sistema federal tem absorvido a crescente população prisional nacional.

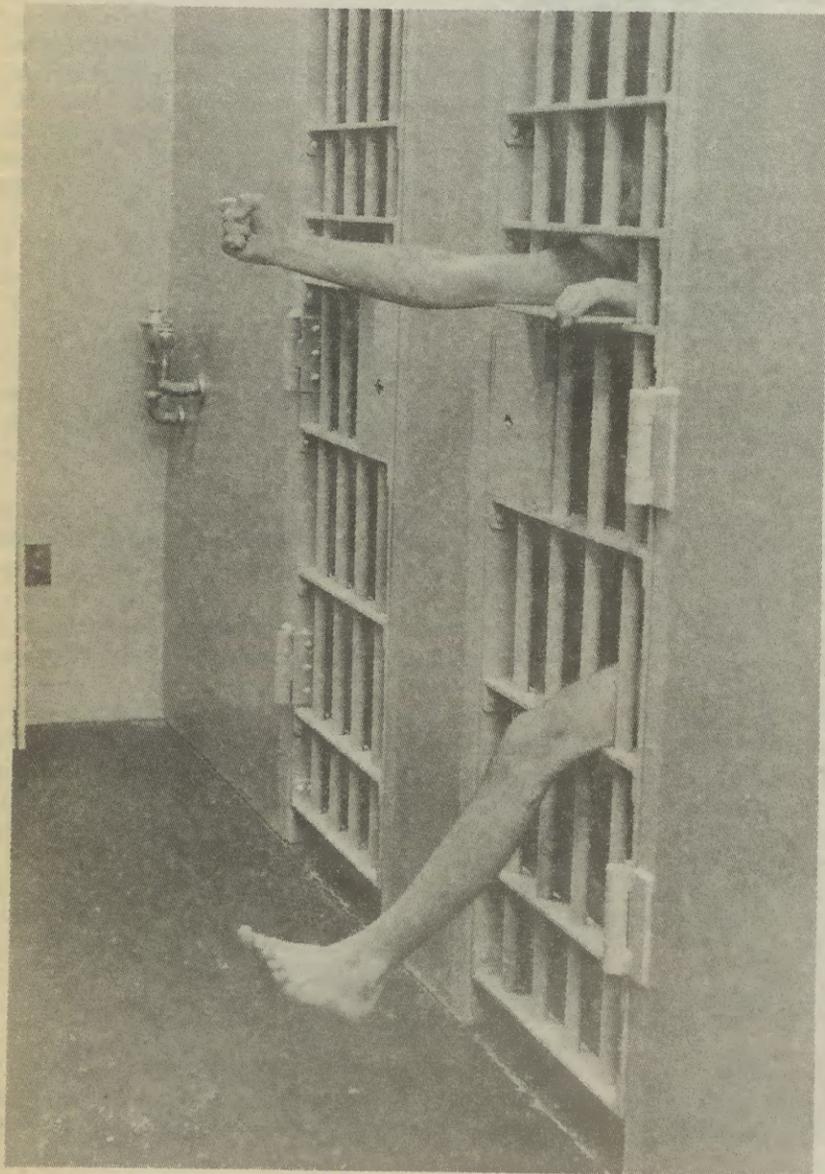
Quem ainda duvida que a razão a expansão prisional foi motivada por desejos de opressão e não para melhoramento da sociedade, veja como o sistema prisional é também uma arma de discriminação socioeconómica e racial exercida pelo estado. Constituinte apenas 12% da população, os africano-americanos representam 41% da população prisional. Um em cada quatro africano-americanos passará tempo na prisão. Como a população em geral, a maioria está na prisão por crimes não violentos associados à posse e consumo de droga. Mas enquanto três quartos dos consumidores de droga são europeu-americanos e apenas 15% são africano-americanos, estes constituem 37% dos detidos por posse de droga.

Menos informação está disponível sobre o perfil de classe socioeconómica dos prisioneiros (que de resto se vê confundida com perfil étnico). Mas existem sinais claros de que o sistema judicial serve também selectivamente como forma de opressão sobre as classes trabalhadoras e mais desprivilegiadas economicamente. Estas têm acesso desfavorecido a advogados de defesa competentes e a poder pagar caução. E veja-se a duração das penas. Enquanto as penas por roubo atingem em média 75 meses, tendo estes crimes uma taxa de condenação de cerca de 80%, os crimes de «colarinho branco» (como fraude ou violação de impostos) impõem penas na ordem dos 24 meses em apenas metade dos casos julgados. Enquanto, no ano passado, um latino-americano foi condenado a 50 anos de prisão por ter roubado vídeos no valor de 150 dólares, executivos de companhias como a Enron passeiam pelas ruas, apesar de terem defraudado milhares de ex-empregados das suas pensões. Como nota o filósofo Jeffrey Reiman, os pobres são detidos com maior probabilidade, quando detidos são mais provavelmente condenados, e sendo condenados são mais provavelmente condenados a prisão e a uma sentença mais prolongada do que os indivíduos das classes mais influentes.

... e de exploração

A ligação a interesses privados sublinha o carácter opressivo e escravizador do complexo prisional. Dispondo de uma população imensa, jovem e desprovida de normas reguladoras sobre o seu trabalho (número de horas ou remuneração), as prisões exploram esta força de trabalho e vendem-na a firmas privadas para estas poderem acumular lucros. Em 1998, mais de 2500 prisioneiros trabalharam para 135 companhias, incluindo gigantes como a Microsoft, McDonalds e TWA, e o número promete ir aumentando. Refiro-me às prisões estaduais e federais. Mas existem também prisões privadas, detendo mais de 110 000 prisioneiros. Movidas pela ganância do lucro, que limites reconhecem para a exploração destes prisioneiros?

Mas falta ainda mais uma nota: a pena de morte. Os EUA executaram 777 indivíduos desde de que reinstalou a pena de morte em 1973. Este ano já foram executados 28 indivíduos. Em 20 estados, até há pouco tempo, esta pena era aplicada a indivíduos com atraso mental. Em 17 estados, pode ser aplicada por punição de crimes cometidos quando o sentenciado tinha mais de 16 anos. Apenas mais seis países no mundo permitem a execução de menores (Nigéria, Paquistão, Arábia Saudita, Iémen e Irão), e os EUA já executaram mais do que qualquer destes países. Estudos demonstram que a pena de morte não é eficaz para dissuadir criminalidade. É aplicada discriminatariamente contra minorias étnicas e tem sido aplicada contra inocentes em taxas que não se podem ignorar. Desde 1972, mais de sessenta pessoas condenadas à morte foram libertadas após ter sido demonstrada a sua inocência.



Comunicação

• Francisco Silva

Depois de esquecido ou, pelo menos, deixado no fundo da gaveta das consciências durante muito tempo, o episódio bíblico do combate entre David e Golias af está outra vez sob as intensas luzes da ribalta. O que não tem nada de estranho. Com efeito, a tal evocação se tem sido levado pelos desenvolvimentos recentes de conflitos envolvendo partes com capacidades militares muito diversas. O conflito israelo-palestiniano constitui um exemplo marcante, até porque ficou célebre o uso das pedras pelos palestinianos na Intifada - ao contrário da tradição da Bíblia, onde é o

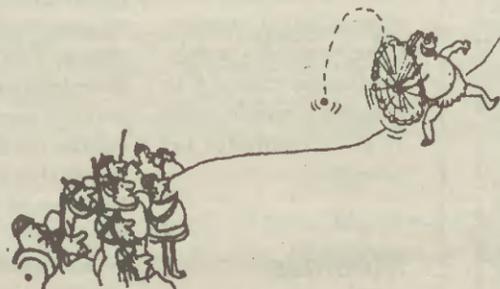
povo do Vietname. E não foi o caso, mesmo tendo em conta o apoio do movimento vietcong por potências como a União Soviética. Por isso, os meios adequados devem responder à combinação estratégica das diferentes tecnologias em função dos factores determinantes da ordem social e política. É por essa razão - como se viu no caso de David e Golias - que não se pode nunca dizer, em definitivo, ter uma tecnologia obsoleto, passado do seu tempo. Com efeito perante aquele potentíssimo, também pesado, soldado de infantaria que o camponês Golias representava, equipado com armas de bronze, David, o pastor, teve de escolher de escolher os seus próprios meios, estes mais compatíveis com o que hoje poderemos designar por artilharia. A funda para o arremesso à distância de pedras pouco pesadas. É. Isto das etapas tecnológicas não é um processo simples. E, como é voz corrente, David venceu. O exemplo e a lição corresponden-

David e Golias revisitados

teu judeu David a usar pedras contra o filisteu Golias. Outro exemplo - muito actual e dramático - identificável neste grupo de conflitos envolvendo actores dispo de meios muito díspares, mas de uma natureza completamente diferente, é certo, foi o dos meios utilizados nos atentados terroristas de 11 de Setembro e as subsequentes acções de agressão química através do envio postal do antrax. Neste caso, já não foi a utilização em combate guerreiro de uma tecnologia mais antiga como foi o caso de David, mas antes o emprego de tecnologias atuais, a dos aviões comerciais e a do antrax, sem aviso, contra alvos quase sempre civis (exceptuar-se-ia o caso do Pentágono). Contudo, os casos mais clássicos do uso da astúcia e da surpresa, com frequência servidos por tecnologias consideradas rudimentares em comparação com as empregues pelos adversários, são os das organizações de guerrilha que se constituem como movimentos de libertação nacional, seja contra forças armadas de ocupação seja contra as forças dos próprios regimes, no caso de situações de ditadura. Mas que sejam consideradas rudi-



mentares as das forças convencionais adversárias. Tal não significa que não sejam as adequadas para os fins em vista.



mentares as das forças convencionais adversárias. Tal não significa que não sejam as adequadas para os fins em vista.

O exemplo e a lição

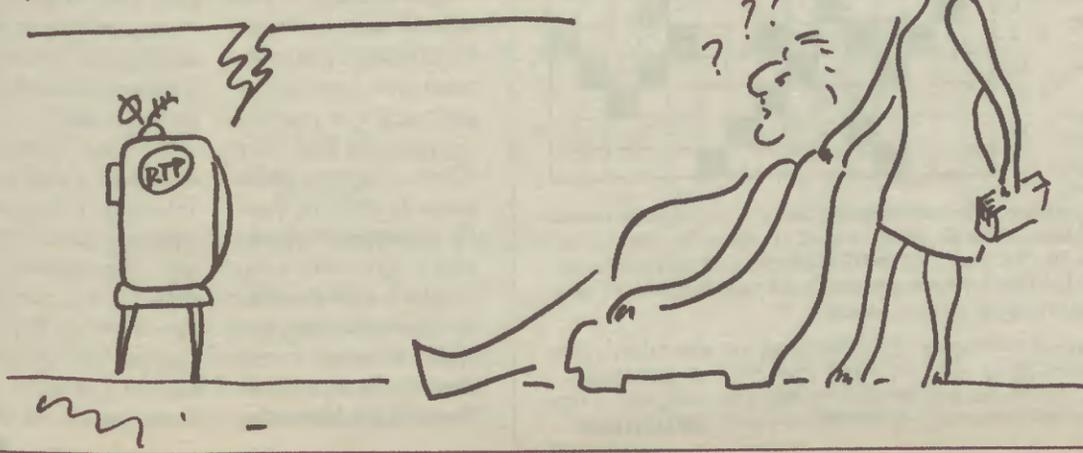
Com efeito, «até» as forças armadas ditas convencionais procuram, com frequência, os meios mais adequados quando se trata de dar combate a movimentos guerrilheiros - por exemplo, este foi o caso do Estado Português durante as guerras coloniais. E tal não foi o caso dos EUA, e de todo o seu poder bélico, no caso do heróico

substituído, sem mais, a tecnologia da pedra, a qual, por sua vez, tinha passado sucessivamente pelas subetapas da pedra lascada e da pedra polida. O mesmo sempre aconteceu com outras tecnologias, como, por exemplo, com as dos meios de comunicação. Porque a escrita à mão também não foi substituída, sem mais, pela tecnologia gutenberguiana da impressão de livros ou de jornais, tal como a escrita à mão não tinha feito desaparecer a fala. E neste caso, o da fala - o dizer, mais o seu ouvir -, esta nunca deixou de ser um componente, digamos, intrínseco, da produção e recepção dos textos manuscritos. Nem tão-pouco o retornar da fala com a comunicação «eléctrica» - telefone, rádio, televisão, computador/internet - matou a comunicação escrita, nem a escrita à mão. Repete-se: a evolução tecnológica não é um processo linear nem simples. O que vem a seguir não é necessariamente melhor nem exclusivo. No caso de David, a tecnologia por ele empregue revelou ser a mais eficazmente derrotadora.

Cartoon

• Monginho

OPERAÇÃO ESPECIAL CONTRA A FUGA AOS IMPOSTOS!
GOVERNO ATACA CONTRIBUÍNTES.
DESCULPEM... SO' AQUELES QUE FOGEM.
BEM... DIZEM-ME QUE B' SO' PARA AQUELES QUE DIZEM QUE NÃO PAGAM.
OU SERA' SO' PARA OS QUE DIZEM QUE PAGAM? ...



Pontos Naturais

• Mário Castrim

Reflexos

As manhã altas sobre a praia, e as sensações vão em busca das palavras.

Poesia esvoaça, embate nas paredes a febre, a insónia, a dor, a fome, as sedes.

Mar, e tranquilos todos os sentidos sobre barcos, destroços esquecidos.

Cada minuto exangue em mim se dói ora estava previsto ser herói...

O vento ruge, um monstro nas goelas. Vamos porém fazê-lo andar as velas.

Há que estarmos atentos aos clarões súbita luz das obscuras razões.

Mais que talvez, o dia é uma certeza. Passa invisível ave rente à mesa.

O poeta enfrenta as forças do universo para tornar em búzio cada verso.

A mão que sofre e sente, a que a semente vai espalhando, e não a mão que mente.

Pára um instante, pá, não sejas louco. Deixa que o tempo em ti descanse um pouco.

Bem mais do que se pensa a vida é rica. O rio passa, a nossa imagem fica.

Milhões de histórias em milhões de folhas e vai tu corres, vais à vida, olhas...

Cal que a parede cobre. Tela de pintor pobre.

“Conta, netinho, conta aquela história do tempo a vir que guardas na memória.”

Vai haver mais despedimentos. Grito. Mas tudo está escrito, está escrito...

Arma o teu arco. Não será em vão. Ver-se-á depois se acertarás ou não.

Grita, para saberem que te dói. Fala, para sabermos como foi.

Ser do seu tempo e ser de mais além eis o segredo que o artista tem.

Histórica razão, constante voz. Somos ricos de quem morreu por nós.

Religiões

• Jorge Messias

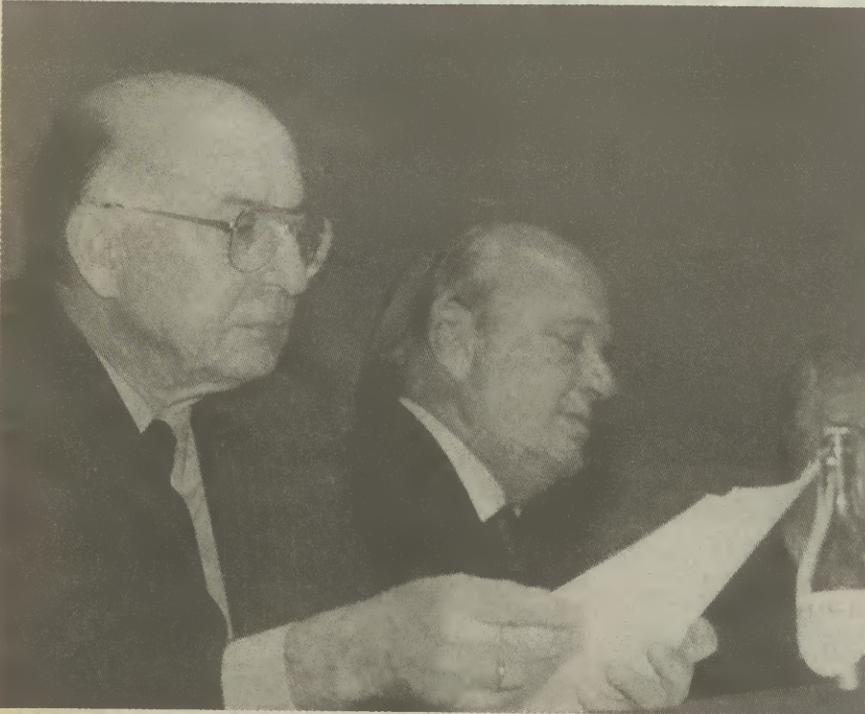
A imagem de Salomão, o Opus Dei fez partilhar o poder de direcção da TVI entre dois tecnocratas altamente qualificados: o eng.º Magalhães Crespo, patrão da Rádio Renascença, e D. José Policarpo, reitor da Universidade Católica, homem forte do Patriarcado e inseparável conselheiro de D. António Ribeiro, desde o primeiro minuto do projecto televisivo católico. Assim se atenuou o principal foco das divisões internas provocadas pela luta pelo poder na TVI. Simultaneamente, registou-se uma reviravolta nas reivindicações da igre-

ada por Pinto Balsemão. E a SONAE ou TV NOVA, de Belmiro de Azevedo, apoiada na Rádio Nova, do Porto, e no «lobby» segurador das Produções Douro. Este pelotão inicial cedo se foi reduzindo com desistências, alianças ou fusões. No Projecto TVI entraram, então, a Lusomundo, a Telecine (de Júlio Isidro), a Edipress e accionistas do grupo da SONAE, a qual viria a desistir do seu projecto televisivo. Para os dois canais previstos, ficavam apenas três concorrentes finais: a SIC, a Edipress e a TVI. O núcleo duro da TVI agrupava a Universidade Católica, a Rádio Renascença, a Conferência Nacional dos Institutos Religiosos e a União das Misericórdias Portuguesas.

Alguns poderosos

Começava a conhecer-se os nomes de alguns poderosos apoiantes de cada um dos projectos. A SIC tinha o «Canal Plus», as Produções GRANADA, o

O projecto televisivo da Igreja (III)



grupo HACHETTE e a TV GLOBO. A SONAE revelava uma larga aproximação aos interesses e modelos canadianos e franceses (TV Toronto, TFI de França, Grupo Bouyges). Eram temíveis alianças. Mas, bem à frente de todas essas garantias ficavam as que a TVI exibía. Afinal, todos os apoios garantidos aos concorrentes tinham a sua matriz nas «holdings» do Opus Dei ou do próprio Vaticano. Isto é: o poderio proclamado pela concorrência nascia, afinal, nas fontes dominadas pela igreja ... a RTL - Radiotélévision du Luxembourg, o Canal Plus, a Rádio

CADENAS, a PRISA, a LUMEN 2000, a Havas ou a Paribas, a Benedetti e a Hachette, são forças financeiras determinantes que tão depressa surgem como apoiantes da TVI ou como aliadas dos dois outros projectos. A questão doméstica da história dos dois canais tinha-se transformado num meganegócio europeu. Berlusconi entra na Edipress de Proença de Carvalho (Expresso, 27.7.91) e na TVI de Roberto Carneiro (Semanário, 4.3.92), através da Fininvest, da Tele 5 espanhola, da ONCE e da Publiespaña. A Impala e a Lusomundo (grupo Opus Dei) participam no capital da SIC. Em 1992, no curto espaço do seu consulado na direcção do projecto, Roberto Carneiro fez entrar a TVI na Bolsa de Valores, aumentou o capital da estação entre 2,5 e 5 milhões de contos e promoveu uma agressiva campanha de capitalismo popular. Como sempre, os pequenos accionistas apenas serviriam para amortizar os capitais de risco. Os lucros seriam embolsados pelos grandes subscritores e pelo «cartel» bancário que Roberto Carneiro, D. José Policarpo e o Opus Dei constituíram. Trinta e duas grandes empresas financeiras responderam ao apelo dos bispos.

Pontos Cardeais

Mais uma...

Foi tornado público mais um caso de uma grande empresa norte-americana que apresenta graves irregularidades contabilísticas. Desta vez é o gigante farmacêutico Merck, que distorceu as suas contas no triénio 1999-2001, de acordo com um relatório entregue à autoridade reguladora dos mercados de capitais.

Anote-se um pormenor: aos gigantes do capitalismo, nesta era global, já não basta especular em bolsa a produção mundial, subvertendo os valores concretos e a realidade factual em jogos amorais e mentirosos; agora já mentem até na apresentação das contas, instalando a mentira total nos negócios bolsistas e especulativos e fazendo com que nada valha coisa nenhuma, a começar pela própria confiança nas regras instituídas pelo próprio mercado.

A isto chama-se bandidismo, puro e simples. Quem responde por estes gravíssimos crimes? E se ninguém responde, como se pode combater tal situação?

Medidas

Perante isto, o presidente norte-americano George W. Bush propõe-se impor penas criminais aos executivos de empresas que, propositadamente, tenham apresentado contas fraudulentas.

Bem prega frei Tomás... Esta semana foi também revelado que o presidente Bush, em 1990, vendeu acções no valor de um milhão de dólares de uma empresa petrolífera a cujo conselho de administração pertencia e que, dois meses depois, viu as suas acções caírem abrupta e brutalmente, nomeadamente na sequência da venda feita por Bush...

Recuos...

Após entradas de leão sobre os cortes na despesa pública, apontando como alvos concretos as autarquias e os governos regionais da Madeira e Açores, o Governo já deu sinais de recuo na questão do investimento autárquico, afirmando estar «aberto a ajustamentos» na lei orçamental, isto após encontros com a direcção da Associação Nacional dos Municípios

Portugueses, presentemente presidida por um autarca do PSD e que se tem manifestado firmemente contrária a qualquer corte orçamental em relação às autarquias.

Entretanto, como Alberto João Jardim já «ameaçou» chumbar o próximo Orçamento de Estado caso haja algum corte às verbas da Madeira, espera-se com curiosidade os recuos que se seguem, por parte do Governo.

... e recuos

O presidente da Assembleia da República, Mota Amaral (do PSD), deixou cair a ideia - que chegou a formular por escrito - de que os deputados que viajam em representação da Assembleia da República deveriam entregar previamente por escrito as intervenções que iriam fazer nos fóruns internacionais. Foi o próprio João Bosco Mota Amaral que, esta semana, assumiu em declarações ao *Público* o abandono desta sua ideia, que constava da primeira versão do documento que enviou ao grupo de trabalho de reforma do Regimento.

Pelos vistos, o recuo é um caminho que se está a instalar e a instituir no PSD. É o que dá uma actuação política baseada nas «entradas de leão»...

Inconstitucionalidades

O Governo apresentou (e fez aprovar) na Assembleia da República nova Lei da Televisão, após as devidas emendas que lhe retirasse as inconstitucionalidades assinaladas pelo Tribunal Constitucional. Todavia, mal foi aprovada, a nova Lei já está sob nova e generalizada crítica, até de constitucionalistas do próprio PSD, como Costa Andrade ou Marcelo Rebelo de Sousa, com este último a ironizar, mesmo, que a nova Lei é «uma lei com retrato», ou seja, está redigida com um objectivo concreto - o de proporcionar um despedimento mais célere de Emídio Rangel...

Portanto, apesar de emendada, a nova Lei da Televisão, pelos vistos, continua inconstitucional... Aguarda-se, com expectativa, o que fará o Presidente da República, que recebeu esta semana a nova Lei para promulgação... ou não.

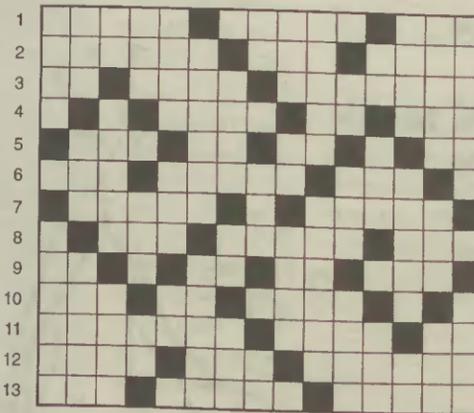
Palavras Cruzadas

HORIZONTAIS: 1 - Encontrar; certo benefício de que gozam as comunidades indianas; chiste (fig.). 2 - Delgado; forma um só; farsa satírica. 3 - Filho de burro e égua ou de cavalo e burra; rebordo do chapéu (pl.); inventariar. 4 - Pequena argola com que se enfeitam os dedos; cabelo branco; unidade das medidas agrárias. 5 - Caixa de madeira, revestida de couro e com tampa convexa; centímetro (abrev.); nome da letra R; pref. de origem grega, que exprime a ideia de privação, separação. 6 - Observar; cabeleira postiça; espaço de 24 horas. 7 - Pequeno melão arredondado; pilhagem. 8 - Geme (gr.); que se refere a lã; espécie de sapo da região do Amazonas. 9 - A parte mais larga da enxada; sono (infant.); prep. que indica lugar, tempo, causa, fim e outras relações; grito. 10 - Pau-ferro; milímetro (abrev.); gritar (gr.). 11 - Entregar com segurança alguma coisa a alguém; ave palmípede, espécie de pato; Instituto de Camões (abrev.). 12 - Elemento de formação de palavras que exprime a ideia de hostilidade, oposição; anuência; prenúncio de algum perigo. 13 - Elogio; o m.q. loisa; contemplar.

VERTICAIS: 1 - Fractura; apiculado. 2 - Que não está cozido; virtude; que não tem acento tónico. 3 - Nome da 6.ª e 26.ª letras do alfabeto árabe; parte do palácio do sultão destinado às suas odaliscas; besunta. 4 - Mau cheiro; o m. q. lírio; nome da 21.ª letra do alfabeto grego. 5 - Ribanceira; filtra; terceira nota da escala musical. 6 - Embarcação pequena que os navios transportam para seu serviço; folhoso. 7 - Pref. de origem latina que significa metade, meio ou quase; tecido fino como escumilha; sorriu. 8 - Despedido; que não está vestida; manuscrito (abrev.). 9 - Em partes iguais; nome da letra grega que corresponde ao R latino; recusa. 10 - Graça; ramagem. 11 - Batráquio; oferecer; instrumento achatado num dos lados, que serve para fazer avançar na água embarcações pequenas. 12 - Molibdénio (s.d.); variedade de carbonato de cálcio, usado especialmente para escrever em ardósia ou quadro preto nas aulas, para riscar, etc.; doçura (fig.). 13 - Parte do calçado que corresponde à planta do pé; barco de pesca usado em Setúbal; interj. que exprime admiração. 14 - Desejara; argola; levanta. 15 - Natural ou habitante da Lorena; esvaziar.

SOLUÇÃO:
HORIZONTAIS: 1 - Achar; inama; sal. 2 - Grati; unq; momo. 3 - Mu; abas; arrolar. 4 - Anel; cã; are. 5 - Bat; em; ré; an. 6 - Ver; chine; dia. 7 - Meia; razia. 8 - Ma; Jan; ar; un. 9 - Pi; ó; em; ido. 10 - In; un; mm; ugar. 11 - Confiar; adm; 10. 12 - Confiar; adm; 10. 13 - Parte do calçado que corresponde à planta do pé; barco de pesca usado em Setúbal; interj. que exprime admiração. 14 - Desejara; argola; levanta. 15 - Natural ou habitante da Lorena; esvaziar.

1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15



ms. 9 - And; ré; nega. 10 - Merc; ramada. 11 - Rã; dar; remo. 12 - Mo; giz; mel. 13 - Sol; atala; ab. 14 - Amara; ar; iga. 15 - Loreno; car. VERTICAIS: 1 - Agma; apical. 2 - Cru; bem; átono. 3 - Há; harem; unta. 4 - Aca; liz; fi. 5 - Rib; coa; m. 6 - Lança; onaso. 7 - Sem; 10; nu; nu. 8 - Nu; nu. 9 - Em; partes; iguais. 10 - In; un; mm; ugar. 11 - Confiar; adm; 10. 12 - Confiar; adm; 10. 13 - Parte do calçado que corresponde à planta do pé; barco de pesca usado em Setúbal; interj. que exprime admiração. 14 - Desejara; argola; levanta. 15 - Natural ou habitante da Lorena; esvaziar.

Reuniões e Plenários

Amadora

Plenários de militantes, hoje, no CT da Amadora - às 17h00, da CMAmadora; às 18h30 do sector de **Empresas** e às 21h00, da Organização de **Venteira**. Plenário de militantes de **S. Brás**, dia sábado, 13, às 15h00, no CT da Amadora.

Barreiro

Plenários de militantes da freguesia do **Barreiro** - hoje, às 15h00, no CT da freguesia, com a participação de **J. Caetano**, do CC; e da freguesia do **Lavradio** - sexta-feira, 12, no CT da freguesia, também com a participação de **J. Caetano**.

Beja

Encontros para análise da situação política e social, com a participação de membros da DORBE, sexta-feira, 12 - com as populações de **Vila dos Frades**, às 19h00, no Centro de Convívio; de **Alcaria da Serra**, às 19h00, no Centro de Dia; de **Marmelar**, às 19h00, na Cooperativa de Consumo; da **Vidigueira**, às 17h00, no Centro de Dia; de **Selmes**, às 19h00, no Centro de Dia.

Castelo Branco

Reunião da Direcção da Organização Regional de Castelo Branco - sábado, 13, às 14h30, no Auditório da GAT, na **Vila Sertã**.

Lisboa

Plenários de militantes da Organização dos **Bancários** - terça-feira, 16, às 17h30; e da Organização dos **Seguros** - quinta-feira, 18, às 18h00.

Moita

Plenário de militantes da freguesia da **Moita**, para discussão das conclusões da Conferência Nacional - sexta-feira, 12, às 21h30, no CT da Moita, com a participação de **Valdemar Santos**, do CC.

Plenário de militantes da freguesia da **Baixa da Banheira**, também para discussão das conclusões da Conferência Nacional - sábado, 13, às 15h00, no Forum Cultural José Manuel Figueiredo, Baixa da Banheira, com a participação de **Valdemar Santos**.

Montemor-o-Novo

Reunião da Comissão Concelhia de **Montemor-o-Novo** do PCP, alargada a outros quadros, para discutir a aplicação da orientação e tarefas saídas da Conferência Nacional - quinta-feira, 18, às 21h00, com a participação de **Domingos Abrantes**, do Secretariado e da Comissão Política.

Peniche

Sardinhada-convívio, com a participação de **Ilda Figueiredo**, deputada do PCP ao Parlamento Europeu - domingo, 14, no Pinhal da Câmara.

Porto

Plenário de militantes do **Sector Intelectual** - hoje, às 21h30, no CT da Boavista.

Plenário geral das organizações e militantes dos **Sectores Profissionais** - sábado, 13, às 15h00, no Auditório do CT da Boavista, para discutir «situação política, social, partidária e a intervenção do Partido».

Sesimbra

Plenário de militantes de **Sesimbra** para discussão das conclusões da Conferência Nacional - sexta-feira, 12, às 21h30, no CT de Sesimbra, com a participação de **José Capucho**, do CC.

Plenário de militantes da **Quinta do Conde**, para discussão também das conclusões da Conferência Nacional - sábado, 13, às 21h30, no CT da Quinta do Conde, com a participação de **Valdemar Santos**.

Sintra

Plenários de militantes das freguesias da **Cidade de Agualva-Cacém** - sexta-feira, 12, às 21h30, no CT Cacém, com a presença de **Luís Fernandes**, do CC; das freguesias de **Massamá e Monte Abraão** - sexta-feira, 12, às 21h30, no CT de Queluz, com a presença de **Deolinda Santos**, do CC; da freguesia de **Algueirão/Mem Martins** - sexta-feira, 12, às 21h30, no CT de Algueirão, com a presença de **Rui Fernandes**, do Secretariado do CC; e da freguesia de **Rio de Mouro** - sábado, 13, às 15h00, no CT de Rio de Mouro.

Vila Franca de Xira

Plenário de militantes da freguesia de **Vialonga**, sábado, 13, às 15h00, no Centro de Trabalho de Vialonga, para discutir situação política e social e Festa do Avante. Com a participação de **Eduardo Vieira**, do Executivo da DORL. Plenário de militantes da freguesia de **S. João dos Montes**, dia 19, às 21h30, no CT de A-dos-Loucos; e da freguesia de **Vila Franca de Xira**, dia 20, às 15h00, no CT de VFXira. Ambos para discutir a situação política e social e intervenção do Partido.

Debate

«Em defesa do Sistema Público de Segurança Social»

na sexta-feira, 19, às 21h00 em **Montijo**, no Centro de Trabalho com a presença de **Rui Paixão**, do CC e coordenador da USSetúbal



Festival de Bandas

Braga

Vai organizar o AvanteMinho 2002, que consiste num concurso de bandas, cujo final será no dia 27 de Julho, no palco instalado na Avenida Central. A banda vencedora tocará no «Palco Novos Valores» na Festa do Avante. As bandas interessadas deverão entregar as maquetas, impreterivelmente, até segunda-feira, 15 de Julho, na sede do PCP em Braga (R. de Stº André, 15). O regulamento nacional do concurso está disponível no site da JCP (www.jcp-pt.org) e o regulamento específico regional na referida sede.

Castelo Branco

Realiza o IV Festival de Bandas, no dia 20 de Agosto, pelas 21h00, no Parque da Cidade em Castelo Branco. Entrada gratuita. As bandas que desejem participar podem inscrever-se até ao próximo dia 5 de Agosto, nos Centros de Trabalho do PCP ou através do telefone 275335118.

Moita

Concurso de bandas - Sábado, 13, às 21h00, no Parque da Moita, com a participação dos Etérea, Switchtense, Ex Plus Two, Mind Sleep e Margem.

Outras iniciativas

Caldas da Rainha
Iniciativa de rua de afirmação
Sábado, 13, pelas 10h00, com banca de venda de EP's, Agits e Avante!

Leiria

Realiza uma **festa cubana** com música cubana, salsa, «cubas libres» e muita animação
Sábado, 13, pelas 21h30 no CT do PCP em Leiria

* Acampamento Regional da JCP

Organizações de **Évora e Beja**
Nos dias **19, 20 e 21 de Julho**, em **Vila Nova de Mil Fontes**
Inscrições até ao dia 17, na Rua de Avis, 97, em Évora ou através dos telefones 266760660 ou 938645284

5.ª Assembleia da Organização Regional de Viana do Castelo do PCP

Sábado, 13 de Julho, às 15h00 no Auditório de Santo António no Centro Paroquial de Santa Maria Maior



Jornadas de trabalho

Amora - Com almoço-convívio. Domingo, dia 14

Oeiras - Domingo, 14 de Julho

Horário da camioneta:	08h05 - Tercena (GRT)
	08h15 - Queijas (Igreja)
07h30 - Paço de Arcos (junto ao Mercado)	08h20 - Carnaxide (ex-VIMECA)
07h40 - Oeiras (Estação)	08h25 - Linda-A-Velha (Caixa Geral de Depósitos)
07h50 - Porto Salvo (junto à Capela)	08h30 - Algés (Frente ao Ribamar)
07h55 - Leceia (Largo)	Regresso da Atalaia às 17h00

Vamos continuar a Festa



Homenagem a José Manuel Osório Noite de Fados

na Adega da Quinta da Atalaia / Festa do Avante!

Sábado, 20,

com jantar às 20h30 e fados às 22h

Fadistas: Afonso Oliveira, Augusto Robalo, Fernando Viegas, Joana Veiga,

Lena Santos, Maria de Lurdes, Olga Villanova

Guitarra: João Chitas - **Viola:** Carlos Fonseca

Baladas de Coimbra por João Queiroz

(Inscrições: Isabel Marques ou Anacleto, tel. 21 7813800)

Associação de Amizade Portugal-Cuba Solidariedade contra o bloqueio! Solidariedade com Cuba!

Por ocasião do aniversário do assalto ao Quartel de Moncada

Jantar no restaurante Calcidoscópio, em Lisboa

dia 18 às 20h, com a presença do Embaixador de Cuba

e música ao vivo por **Vivian y su son** e **Maranus**

(Reservas: tel. 21.3857305)

Viagem ao Brasil

5 a 13 de Outubro 2002

promovida pela Com. Concelhia de Almada (Informações: cam. Cabrita - 212752777)

Viagem às Capitais Nórdicas

Oslo - Copenhaga - Estocolmo
28 de Julho a 5 de Agosto 2002

promovida pela DORS (informações: cam. Adelaide - 265521180)

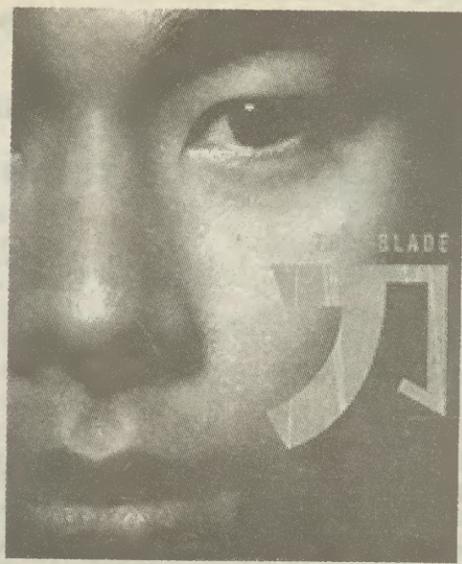
ATVer

Espada de Sangue,
filme de acção
vindo de
Hong Kong

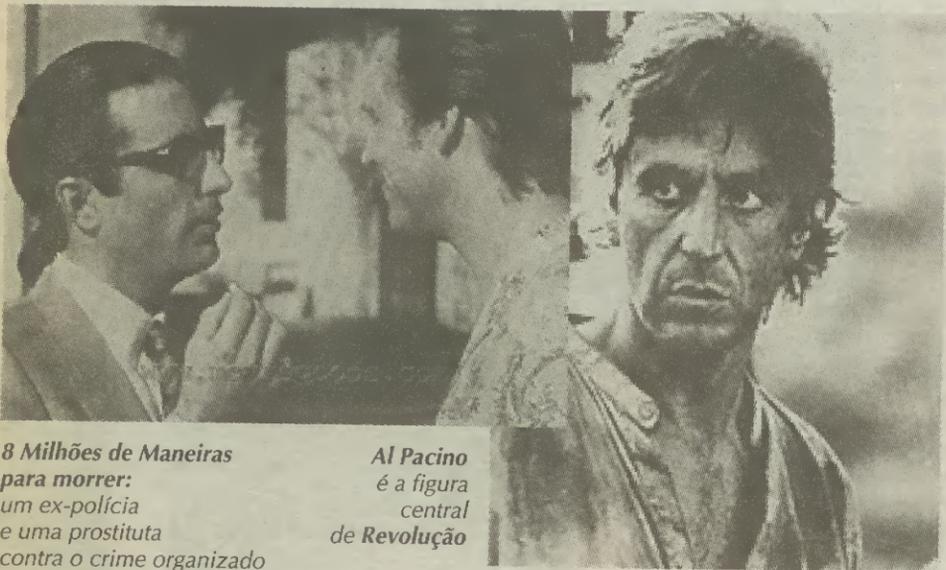
A Desforra de Hércules

(Sexta-feira, 12.07.02, RTP-1)

O Peplum foi durante anos um dos grandes sub-géneros do Cinema de Aventuras. Nascido em Itália nos finais dos anos 50, as grandiosas e heróicas histórias de Hércules, Maciste, Jasão ou Ulisses, bem como a vertente romana com lutas de gladiadores e outros heróis de «túnica e sandálias», fizeram as delícias de toda uma geração. **A Desforra de Hércules**, realizado em 1960 por **Carlo Ludovico Bragaglia**, é um desses exemplares do Peplum feito, na altura, à medida dos dois principais protagonistas, os norte-americanos **Mickey Hargitay** e **Jayne Mansfield** (que, entretanto, se haviam casado), ele recente «Mister Universo» (e portanto com musculatura adequada ao papel de Hércules) e ela que se lançava na altura como símbolo sexual. E a história é também feita por medida: Hércules apaixonou-se pela princesa Deianeira e tem de ultrapassar incríveis testes de força, resistência e inteligência para alcançar, nomeadamente contra a Hidra de três cabeças, a Rainha das Amazonas ou a fantástica Floresta da Morte. Uma reedição livre e despreocupada - à Peplum, pois claro - dos lendários 12 trabalhos de Hércules e com um delicioso tom *kitch*.



primeiro plano, nomeadamente **Al Pacino**, **Donald Sutherland** e **Nastassja Kinski**, de um impressionante investimento técnico, humano e material, esta superprodução co-produzida pela Grã-Bretanha e a Noruega e dirigida por **Hugh Hudson** (o mesmo de *Momentos de Glória*) foi um enorme fiasco, sobretudo de bilheteira. A intenção era a de homenagear a massa anónima que fez a revolução norte-americana que daria origem à independência dos EUA, um filme de massas protagonizado pelos patriotas anónimos, de que são bons exemplos as batalhas de Brooklyn Heights,



8 Milhões de Maneiras para morrer: um ex-polícia e uma prostituta contra o crime organizado

Al Pacino é a figura central de **Revolução**

Espada de Sangue

(Sexta-feira, 12.07.02, RTP-2)

Tsui Hark, um dos mais conhecidos e bem sucedidos cineastas e produtores de cinema de Hong Kong, filmou em 1995 esta história de amor e coragem, vingança e determinação, sobre a odisséia de um espadachim sem um braço que se lança em busca do assassino do pai, do que resulta um movimentado filme de artes marciais.

8 Milhões de Maneiras Para Morrer

(Sábado, 13.07.02, RTP-1)

Hal Ashby assina aqui um *thriller* ambicioso e emocionante sobre um ex-polícia alcoólico e uma prostituta que enfrentam, sozinhos, uma poderosa organização de tráfico de droga em Los Angeles. Relevante, em primeiro lugar, para o par de intérpretes - **Jeff Bridges** e **Rossana Arquette** -, que desempenham com brio o papel que lhes foi distribuído. Nota ainda para o desenho psicológico pormenoriza-



O Pequeno Buda, uma «meditação» de Bertolucci sobre o Ocidente e o Oriente

do das personagens, como é timbre nas realizações de Ashby, e para o sabor de filme negro dos anos 40 que ressaltam no filme, apesar de localizado em plena década de 80. Uma história dura, onde campeia a violência urbana, o alcoolismo, o tráfico de droga e a prostituição na grande metrópole californiana.

Revolução

(Domingo, 14.07.02, RTP-1)

Apesar da presença de um naipe de actores de

Manhattan Island ou Yorktown, devidamente encenadas neste filme.

As Aventuras de Pinóquio

(Domingo, 14.07.02, SIC)

Voltam de novo as aventuras de Pinóquio, o boneco de madeira construído pelo carpinteiro Geppetto que, por artes maravilhosas, ganha vida e humanidade e passa a comportar-se como um menino de carne e osso. Esta versão - de 1995 - é das mais recentes e tem a particularidade de ter **Martin Landau** no papel de Geppetto, no que foi a sua última intervenção no cinema.

O Pequeno Buda

(Terça-feira, 16.07.02, RTP-1)

Em 1993, **Bernardo Bertolucci** voltava a explorar um tema oriental no seu cinema, depois do megatriunfo de *O Último Imperador*. A partir da história da identificação de um garoto americano como a reencarnação de um chefe espiritual budista e da sua descoberta de uma das mais importantes correntes religiosas da Humanidade, Bertolucci reflecte sobre o choque de valores entre o Ocidente e o Oriente, entre o materialismo agressivo do primeiro e a espiritualidade mais serena do segundo, ao mesmo tempo que recria a fascinante trajetória de Siddharta e da sua transformação em Buda, há mais de 2500 anos, numa sumptuosa recriação de época.

Matrimónio à Italiana

(Quarta-feira, 17.07.02, RTP-2)

Uma boa comédia italiana de costumes da autoria de **Vittorio De Sica**, que adaptou de forma irónica e sensível uma peça de **Eduardo De Filippo**, sobre as atribulações de uma bela ex-prostituta de Nápoles que anda há 20 anos a tentar convencer o seu amante a casar com ela. De Sica reúne **Sophia Loren** e **Marcello Mastroianni** num filme que acaba por ser feito por medida para estes dois talentosos comediantes.

Quinta, 11

▼ RTP 1

07.00 Bom Dia Portugal
10.00 Praça da Alegria
13.00 Jornal da Tarde
14.00 Regiões - Local
14.30 Via Aberta
16.30 Amor e Ódio
17.30 O Elo Mais Fraco
18.00 Hóquei em Patins - Campeonato da Europa (Portugal-Alemanha)
20.00 Telejornal
21.30 Gregos e Troianos
00.30 Os Sopranos
01.30 24 Horas
01.45 «Mesmer» (Filme)

▼ RTP 2

07.00 Espaço Infantil
11.00 Euronews
13.00 Mesa à Portuguesa
13.30 Sinais do Tempo - O Conflito do Clima
14.30 Euronews
15.00 Volta a França em Bicicleta
17.00 Informação Gestual
18.45 Informação Religiosa
19.15 Horizontes da Memória
19.45 Clube da Europa
20.00 Casei com uma Feiteira
20.30 3ª Calhau a Contar do Sol
21.00 Yes, Dear
21.30 Coleccionadores de Arte
22.00 Jornal 2
23.00 Roswell
24.00 «Um Herói Chinês na América» (Filme)
01.50 Portugalmente

▼ SIC

07.00 Infantil/Juvenil
09.30 SIC 10 Horas
13.00 Primeiro Jornal
14.00 Buffy, Caçadora de Vampiros
15.00 As Duas por Três
16.00 Malhação
17.30 Desejos de Mulher
18.30 New Wave
19.00 Coração de Estudante
20.00 Jornal da Noite
21.00 Malucos do Riso
21.30 O Grande Mestre
22.00 Fúria de Viver
23.00 O Clone
23.00 Salvar Crianças
01.00 «O Enigma do Horizonte» (Filme)
01.30 «Streetcar Named Desire (III Acto)

▼ TVI

08.15 Animação Infantil
09.45 As Manhãs da TVI
13.00 TVI Jornal
14.00 Jardins Proibidos
15.00 Bora Lá Marina
16.15 Marés Vivas
17.30 Academia das Estrelas
18.00 Sonhos Traídos
19.00 Tudo por Amor
19.00 Anjo Selvagem
20.00 Jornal Nacional
21.15 Anjo Selvagem
22.30 Sonhos Traídos
23.15 «Perdidos no Triângulo das Bermudas» (Filme)
01.15 «Os Navegadores» (Filme)

Sexta, 12

▼ RTP 1

07.00 Bom Dia Portugal
10.00 Praça da Alegria
13.00 Jornal da Tarde
14.00 Regiões - Local
14.55 Documentário
15.55 Futebol de Praia
16.00 Via Aberta
16.30 Amor e Ódio
17.30 O Elo Mais Fraco
18.00 Hóquei em Patins - Campeonato da Europa (Meia Final)
20.00 Telejornal
21.30 O Elo Mais Fraco
22.30 «Triângulo Indecente» (Filme)
00.15 Os Sopranos
01.15 24 Horas
01.30 «A Desforra de Hércules» (Filme)

▼ RTP 2

07.00 Espaço Infantil
11.00 Euronews
13.00 Mesa à Portuguesa
13.30 Retratos
14.30 Euronews
15.00 Volta a França em Bicicleta
17.30 Informação Gestual
18.45 Informação Religiosa
19.00 2010
20.00 Casei com uma Feiteira
20.35 3ª Calhau a Contar do Sol
21.10 Yes, Dear
21.30 Coleccionadores de Arte
22.00 Jornal 2
23.00 A Rainha e o País (2)
24.00 «Espada de Sangue» (Filme)
01.40 Portugalmente

▼ SIC

07.00 Infantil/Juvenil
09.30 SIC 10 Horas
13.00 Primeiro Jornal
14.00 Buffy, Caçadora de Vampiros
15.00 As Duas por Três
16.00 Malhação
17.30 Desejos de Mulher
18.30 New Wave
19.00 Coração de Estudante
20.00 Jornal da Noite
21.00 Malucos do Riso
21.30 O Grande Mestre
22.00 O Clone
23.00 O Grande Mestre
00.30 Sexappeal
01.30 «Crime Sob Pressão» (Filme)
03.30 Espaço Cinema

▼ TVI

08.15 Animação Infantil
09.45 As Manhãs da TVI
13.00 TVI Jornal
14.00 Jardins Proibidos
15.00 Bora Lá Marina
16.15 Marés Vivas
17.30 Academia das Estrelas
18.00 Sonhos Traídos
19.00 Tudo por Amor
19.00 Anjo Selvagem
20.00 Jornal Nacional
21.15 Anjo Selvagem
22.30 Sonhos Traídos
23.15 «Jogos Cruéis» (Filme)
01.15 «Tempo de Crime» (Filme)

Sábado, 13

▼ RTP 1

07.00 Infantil/Juvenil
13.00 Jornal da Tarde
14.00 Top +
15.00 Futebol de Praia
16.00 O Passeio dos Alegres
19.45 Hóquei em Patins - Campeonato da Europa (Final)
21.00 Telejornal
22.30 Camilo, o Pendura
23.00 Fábrica das Anedotas
23.30 «8 Milhões de Maneiras para Morrer» (Filme)
01.00 «18 Máscaras de Pó» (Filme)
02.30 24 Horas
02.45 «Amor e Vacas» (Filme)

▼ RTP 2

07.00 Euronews
09.00 Universidade Aberta
12.00 Iniciativa
14.00 Parlamento
15.00 Desporto 2
19.30 Horizontes da Memória
20.00 Famílias
20.30 Bombordo
21.00 Por Outro Lado
22.00 Jornal 2
23.00 O Lugar da História
00.00 Britcom
01.00 Saxazul (Gravações do Festival de Cascais)
02.00 Noites Curtas do Onda Curta (Curtas-metragens)

▼ SIC

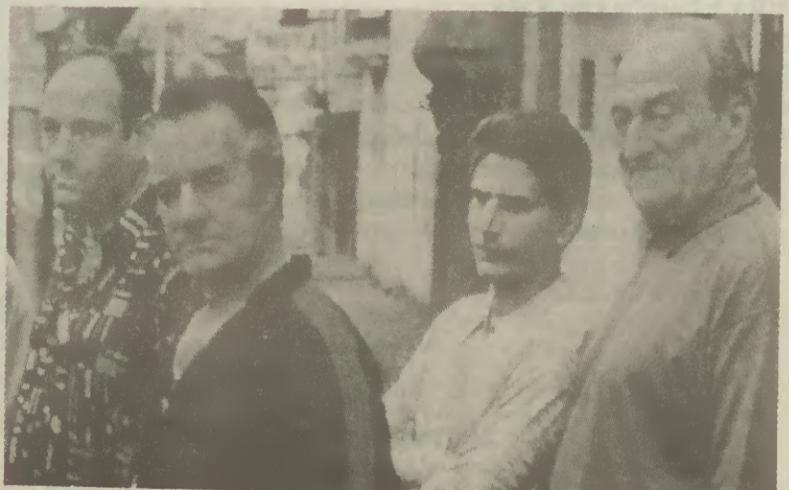
08.00 Sic a Abrir
12.00 O Nosso Mundo
13.00 Primeiro Jornal
13.45 Catarina.com
14.30 Walker, o Ranger do Texas
16.00 A Vingadora
16.45 Air America
17.45 «Em Amor e em Guerra» (Filme)
20.00 Jornal da Noite
21.00 Malucos do Riso
21.30 Linha da Sorte
22.30 Fúria de Viver
23.30 «Soldados do Universo» (Filme)
01.30 Residencial Tejo
02.30 A Rainha de Espadas

▼ TVI

08.30 Animação
11.00 Sonhos Traídos
12.00 Lux
13.00 TVI Jornal
14.00 Um Cãozinho Chamado Eddie
14.30 «MVP» (Filme)
16.45 «Slappy e Companhia» (Filme)
19.00 Bons Vizinhos
20.00 Jornal Nacional
21.00 Super Pai
22.00 O Último Beijo
24.00 «Só os Tolos se Apaixonam» (Filme)
02.00 «A Última Caminhada» (Filme)
03.30 Os Médicos



Volta à França em bicicleta



«Os Sopranos»



Francisco Boix (1920-1952), fotógrafo, catalão e comunista, foi exilado depois da derrota dos republicanos em Espanha e pouco depois deportado para o campo de concentração de Mauthausen. Colocado no laboratório fotográfico das SS, conseguiu passar para o exterior mais de 2 mil negativos, feitos em grande parte pelos próprios carcereiros, numa operação única na história da resistência à repressão nazi. Centenas dessas fotos foram provas acusatórias no Processo de Nuremberga. A sua vida e muitas das fotos que salvou estão contidas num notável livro de Benito Bermejo publicado em Barcelona em 2000, que por seu lado inspiraria ao cineasta Lorenzo Soler o documentário, premiado em 2001 em vários festivais, «Francisco Boix, um fotógrafo no Inferno». A RTP2 transmite-o no domingo às 21h

Domingo, 14

▼ RTP 1

07.00 Infantil/Juvenil
12.30 Planeta Azul
13.00 Jornal da Tarde
14.00 Futebol de Praia
16.00 João Baião
18.45 Melhor É Impossível
20.00 Telejornal
21.30 O Elo Mais Fraco
22.30 «Revolução» (Filme)
00.45 24 Horas
01.00 «Um Realizador de Respeito» (Filme)

▼ RTP 2

07.00 Euronews
09.00 Programa Religioso
11.30 Horizontes da Memória
12.00 Turma das Ciências
13.00 Uma Gota para a Vida
14.00 Olhos Gigantes
Perscrutam o Universo
15.00 Desporto 2
18.30 Futebol, o Jogo Maravilhoso
19.30 Onda Curta
20.00 Os Miseráveis (Últ. Episódio)
21.00 Artes e Letras - «Francisco Boix»
22.00 Jornal 2
23.00 «Elas» (Cinema Português)
01.00 Sinais do Tempo
02.00 2010 (Rep.)

▼ SIC

07.00 SIC a Abrir
12.00 BBC - Vida Selvagem
13.00 Primeiro Jornal
14.00 «As Aventuras de Pinóquio» (Filme)
16.00 «Romy e Michelle» (Filme)
18.00 «Paulie, o Que Falava de Mais» (Filme)
20.00 Jornal da Noite
21.00 Malucos do Riso
22.15 Herman SIC
00.30 «Viper, Operação Secreta» (Filme)
02.30 A Rainha de Espadas

▼ TVI

07.00 Super Batatoon
11.00 Cerimónias Religiosas
13.00 TVI Jornal
14.00 Um Caozinho Chamado Eddie
14.30 «Tarados de Todo»
16.30 Domingo Fantástico
19.00 Bons Vizinhos
20.00 Jornal Nacional
21.15 Apanhados da Bola
22.00 Super Pai
23.00 O Último Beijo
24.00 «Justiciero Solitário» (Filme)
02.15 Academia de estrelas
03.15 «Tensão Máxima em S. Petersburgo» (Filme)

Segunda, 15

▼ RTP 1

07.00 Bom Dia Portugal
10.00 Praça da Alegria
13.00 Jornal da Tarde
14.00 Regiões - Local
14.30 Via Aberta
16.30 Amor e Ódio
17.15 O Elo Mais Fraco
18.30 Quebra Cabeças
19.00 O Preço Certo em Euros
20.00 Telejornal
21.30 Sorte Grande
21.45 O Elo Mais Fraco
22.45 «No Calor da Califórnia» (Filme)
00.30 Os Sopranos
01.30 24 Horas
01.45 «Downhill City» (Filme)

▼ RTP 2

07.00 Espaço Infantil
11.00 Euronews
13.00 Mesa à Portuguesa
13.30 O Lugar da História
14.30 Euronews
15.00 Volta a França em Bicicleta
17.15 Informação Gestual
18.30 Informação Religiosa
19.00 Planeta Azul
19.30 As Novas Reservas Naturais
20.00 Casei com uma Feiteiceira
20.30 3º Calhau a Contar do Sol
21.00 Yes, Dear
21.30 Coleccionadores de Arte
22.00 Jornal 2
23.00 Sete Palmos de Terra
00.00 «O Signo de Vénus» (Filme)
01.50 Portugalmente

▼ SIC

07.00 Infantil/Juvenil
09.30 SIC 10 Horas
13.00 Primeiro Jornal
14.00 Buffy, Caçadora de Vampiros
15.00 As Duas por Três
16.00 Malhação
17.30 Desejos de Mulher
18.30 New Wave
19.00 Coração de Estudante
20.00 Jornal da Noite
21.00 Malucos do Riso
21.30 O Grande Mestre
22.00 Fúria de Viver
23.00 O Clone
24.00 Loucas Perseguições
01.30 «Debaixo de Olho» (Filme)
03.00 Vozes do Nosso Tempo - «Kirchschlager»

▼ TVI

08.15 Animação Infantil
09.45 As Manhãs da TVI
13.00 TVI Jornal
14.00 Jardins Proibidos
15.00 Bora Lá Marina
16.15 Marés Vivas
17.30 Academia das Estrelas
18.00 Sonhos Traídos
19.00 Tudo por Amor
19.00 Anjo Selvagem
20.00 Jornal Nacional
21.15 Anjo Selvagem
22.30 Sonhos Traídos
23.00 «Blade» (Filme)
01.15 «Um Rapaz Chamado Ódio» (Filme)

Terça, 16

▼ RTP 1

07.00 Bom Dia Portugal
10.00 Praça da Alegria
13.00 Jornal da Tarde
14.00 Regiões - Local
14.30 Via Aberta
16.30 Amor e Ódio
17.30 O Elo Mais Fraco
18.30 Quebra Cabeças
19.15 O Preço Certo em Euros
20.00 Telejornal
21.00 Grande Informação
21.45 O Elo Mais Fraco
22.45 «O Pequeno Buda» (Filme)
01.00 Os Sopranos
02.00 24 Horas
02.15 «O Xadrez do Amor» (Filme)

▼ RTP 2

07.00 Espaço Infantil
11.00 Euronews
13.00 Mesa à Portuguesa
13.30 2010
14.30 Euronews
15.00 Volta a França 2002
17.15 Informação Gestual
18.30 Informação Religiosa
19.00 Onda Curta
19.30 Turma das Ciências
20.00 Casei com uma Feiteiceira
20.30 3º Calhau a Contar do Sol
21.00 Yes, Dear
21.30 Coleccionadores de Arte
22.00 Jornal 2
23.00 Os Limites do Terror
00.00 «Madame Sans-Gêne» (Filme)
01.45 Portugalmente

▼ SIC

07.00 Infantil/Juvenil
09.30 SIC 10 Horas
13.00 Primeiro Jornal
14.00 Buffy, Caçadora de Vampiros
15.00 As Duas por Três
16.00 Malhação
17.30 Desejos de Mulher
18.30 New Wave
19.00 Coração de Estudante
20.00 Jornal da Noite
21.00 Malucos do Riso
21.30 O Grande Mestre
22.00 Fúria de Viver
23.00 O Clone
24.00 O Mundo dos Vendavais
01.30 «Redenção» (Filme)
03.00 Vozes do Nosso Tempo - «Dawn Upshaw»

▼ TVI

08.15 Animação Infantil
09.45 As Manhãs da TVI
13.00 TVI Jornal
14.00 Jardins Proibidos
15.00 Bora Lá Marina
16.15 Marés Vivas
17.30 Academia das Estrelas
18.00 Sonhos Traídos
19.00 Tudo por Amor
19.00 Anjo Selvagem
20.00 Jornal Nacional
21.15 Anjo Selvagem
22.30 Sonhos Traídos
22.45 Gala das Estrelas
01.15 «Indiscrições» (Filme)
03.15 Os Homens do Presidente

Quarta, 17

▼ RTP 1

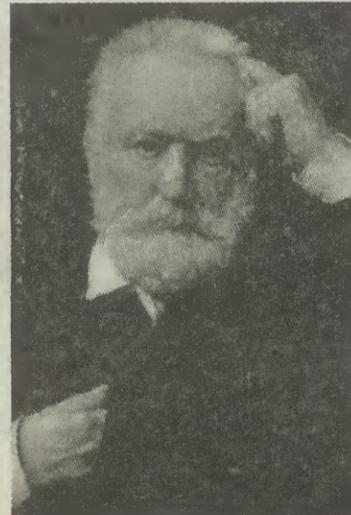
07.00 Bom Dia Portugal
10.00 Praça da Alegria
13.00 Jornal da Tarde
14.00 Regiões - Local
14.30 Via Aberta
16.30 Amor e Ódio
17.30 O Elo Mais Fraco
18.30 Quebra Cabeças
19.15 O Preço Certo em Euros
20.00 Telejornal
21.30 O Elo Mais Fraco
22.30 «O Dia do Julgamento» (Filme)
00.15 Os Sopranos
01.15 24 Horas
01.30 «O Retrato de Hanna» (Filme)

▼ RTP 2

07.00 Espaço Infantil
11.00 Euronews
13.00 Mesa à Portuguesa
13.30 Por Outro Lado
14.30 Euronews
17.30 Informação Gestual
18.30 Informação Religiosa
19.00 Bombordo
19.45 Shakespeare - Uma Análise Crítica (Últ. Episódio)
20.10 Casei com uma Feiteiceira
20.30 3º Calhau a Contar do Sol
21.00 Yes, Dear
21.30 Coleccionadores de Arte
22.00 Jornal 2
23.00 Conversas de Mário Soares
00.00 «Matrimónio à Italiana» (Filme)
01.45 Portugalmente

▼ SIC

07.00 Infantil/Juvenil
09.30 SIC 10 Horas
13.00 Primeiro Jornal
14.00 Buffy, Caçadora de Vampiros
15.00 As Duas por Três
16.00 Malhação
17.30 Desejos de Mulher



18.30 New Wave
19.00 Coração de Estudante
20.00 Jornal da Noite
21.00 Malucos do Riso
21.30 O Grande Mestre
22.00 Fúria de Viver
23.00 O Clone
24.00 Hora Extra
01.30 «Amistad» (Filme)
03.00 Vozes do Nosso Tempo - «Sylvia Menair»

▼ TVI

08.15 Animação Infantil
09.45 As Manhãs da TVI
13.00 TVI Jornal
14.00 Jardins Proibidos
15.00 Bora Lá Marina
16.15 Marés Vivas
17.30 Academia das Estrelas
18.00 Sonhos Traídos
19.00 Tudo por Amor
19.45 Futebol - Auxerre-Benfica
21.30 Jornal Nacional
22.15 Anjo Selvagem
23.15 Sonhos Traídos
00.15 «Peril» (Filme)
02.15 «O Amor Anda no Ar» (Filme)

Nota:
A Redação não se responsabiliza por alterações de horários ou conteúdos da programação realizados pelos operadores de televisão após o fecho desta edição.

TVisto

Correia da Fonseca

D. Quixote e os Miseráveis

Num mesmo serão, domingo, a RTP 2 transmitiu adaptações de dois títulos ilustres do património cultural da Europa e do mundo. Já perto da meia-noite, foi o «D. Quixote» na versão de Pabst datada de 1933/34 (para o cinema, escusado seria dizê-lo). Um pouco depois das 20 horas, quando a generalidade das gentes estaria decerto a consumir telenoticiários, foi mais um episódio da adaptação de «Os Miseráveis», com Depardieu na figura de Jean Valjean. Apesar de considerar que nunca será de mais rever «Os Miseráveis», suponho que a transmissão que está em curso destina-se mais a preencher um tempo da «2» em que a audiência passa de menor a mínima que a divulgar esta versão do romance de Victor Hugo. Quisesse a RTP dar a conhecer «Os Miseráveis» a uma ampla teleplateia e já teria transmitido a obra, pelo menos uma vez, na «1», o seu canal principal. Creio que já uma vez aqui falámos

de uma vez se ouve Quixote proclamar que a sua missão é o combate às «injustiças do mundo». E não se alegue que os frequentes e aparentemente cómicos equívocos em que ele incorre vêm desvalorizar a motivação, porque o certo é que a perenidade da sua figura como mito da generosidade supostamente utópica decorre dessa vertente. Em verdade, todo o itinerário de combates contra a injustiça percorrido pelos homens tem sido feito na senda aberta pela «loucura» dos Quixotes, a despeito dos apelos à «razoabilidade» lançados pelos Sanchos e contra as repressões, benevolentes ou não, dos contextos sociais também descritos em microcosmos por Cervantes.

A única saída

Muitas vezes, ao longo da obra, D. Quixote é agredido, insultado, desfalece, mas isso não o degrada: são os custos da sua obstinação. Quando, antes de morrer no seu leito, recupera a razão e de algum modo se rende às pressões, esse não é um «happy end»: é um final em tragédia porque em liquidação do herói. No filme de Pabst, o fim diferente está claramente referido ao tempo histórico em que o cineasta trabalhou: Quixote morre diante dos seus livros queimados em auto-de-fé pelas autoridades sociofamiliares. Era, então, na Alemanha, o tempo da queima de livros em «festas» públicas nazis (agora, as coisas são mais brandas: a política desculturalizante das TV's permite a economia do fogo sem perda da erradicação das leituras). Quanto a «Os Miseráveis», dir-se-ia que teve melhor sorte: durante décadas despertou consciências, esclareceu distraídos. Até que foi colhido pelo maremoto que afoga tudo em anestésias e multiplica a vaidade de ignorar. Contudo, acontece que nem tudo é varrido pelos maremotos estrategicamente fabricados: os quotidianos esbultos que doem na pele, a cólera perante brutalidades e infâmias, a condenação ao trabalho sem esperança que nem sequer é abrigo contra as fomes e as doenças. A descoberta, feita mais cedo ou mais tarde, de que as tintas que pintam uma espécie de paraíso sempre adiado apenas servem para tentar camuflar infernos sempre presentes, produzidos e distribuídos pela mesma máquina verdadeiramente diabólica que não será «amaciada» por nenhuma lubrificação. Que só permite uma única saída, a da sua destruição, inevitável como única alternativa a uma espécie de apocalipse: destruição e substituição, naturalmente. Por mais que demore, que se tenha de esperar numa espera sem passividades, activa, e sobretudo sem vertigens por mais que as esperas longas mordisquem os nervos. Só então poderá diminuir radicalmente o número de miseráveis de todos os tipos, segregados por todas as conjunturas. Hugo sabia disso e levou a vida a ensinar-no-lo. Não vamos cometer agora a feia acção de o esquecermos.

A talhe de foice

• Anabela Fino

O quarteto

Segundo as agências noticiosas, está prevista para os próximos dias 15 e 16, em Nova Iorque, uma reunião de altos responsáveis do «quarteto» para o Médio Oriente, a saber, Estados Unidos, União Europeia, Rússia e ONU, com os chefes da diplomacia de países árabes.

Os «altos responsáveis» são o secretário de Estado norte-americano, Colin Powell, o secretário-geral da ONU, Kofi Annan, o Alto Representante para a Política Externa da UE, Javier Solana, e os ministros dos Negócios Estrangeiros dinamarquês e russo, respectivamente Per Stig Moeller e Igor Ivanov. Como é costume nestes eventos, a agenda é vaga, mas consta nos circuitos normalmente bem informados que o objectivo do encontro dos «altos», primeiro a sós no dia 15 e depois com os representantes árabes no dia 16, é criar uma comissão para ajudar a «reformular» a direcção palestiniana. Precisando melhor, primeiro os «altos», seguindo os ditames de Washington, criam a comissão, e depois comunicam a decisão aos parceiros menores. É de resto curioso assinalar que, apesar de a reunião não estar confirmada oficialmente, já se sabe qual o papel que está atribuído à comissão. Segundo a Lusa, que cita o departamento de Estado norte-americano, a dita cuja deverá «determinar as necessidades prioritárias dos palestinianos» enquanto estes levam a cabo as suas reformas nos domínios da segurança, justiça e economia exigidas por Bush.

É o que se chama dedicação à causa palestiniana.

Não consta que o quarteto se vá debruçar sobre a política israelita. Aparentemente, o facto de as forças de Israel terem cometido pelo menos 70 assassinatos selectivos desde o início da Intifada contra a ocupação israelita da Cisjordânia e da Faixa de Gaza, há 20 meses, não suscita nenhum problema de justiça. Nem as destruições de casas, nem os bombardeamentos, nem a destruição de infra-estruturas, nem a morte de civis, nem a prisão indiscriminada de palestinianos, nem as torturas e humilhações a que são sujeitos os presos, despojados de roupa e expostos na praça pública.

O muro da iniquidade que Israel está a construir também não causa engulhos aos altos responsáveis, tal como não merece comentários a lei recentemente aprovada por Telavive que reserva a venda de terrenos do domínio público aos judeus.

Invocando razões de segurança, argumento a que são muito sensíveis os membros do quarteto, o governo de Israel pretende com esta lei impedir os israelitas árabes de adquirirem terra (93 por cento do solo é considerado de domínio público), consagrando na prática a existência de cidadãos de primeira e de segunda no muito «democrático» Estado de Israel.

Alguns responsáveis israelitas, incluindo membros do executivo de Ariel Sharon, não hesitaram em classificar a medida de racista, própria de um Estado de apartheid, mas a questão não suscitou comentários nas altas esferas internacionais, nem reuniões de urgência, nem pedidos de sanções.

O quarteto de altas personalidades está preocupado mesmo é com os palestinianos, que insistem em ter uma pátria e um Estado independente na sua própria terra, ao invés de aceitarem o privilégio de servirem de quintal das traseiras e reserva de mão-de-obra ao civilizado Israel. É um problema. Assim, convenhamos, é difícil viver em paz.

PCP analisa seis meses de gestão PSD na CML

Falta estratégia para Lisboa

As perspectivas para a cidade «não são famosas» considera a Organização da Cidade de Lisboa do PCP que fez o balanço dos primeiros 180 dias de gestão PSD/Santana Lopes na Câmara da capital.

Em conferência de imprensa, realizada na terça-feira, o PCP sintetiza algumas linhas de acção de Santana Lopes e desmonta promessas eleitorais do PSD, referentes, nomeadamente, ao Fundo de Investimento Imobiliário, sobre o qual ainda nada se sabe, ao Parque Mayer, que só em Setembro terá uma solução à vista, e ao

As populações estão desiludidas com a gestão de Santana Lopes

Túnel do «Marquês», já diferente do inicial devido às objecções da oposição e de técnicos.

As populações estão desiludidas, dizem os comunistas, ilustrando com alguns exemplos de medidas «avulsas» a ausência de «estratégia para a cidade» da actual gestão. É o caso da construção - que não avançou - de silos e

túneis, das acções - que não se concretizaram - de patrulhamento nos Bairros Históricos pela Polícia Municipal ou as Presidências Abertas semanais nos Bairros, de que apenas se conhece a ida a Chelas.

Entretanto, o emparedamento de prédios devolutos está longe de corresponder ao anunciado; o policiamento nas escolas problemáticas foi, na maioria dos casos, abandonado; e a proposta de expropriação de prédios destruídos por incêndios criminosos foi quase de imediata retirada, por pressão da Associação de Proprietários Lisboenses.

Mas Santana Lopes fez, ainda, aprovar diversas medi-

das lesivas para a Cidade, como sejam os protocolos com o Benfica e o Sporting, que vão custar ao erário público 20 milhões de contos; a suspensão e posterior demolição, por «motivos estéticos», de parte da construção de habitação social na Bela Flor; e do Plano da Zona Ribeirinha Oriental que, a ser concretizado, terá impactos muito negativos.

Outra linha de acção do autarca social-democrata é a «destruição de projectos e iniciativas» dos anteriores executivos. Assim aconteceu com as Festas de Lisboa; a Semana da Liberdade; o Programa de Educação Física nas Escolas; as equipas de Apoio Social em alguns bairros; inúmeros Festivais; os Jogos do Futuro, que envolviam dezenas de municípios de todo o país; e o Encontro Inter-Cidades nacionais e estrangeiras. Mais, os espaços verdes na Alta de Lisboa foram abandonados, pararam as obras em diversas piscinas, foi anulado o concurso para a construção da ETAR de Alcântara e inúmeros equipamentos já construídos aguardam abertura.

O recurso à suspeição

Santana Lopes pretende igualmente descredibilizar a gestão anterior, mesmo que para isso tenha de recorrer a «suspeições e acusações de compadrio», de travar a constituição de uma sociedade para a gestão do espaço público na zona da Parque Expo ou de encerrar o Teatro S. Luiz, por «falta de condições para acolher o público». Isto, enquanto publicita com informações falsas a «aparente» má situação financeira da EMEL, tentando «criar ambiente para a sua privatização».

A verdade, diz o PCP, é que a capacidade de resposta da Câmara está paralisada. Apresentam-se e depois retiram-se propostas de extinção de serviços municipais determinantes para a actividade autárquica e a implementação do plano de actividades e orçamento - com erros na ordem dos 200 milhões de euros na sua primeira versão -, desenvolvendo-se de forma caótica.

Finalmente, a falta de decisões traduz-se pela inexistência de orientações de trabalho ao mesmo tempo que se marginalizam serviços e estruturas, substituídos por assessores ou entidades alheias ao município. O que, segundo o PCP, «revela traços de sobrançeria e desrespeito» que se reflectem na falta de resposta aos problemas apresentados por Juntas de Freguesia, Instituições ou Associações.



O incumprimento de promessas e a incapacidade de resposta aos problemas caracteriza a gestão de Santana Lopes

Segurança social ameaçada

Avisar toda a gente

O PCP realizou esta semana uma campanha nacional de esclarecimento em defesa da segurança social e de denúncia dos planos do Governo para a destruição do sistema público e entrega aos privados.

As acções de rua tiveram lugar em vários distritos com a distribuição de folhetos à população, destacando-se em particular as iniciativas na Baixa lisboeta, na segunda-feira, e, no dia seguinte, no Porto e em Coimbra.

Na capital, Fernanda Mateus, membro da Comissão Política do PCP, acusou o Governo de ter como único propósito entregar «os dinheiros da segurança social aos

grandes grupos financeiros, reduzindo o papel do sistema público de segurança social, destruindo o princípio de solidariedade entre gerações e a universalidade dos direitos».

Recorde-se que a lei, hoje em debate no Parlamento e ontem contestada numa concentração da CGTP-IN, impõe que uma parte dos descontos dos trabalhadores passe a ser aplicada em fundos de pensões privados.

Como alertou Fernanda Mateus, o Governo não está preocupado com os direitos dos beneficiários/contribuintes à protecção social, mas sim «em transformar as reformas e a velhice numa fonte de incalculáveis lucros

para os bancos e seguradoras que gerem os fundos de pensões».

Como consequências imediatas, a segurança social pública ressentir-se-á da redução das receitas, enquanto os patrões ficarão isentos, acima do chamado tecto contributivo, de participar nos encargos das pensões dos trabalhadores.

O sistema público de segurança social movimenta por ano mais de três mil milhões de contos, sem contar com os meios financeiros resultantes das economias acumuladas pela Segurança Social (Fundo de Estabilização Financeira) que ultrapassam os 728 milhões de contos. São estes recursos financeiros que estão na mira dos bancos e seguradoras e que justificam a alteração da actual Lei de Bases.

Entretanto, o Governo não apresenta nenhuma proposta que ponha cobro à evasão e fraude contributiva, que representa cerca de 800 milhões de contos por ano ou obrigue o patronato a saldar as suas dívidas, estimadas em cerca de 420 milhões de contos. O próprio Estado tem uma dívida acumulada à Segurança Social de cerca de 1 900 milhões de contos.



Na acção de rua na «baixa» lisboeta participaram mais de duas dezenas de militantes e activistas

